

DIVULGAÇÃO MARXISTA

SUMÁRIO

Calvino — O Padre Arlindo Vieira é fascista	1
Stálin — Por motivo da morte de Lênin	3
Lafargue — Porque a burguesia crê em Deus	7
O que está certo e o que está errado	30
Lênin — Deslocamento de classes	31
Smith — A nacionalização do Banco da Inglaterra e da indústria carbonífera	33
Willard — Rosa de Luxemburgo em Francfort	41
A terceira lei fundamental da dialética	43
O pensamento de Lênin	50
Ignorância e reacionarismo	51
Questões de economia política	53
O pensamento de Stálin	58
Perguntas e Respostas	59
Diversos — Socialismo e comunismo	61
Guaraci da Silveira — O divórcio e a família	74
Hook — Para compreender e interpretar Marx	75
Correspondência de nossos leitores	80
Stálin — Trotskismo	81
Kurski — A economia planificada da URSS	83
O pensamento de Engels	99
Pequeno Dicionário Marxista	101
Perráncov — O papel do indivíduo na história	101
O pensamento de Marx	127
Responda, si puder	128

ANO I

1 NOVEMBRO 1946

N.º 9

DIVULGAÇÃO MARXISTA

Publicação quinzenal

Sai aos dias 1 e 15 de cada mês

Direção de
Calvino Filho

e
S. O. Hersen

Redação e Administração

Av. 28 de Setembro, 174

Rio de Janeiro — Brasil

*

Número em circulação .. Cr\$ 5,00

Número atrasado Cr\$ 8,00

*

ASSINATURAS

Para o Brasil:

Anual (24 número)... Cr\$ 100,00

Semestral (12 números) Cr\$ 50,00

Para o Exterior:

Anual — 5 dólares americanos.

*

As assinaturas começam da data em que são tomadas e cada número da revista é remetido sob registro.

Os pedidos devem ser dirigidos à

EDITORIAL CALVINO LIMITADA

Av. 28 de Setembro, 174

Rio de Janeiro

*

Foi publicado no 8.º número de *Divulgação Marxista*:

4.º Plano Quinquenal da URSS — Origem e desenvolvimento dos Planos Quinquenais — Como surgiu o planejamento. O episódio do controle operário. O resultado do controle operário. O supremo Conselho Econômico. O despertar de um plano geral. Desenvolvimento experimental do Planejamento. O Gosplan como autoridade de planejamento. Como é feito o Plano. O Plano provisório. O objetivo geral do planejamento soviético. O Plano final. As leis fundamentais do desenvolvimento da economia socialista. (K. Ostrovitianov) — A economia planificada da URSS.

Organização e princípios da planificação da economia nacional da URSS. Desenvolvimento da economia planificada na URSS. Importância da organização planificada da economia nacional no período da Grande Guerra Patriótica. *Lei do Plano Quinquenal de Restauração e Fomento da Economia Nacional da URSS para 1946-1950.* I — As tarefas fundamentais do Plano Quinquenal de restauração e fomento da economia nacional da URSS. II — Plano de crescimento da produção e das construções principais. III — Plano de elevação do nível material e cultural de vida do povo. IV — Plano de restauração e fomento da economia nacional das repúblicas federadas.

●

AJUDE-NOS A DIFUNDIR DIVULGAÇÃO MARXISTA

Pedimos aos leitores do interior nos enviem nomes e endereços completos de amigos ou simples conhecidos, que se interessem ou sejam capazes de se interessar pelo estudo do marxismo.

DESCONTO DE 20 %

A quantos comprarem de uma só vez e de um só número desta revista um mínimo de 5 exemplares, em nossa redação, abonaremos o desconto de 20 %. Os leitores do interior que desejarem gozar do desconto acima, bastarão fazer seus pedidos pelo Serviço de Reembolso Postal, prático e eficiente.

LEIA DIVULGAÇÃO MARXISTA DE GRAÇA

Faça com que 10 pessoas das suas relações, por ser intermédio, assinem esta revista e conquiste, como pre-

DIVULGAÇÃO MARXISTA

Ano I

Diretores: *Calvino Filho e S. O. Hersen*

N.º 9

O PADRE ARLINDO VIEIRA É UM FASCISTA E AMORAL

• Conhecido fascista, o padre Arlindo Vieira, publicou no "Correio da Manhã", de 28-8-46, um artigo sob o título de "O comunismo nas universidades americanas", no qual repete muitas das infâmias articuladas pelo dr. Goebbels no transcurso de vários anos.

Entre outras, porém, fez esta, personalíssima, originalíssima pelo forma e conteúdo: "*Por respeito ao leitor, deixo de traduzir as palavras de Huxley, que transcrevo aqui no original: "American college boys and coeds copulate with the casual promiscuousness of dogs"*".

Incrível, mas é verdade! O pudor do jesuita Arlindo Vieira não é ofendido pelo facto em si, mas pela língua em que êle é descrito!

Ora, o jesuita Vieira, que é padre, espiritualista, não teve pudor em descrever, em inglês, o que se passa nas escolas capitalistas americanas, orientadas pela moral capitalista; eu, médico, materialista consequente, realista, pois, que não finjo falso pudor no exame seja de qual fôr a realidade, sinto-me, entretanto, constrangido, pela obrigação de traduzir e publicar nesta revista de caráter científico e circulação limitada, porque especializada, entre maiores, a descrição transcrita pelo padre, em inglês, porque, infelizmente, o proletariado em geral não sabe essa língua e quero mostrar em tôda sua nudez a grosseria imoral do padre, com que ofendeu a família brasileira. A tradução é a seguinte: "*Os alunos dos colégios americanos e suas colegas copulam com a mesma casual promiscuidade dos cães*".

Sucede, entretanto, que o jesuita Arlindo Vieira é um padre *doublé* de educador, que se inculca guia espiritual da nossa mocidade e da família brasileira, que se não cança de vergastar em sua crítica desabrida e escandalosa as fraquezas humanas da nossa sociedade, chegando mesmo a penetrar no recesso dos lares brasileiros, como se fôra um intolerante puritano, forrado pela mais severa moral, que ressumaria por todos os seus poros...

A responsabilidade que se atribuiu S.S. é imensa, por isso mesmo incompreensível a amoralidade de que reveste vez ou outra os seus artigos, todos, em verdade, inspirados não na fonte pura e cristalina do cristianismo comunista, mas nas malsãs do paganismo fascista...

Desconhecerá o padre Arlindo Vieira, pseudo educador, que o "Correio da Manhã" é um jornal que tem livre acesso a qualquer lar brasileiro. Desconhece o jesuíta Arlindo Vieira que nos lares brasileiros se encontram meninas, mocinhas e moças que estudam inglês nos colégios católicos, como o Sion, e nos outros colégios? Desconhece o amoral padre Arlindo Vieira que essas meninas, mocinhas e moças lêem o "Correio da Manhã" e que não deixarão de lêr os seus artigos, persuadidas de que estão lendo as palavras de um missionário do puro Nazareno?

E como se atreve, padre, expor às vistas das nossas filhas, as meninas e moças brasileiras, a imoralidade grosseira, brutal e chã da sua citação de Huxley?

Fossem os pais brasileiros mais enérgicos e V., padre, estaria sendo fustigado em praça pública, pelo insulto que dirigiu ao pundonor das meninas e moças da nossa terra.

Vê, padre, o fruto da educação moral capitalista? "E vosso sistema de educação não é determinado pela sociedade? Não é determinada pelas relações sociais em que exercéis vossa função de educadores, pela intervenção direta ou indireta, da sociedade através da escola?" (Engels.)

O seu artigo tem por título "O comunismo nas universidades americanas", para dar a impressão de que os jovens universitários americanos se "amam" por força do comunismo. Mas, padre, ao que saibamos, o comunismo está sendo realizado na URSS, e lá, até hoje, ninguém, mesmo os mais ferrenhos inimigos da URSS, encontrou base para descrever acontecimentos como êsses das universidades americanas, criações do capitalismo e da sua moral.

A moral socialista é outra, padre, eleva a criatura humana e não a rebaixa à situação de cães... porque a subtraiu à influência do capitalismo.

Daqui, dirigimos um angustioso apêlo ao "Correio da Manhã" para que vistorie os artigos do Padre Arlindo Vieira, antes de publicá-los, pois que mais dia menos dia êle quererá descrever minuciosa e escandalosamente os desvios sexuais verificados entre as crianças que estudam nos nossos internatos católicos, não se referindo a êles apenas superficialmente, como • decente e grave Padre Negromonte.

Que se refira a tais factos em revistas científicas é natural e justo, mas não num jornal que é lido por gente de toda classe e idade.

Mas, nas revistas científicas, lidas apenas por maiores e um público selecionado, o padre Arlindo Vieira não publica os seus artigos, porque • que êle visa é o escândalo, como fascista e amoral que é.

Deus! bem sei da tua ira em face dos filisteus, mas, peço-te de novo, perdoa mais uma vez a êsse padre fascista e amoral; êle não sabe o que faz — é um pobre e desgraçado erotomaniaco!

Calvino Filho.

Páginas de Stálin

POR MOTIVO DA MORTE DE LÊNIN

Discurso pronunciado por Stálin no II Congresso dos Soviets da URSS, em 26 de janeiro de 1924

Camaradas: Nós, os comunistas, somos homens de uma têmpera especial. Somos feitos de um tecido especial. Somos os que formam o exercito do grande estrategista proletario, o exercito do camarada Lénin. Não existe nada mais elevado do que a honra de pertencer a este exercito. Não há nada superior ao titulo de membro do Partido, cujo fundador e chefe é o camarada Lénin. Não é permitido a todos serem membros de tal Partido. Não é dado a todos resistir às adversidades e às tempestades a que se está exposto quando se é membro do Partido. Os filhos da classe operaria, os filhos da miseria e da luta, os que sofrem as mais duras privações e realizam os esforços mais heroicos, são estes que, antes de tudo, devem ser membros deste Partido. E' por isto que o Partido dos leninistas, o Partido dos comunistas, se chama também o Partido da classe operaria.

Ao deixar-nos, o camarada Lénin legou-nos o dever de manter elevado e conservar em toda a sua pureza o grande titulo de membro do Partido. Nós te juramos, camarada Lénin, que executaremos honrosamente este mandato!

Durante 25 anos, o camarada Lénin educou nosso Partido e dele fez o Partido operario mais solido e mais bem temperado do mundo. Os golpes do tsarismo e de seus pretorianos, a raiva furiosa da burguesia e dos latifundiários, os assaltos armados de Koltcháik e Denikin, a intervenção armada da Inglaterra e da França, as mentiras e as calunias da imprensa burguesa e de seus inumeros órgãos, todos estes escorpões arremeteram constantemente contra nosso Partido durante um quarto de seculo. Mas nosso Partido prosseguia erguido como um rochedo, rechaçando os inumeraveis golpes de seus inimigos e levando para diante a classe operaria, até a vitoria. Enquanto travava duros combates, nosso Partido forjou a unidade e a coesão de suas fileiras. E graças a essa unidade e a essa coesão conseguiu vencer os inimigos da classe operaria.

Ao deixar-nos, o camarada Lénin legou-nos o dever de velar pela unidade de nosso Partido como pelas pupilas dos nossos

olhos. Nós te juramos, camarada Lênin, que executaremos com honra também este mandato!

O destino da classe operaria é penoso, insuportável. São pesados e cruéis os sofrimentos dos trabalhadores. Escravos e amos, servos e senhores, camponeses e latifundiários, operários e capitalistas, oprimidos e opressores; assim estava constituído o mundo durante séculos, e assim é como ainda hoje prossegue na enorme maioria dos países. Dezenas e dezenas de vezes, no decorrer dos séculos, tentaram os trabalhadores libertar-se do domínio de seus opressores e fazer-se donos de seus destinos. Cada vez, porém, vencidos e humilhados, tiveram que bater em retirada e guardar no fundo do coração a humilhação e a ofensa, o desespero e a ira; tiveram que levantar os olhos para um céu desconhecido de onde esperavam encontrar a salvação. As cadeias da escravidão permaneciam inteiras ou eram substituídas por outras, igualmente pesadas e humilhantes. Unicamente em nosso país, as massas trabalhadoras oprimidas e esmagadas conseguiram libertar-se do domínio dos latifundiários e dos capitalistas, substituindo-o pelo dos operários e camponeses. Vós sabeis, camaradas, e o mundo inteiro o reconhece hoje, que aquela luta gigantesca foi dirigida pelo camarada Lênin e seu Partido. A grandeza de Lênin consiste, antes de tudo, em haver mostrado concretamente às massas oprimidas do mundo inteiro, ao criar a República dos Soviets, que não está perdida a esperança de salvação, que o domínio dos latifundiários e dos capitalistas não é eterno, que o reino do trabalho *pode* ser criado pelos esforços dos próprios trabalhadores, e que é preciso instituí-lo *na terra* e não no céu. Com isto, inflamou o animo dos trabalhadores e dos camponeses do mundo inteiro com a esperança da libertação. É isto o que explica que o nome de Lênin se tenha convertido no nome mais querido das massas trabalhadoras e exploradas.

Ao deixar-nos, o camarada Lênin legou-nos o dever de conservar e fortalecer a ditadura do proletariado. Nós te juramos, camarada Lênin, que não regatearemos esforços para cumprir honrosamente também este mandato!

A ditadura do proletariado foi criada em nosso país sobre a base da aliança dos operários e camponeses. É a base precípua e fundamental da República dos Soviets. Os operários não teriam podido vencer os capitalistas e os latifundiários se não houvessem tido o apoio dos camponeses. Estes não poderiam ter vencido os latifundiários se não houvessem sido orientados pelos operários. Toda a história da guerra civil em nosso país o atesta. Mas a luta pelo fortalecimento da República dos Soviets está longe de haver terminado; o que se fez foi unicamente adotar uma forma nova. Anteriormente, a aliança dos operários com os camponeses consistia numa aliança militar, porque era dirigida contra Koltchák e Deníkin. Agora, a aliança dos operários com os camponeses deve assumir a forma de uma colaboração económica entre a cidade e o

o campo, entre os operarios e os camponeses, porque esta aliança é dirigida contra o comerciante e o *kulak*, porque tem como finalidade o abastecimento mutuo dos camponeses e dos operarios de tudo quanto lhes é necessario. Vós sabeis que ninguem como o camarada Lênin se dedicou com tamanho ardor a essa tarefa.

Ao deixar-nos, o camarada Lênin legou-nos o dever de assegurar com todas as nossas forças a aliança dos operarios e camponeses. Nós te juramos, camarada Lênin, que igualmente executaremos com honra este mandato!

A segunda base da Republica dos Soviets é a aliança dos trabalhadores das diferentes nacionalidades que compõem o nosso país. Russos e ucrainianos, bashkires e bielorrussos, georgianos e azerbaijanianos, armênios e daguestanianos, tartaros e kirguizes, uzbeks e turcomanos, todos estão por igual interessados no fortalecimento da ditadura do proletariado. E' que não só a ditadura do proletariado liberta esses povos das cadeias e do jugo que sobre eles pesavam, como também os referidos povos, por sua adesão incondicional à Republica dos Soviets e sua fidelidade abnegada a ela, a protegem contra as maquinações e intencões dos inimigos da classe operaria. Por isto é que o camarada Lênin nos falava insistentemente da necessidade de uma aliança voluntaria e livre entre os povos de nosso país, da necessidade de sua colaboração fraternal dentro do ambito da União Sovietica.

Ao deixar-nos, o camarada Lênin legou-nos o dever de reforçar e ampliar a União das Republicas Sovieticas. Nós te juramos, camarada Lênin, que também este mandato cumprimos honrosamente!

A terceira base da ditadura do proletariado é nosso Exercito Vermelho, nossa Marinha Vermelha. Mais de uma vez repetiu-nos Lênin que a tregua que arrancamos aos Estados capitalistas pode ter curta duração. Lênin nos indicou repetidas vezes que o fortalecimento do Exercito Vermelho e seu aperfeiçoamento constituem uma das tarefas essenciais do nosso Partido. Os acontecimentos ligados ao *ultimatum* de Curzon e a crise na Alemanha confirmaram mais uma vez que Lênin tinha razão, como sempre. Juremos, pois, camaradas, que não regatearemos esforços para fortalecer nosso Exercito Vermelho, nossa Marinha Vermelha.

No meio do oceano dos Estados burgueses, nosso país ergue-se como um rochedo formidavel. Uns após outros, os vagalhões caem sobre ele, ameaçando afunda-lo e arraza-lo. Mas o rochedo permanece inquebrantavel. Em que consiste sua força? Não é somente porque nosso país repousa sobre a aliança dos operarios e camponeses, porque encarna a aliança de nacionalidades livres e é defendido pelo braço poderoso do Exercito Vermelho e da Marinha Vermelha. A força de nosso país, seu poderio, sua solidez residem na profunda simpatia e no apoio inquebrantavel que encontram no coração dos operarios e camponeses do

mundo inteiro. Os operarios e camponeses de todo o mundo querem manter a Republica dos Soviets como flecha lançada pela mão segura do camarada Lénin no campo do inimigo, como base de sua esperança de se libertarem da opressão e da exploração, com a intuição fiel que lhes indica o caminho da libertação. Querem mantê-la e não permitirão que os latifundiarios e os capitalistas a destruam. E' nisto que reside nossa força. E' esta a força dos trabalhadores de todos os países. E' tambem a debilidade da burguesia do mundo inteiro.

Lénin jamais considerou a Republica dos Soviets como uma finalidade em si mesma. Sempre a considerou como um elo indispensavel para reforçar o movimento revolucionario nos países do ocidente e do oriente, como um elo indispensavel para facilitar a vitoria dos trabalhadores do mundo inteiro sobre o capital. Lénin sabia que só essa concepção era acertada, não somente do ponto de vista internacional como tambem do ponto de vista da manutenção da propria Republica dos Soviets. Lénin sabia que este era o unico meio de inflamar o animo dos trabalhadores do mundo inteiro para as batalhas decisivas pela sua libertação. Foi por isto que Lénin, o chefe mais genial dentre os chefes geniais do proletariado, lançou logo no dia seguinte ao da instauração da ditadura do proletariado as bases da Internacional dos Trabalhadores. E' por isto que ele não se cansava de promover e fortalecer a união dos trabalhadores do mundo inteiro, a Internacional Comunista.

Tendes visto, nestes ultimos dias, a peregrinação de dezenas e centenas de milhares de trabalhadores que têm vindo saudar os restos mortais de Lénin. Dentro de algum tempo, vereis diante de seu tumulto a peregrinação de representantes de milhões de trabalhadores. Podeis estar seguros de que, depois desses representantes de milhões de trabalhadores, virão logo, de todos os rincões do mundo, representantes de dezenas e centenas de milhões de homens, para testemunhar que Lénin foi o chefe não só do proletariado russo, não só dos operarios europeus, não apenas dos trabalhadores das colonias do Oriente, como tambem de toda a humanidade trabalhadora do mundo.

Ao deixar-nos, o camarada Lénin legou-nos o dever de permanecer fieis aos principios da Internacional Comunista. Nós te juramos, camarada Lénin, que não regatearemos nossa vida para fortalecer e ampliar a união dos trabalhadores do mundo inteiro, a Internacional Comunista!

(A Internacional Comunista cumpria brilhantemente sua missão historica, sendo por isso dissolvida, no começo da guerra, quando se exigia de todos os comunistas do mundo o cumprimento de uma tarefa excepcional: destruir o fascismo. Futuramente, decerto, será reorganizada a IC, mas sob forma nova, correspondendo às necessidades do movimento proletario mundial, conforme se apresentarem. — N.R.)



PORQUE A BURGUESIA CRÊ EM DEUS

por PAUL LAFARGUE.

O modo de produção da vida material domina o desenvolvimento social, intelectual e político.

KARL MARX.

I — RELIGIOSIDADE DA BURGUESIA E IRRELIGIOSIDADE DO PROLETARIADO

Sob os auspícios de dois ilustres sábios, Berthelot e Haeckel, o livre pensamento burguês teve singular interesse em levantar sua tribuna em Roma, frente ao Vaticano, a fim de lançar sua eloquência oratória contra o catolicismo, o qual, por meio de seu clero hierárquico e seus dogmas, pretensamente imutáveis, representa para êle a religião.

Por que adotam o processo do catolicismo e crêem, os livres-pensadores, estar isentos da crença em Deus, base fundamental das religiões, qualquer que seja seu nome? Supõem que a burguesia, a classe a que pertencem, pode prescindir do cristianismo, do qual é uma manifestação evidente?

Ainda que tenha podido adaptar-se a outras formas sociais, o cristianismo é, por excelência, a religião das sociedades que repousam sobre as bases da propriedade individual e da exploração do trabalho assalariado. Por isso, tem sido, é e será, diga-se e faça-se o que se quiser, a religião da burguesia. Depois de mais de dez séculos, todos os seus movimentos, realizados tanto para organizar-se, para emancipar-se como para elevar ao poder um dos seus, têm sido acompanhados de crises religiosas, colocando sempre os interesses materiais imediatos sob a proteção do cristianismo, que declarava querer reformar e conduzir à pura doutrina do divino mestre.

Supondo que era possível descristianizar a França, os burgueses revolucionários de 1789 perseguiram os curas com grande sanha. Os mais lógicos, pensando que nada poderia ser conseguido enquanto subsistisse a crença em Deus, aboliram a êste por decreto, como se se tratasse de um funcionário público, e substituíram-no pela deusa Razão. Mas, mal a República entrou em perigo, Robespierre restabeleceu o Ser supremo também por decreto, pois o nome de Deus ainda era mal considerado, e, alguns meses depois, os curas saíam dos seus esconderijos e abriam de novo as igrejas, onde os fiéis se amontoavam, enquanto Bonaparte, para satisfazer à plebe burguesa, firmava a Concordata. Nasceu, então, um cristianismo romântico, sentimental, pinturesco e macarrônico, acomodado por Chateaubriand aos gostos da burguesia triunfante.

Os homens de valia do livre-pensamento afirmaram e afirmam ainda, apesar da evidência, que a ciência desembaraçaria o cérebro humano da

idéia de Deus, tornando-o inútil para a compreensão da mecânica celeste. Não obstante, os homens de ciência, com raríssimas exceções, vivem sob o encanto desta crença. Se na ciência que constitui sua especialidade um sábio não necessita, segundo a expressão de Laplace, da hipótese de Deus para explicar os fenômenos que estuda, não se aventura a declarar que é inútil na verificação daquilo que não entra no quadro de suas investigações e todos os sábios reconhecem que Deus é mais ou menos necessário para o bom funcionamento da engrenagem social e para a moralização das massas populares (1). Não somente a idéia de Deus não está de todo desvanecida da cabeça dos homens de ciência, mas, pelo contrário, floresce a mais grosseira superstição, não já entre as gentes ignorantes dos campos, mas nas capitais civilizadas e entre os burgueses instruídos, alguns dos quais estão em relações com os espíritos, com o objeto de obter notícias de além-túmulo, enquanto outros se ajoelham diante de Santo Antônio de Pádua, pedindo que lhes faça encontrar um objeto perdido ou lhes permita adivinhar o número que vai ser premiado na loteria, ou sair-se bem de um exame na Universidade: isso, quando não consultam adivinhos, sonâmbulas, botadores de cartas para conhecer o futuro, interpretar os sonhos, etc., etc. Os conhecimentos científicos que possuem não os protegem, pois, contra a mais ignorante credulidade.

Mas, enquanto em tôdas as camadas da burguesia o sentimento religioso permanece vivo e se manifesta de mil maneiras, uma indiferença religiosa espontânea, não sem atitude preconcebida, mas inquebrantável, caracteriza o proletariado industrial.

Depois de uma vasta investigação realizada pelo Exército da Saúde sobre o estado religioso de Londres, cujos fiscais visitaram distrito por distrito, rua a rua e, amiúde, casa por casa, seu general, M. Booth, confirma que "a massa do povo não professa religião alguma, nem sente o menor interesse pelas cerimônias do culto... A grande fração do povo que tem o nome de classe operária, que se move entre a pequena burguesia e a classe dos miseráveis, permanece, em conjunto, fora da ação de tôdas as seitas religiosas. Essa classe chegou ao ponto de considerar as igrejas como simples lugares de reunião dos ricos e dos que estão dispostos a aceitar a proteção dos que desfrutam uma posição melhor do que a sua. A generalidade dos operários de nossa época pensam mais nos seus direitos e nas injustiças de que são objeto, do que nos seus deveres, que nem sempre cumprem. A humildade e a consciência de achar-se em estado de pecado não são, quiçá, naturais no operário". Estas indiscutíveis afirmações da irreligião instintiva dos operários de Londres, considerados geralmente como muito religiosos, poderá fazê-las o observador mais superficial nas cidades industrializadas da França. Se nelas se encontram trabalhadores que apresentam sentimentos religiosos, ou que realmente os possuem — são raros —, é que a religião se apresenta aos seus olhos sob a forma de socorros caritativos; se outros são fanáticos livres-pensadores, é que devem ter sofrido a influência da cura em suas famílias ou em suas relações com o patrão.

A indiferença em matéria religiosa, o mais grave sintoma da irreligião, segundo Lamennais, é inata na classe operária moderna. Se os movi-

mentos políticos da burguesia têm revestido uma forma religiosa ou anti-religiosa, não se pode observar no proletariado da grande indústria da Europa e da América nenhum desejo de elaborar uma religião nova para substituir o cristianismo, nem o menor propósito de reformá-lo. As organizações econômicas e políticas da classe operária dos dois mundos desinteressam-se de qualquer discussão doutrinária sobre os dogmas religiosos e idéias espiritualistas, o que não as impede de fazerem guerra aos curas de todos os cultos, porque são os servidores da classe capitalista.

Como os burgueses, que recebem uma educação científica mais ou menos extensa, ainda são prisioneiros das idéias religiosas, das quais se emanciparam os operários?

II — ORIGENS NATURAIS DA IDÉIA DE DEUS NO SELVAGEM

Perorar contra o catolicismo, como os livres-pensadores, ou prescindir de Deus, como os positivistas, não quebranta a persistência na crença em Deus, apesar do progresso e da vulgarização dos conhecimentos científicos e apesar das diatribes de Voltaire e das perseguições dos revolucionários.

E' cômodo perorar e prescindir, mas difícil explicar, pois, para isso, deve-se começar por indagar como e porque a crença em Deus e as idéias espiritualistas penetram na cabeça humana, lançam nela raízes e se desenvolvem. E só se pode encontrar resposta adequada para estas questões remontando-se ao estudo da metafísica dos selvagens, entre os quais imperam manifestamente as idéias espiritualistas que embaraçam o cérebro dos civilizados.

A idéia da alma e de sua sobrevivência é invenção dos selvagens, os quais forjaram um espírito imaterial e imortal capaz de explicar-lhes os fenômenos do sonho. O selvagem, que não duvida da realidade dos seus sonhos, supõe que, se caça em sonhos, se se bate ou se vinga, e, ao despertar, se encontra no mesmo lugar, em que se deitou, é que outro êle mesmo, ou, seja, um *duplo* indivíduo, segundo sua própria expressão, impalpável, invisível e ligeiro como o ar, abandonou seu corpo adormecido para ir caçar ou bater-se. E como se dá o caso de ver em sonhos a seus antecessores e a seus companheiros falecidos, deduz que foi visitado pelos espíritos deles, que sobrevivem à destruição de seus cadáveres.

O selvagem, "êste menino do gênero humano", como lhe chama Vico, tem, da mesma forma que um menino, noções pueris sobre a natureza; crê que pode mandar nos elementos como o faz com os próprios membros, que lhe é possível, com palavras e práticas mágicas, ordenar à chuva que caia, ao vento que sopra, etc. Se teme, por exemplo, que a noite o surpreenda no caminho, ata de certa maneira determinadas ervas para deter o sol, como o fez o Josué da Bíblia com seu rôgo. Possuindo os espíritos dos mortos êste poder sobre os elementos num grau muito maior do que os vivos, invoca-os para que produzam o fenômeno quando têm necessidade dele. Possuindo um valente guerreiro e um feiticeiro hábil mais ação sobre a natureza do que os simples mortais, seus espíritos,

quando mortos, devem, conseqüentemente, ter sobre aquela um poder muito maior que o dôbro da generalidade dos homens. Por isso, o selvagem os escolhe entre a multidão de espíritos para honrá-los com oferendas e sacrifícios, assim como para suplicar-lhes que façam chover quando a seca põe em perigo a colheita, para pedir-lhes a vitória quando entra em luta, ou para que o curem quando está enfermo. Partindo de uma explicação errônea do sonho, os homens primitivos elaboraram os elementos que, mais tarde, haveriam de servir para a criação de um Deus único, o qual não é, em última análise, senão um espírito mais poderoso do que os outros.

A idéia de Deus não é inata, nem uma idéia *a priori*, sinão *a posteriori*, como o são tôdas as idéias, pois o homem só pode pensar depois de ter-se posto em contacto com as idéias do mundo real, que explica como pode.

Não é possível expor num trabalho destas dimensões a maneira logicamente dedutiva segundo a qual a idéia de Deus saiu da idéia da alma, inventada pelos selvagens.

Grant Allen colecionando e resumindo as observações e as investigações dos exploradores, dos folcloristas e dos antropólogos e interpretando-as e esclarecendo-as mediante sua crítica engenhosa e fecunda, seguiu em suas principais etapas o processo de formação da idéia de Deus em sua notável obra *Evolution de l'idée de Dieu*. Demonstrou igualmente, mediante provas, que o cristianismo primitivo, com seu Homem-Deus, morto e ressuscitado, sua Virgem-Mãe, seu Espírito-Santo, suas lendas, seus mistérios, seus dogmas, sua moral, seus milagres e suas cerimônias, nada mais fez que recolher e organizar numa religião idéias e mitos que circulavam desde séculos no mundo antigo.

III — ORIGENS ECONÔMICAS DA CRENÇA EM DEUS

Era de esperar que o extraordinário desenvolvimento e vulgarização dos conhecimentos científicos e a demonstração do encadeamento necessário dos fenômenos naturais houvessem estabelecido a idéia de que o universo, regido por uma lei precisa, estava fora do alcance dos caprichos de uma vontade humana ou sobrehumana e que, por conseguinte, Deus era inútil, posto que ficava despojado das múltiplas funções que a ignorância do selvagem lhe tinha encarregado de preencher. Não obstante, força é reconhecer que a crença num Deus todo-poderoso, que altera a sua vontade a ordem precisa das coisas, subsiste ainda entre os homens de ciência, contando entre os burgueses instruídos pessoas que lhe pedem, como os selvagens, chuvas, vitórias ou a cura de enfermidades.

Ainda que os sábios tenham chegado a criar, entre os burgueses, a convicção de que os fenômenos do mundo natural obedecem a uma lei precisa, de sorte que, determinados pelos que os precedem, determinam, por sua vez, os subseqüentes, restaria ainda por demonstrar que os fenômenos do mundo social são também submetidos a idêntica lei. Mas os economistas, os filósofos, os moralistas, os historiadores, os sociólogos

é os políticos, que estudam as sociedades humanas e têm até a pretensão de dirigí-las, não chegaram nem poderiam chegar a impor a convicção de que os fenômenos sociais dependem de uma lei precisa, como os fenômenos naturais. Porque não puderam estabelecer esta convicção, a crença em Deus constitui uma necessidade para os cérebros burgueses, até mesmo para os mais cultos.

O determinismo filosófico só reina nas ciências naturais porque a burguesia permitiu aos seus sábios o estudo livre do jogo das forças da natureza, que tem todo o interesse em conhecer pois as utiliza para a produção de suas riquezas: mas, devido à situação que ocupa na sociedade, não podia conceder a mesma liberdade aos seus economistas, filósofos, moralistas, historiadores, sociólogos e políticos, razão por que estes não puderam aplicar o determinismo filosófico às ciências do mundo social. Pela mesma razão, havia impedido, outrora, a igreja católica, o livre estudo da natureza e foi preciso destruir sua dominação social para que fossem criadas as ciências naturais.

O problema da crença em Deus pela burguesia só pode ser abordado desde que haja uma exata noção do papel que esta desempenha na sociedade.

O papel social da burguesia moderna não é o de produzir as riquezas, mas o de fazê-las produzir pelos trabalhadores assalariados, de acumulá-las e distribuí-las entre os membros de sua classe, depois de ter entregue aos seus produtores manuais e intelectuais o estritamente indispensável para viver e reproduzir-se.

As riquezas arrebatadas aos trabalhadores constituem o botim da classe burguesa. Os guerreiros bárbaros, depois do saque de uma cidade, punham em comum os produtos da pilhagem, dividiam-nos em partes tão iguais quanto possível e os distribuíam por meio de sorteios entre os que houvessem arriscado a vida para conquistá-los.

A organização da sociedade permite à burguesia apoderar-se das riquezas sem que nenhum dos seus membros se veja obrigado a arriscar a vida: apossa-se dêsse colossal botim, sem correr perigos, constitui um dos maiores progressos da civilização. As riquezas arrebatadas aos produtores não são divididas em partes iguais para serem distribuídas por meio de sorteios, mas repartidas por meio de aluguéis, rendas, dividendos, juros e lucros industriais e comerciais proporcionalmente ao valor da propriedade móvel ou imóvel, ou, seja, na proporção da importância do capital que cada burguês possui.

A posse de uma propriedade, de um capital, e não de qualidades físicas, intelectuais ou morais, é a condição *sine qua non* para receber parte na distribuição das riquezas: um morto as possui, enquanto que um vivo delas não participará, desde que não apresente um título que o habilite como possuidor. A distribuição não se realiza entre homens, mas entre proprietários. O homem é zero; só se leva em conta a propriedade.

Quis-se assimilar erroneamente a luta darwiniana, que os animais sustentam entre si para obter os meios de subsistência e de reprodução, com a luta desencadeada entre os burgueses para a distribuição de riquezas. As qualidades de força, valor, agilidade, paciência, engenho, etc., que

asseguram a vitória ao animal, são parte integrante do seu organismo, enquanto a propriedade, que proporciona ao burguês parte das riquezas que ele produziu, não está incorporada ao indivíduo. Esta propriedade pode aumentar ou diminuir e proporcionar-lhe, portanto, uma parte maior ou menor de riqueza, sem que tal aumento ou diminuição sejam motivados pelo exercício de suas qualidades físicas ou intelectuais. Dêsse modo, poderia dizer-se que a velhacaria, a intriga e o charlatanismo, numa palavra, que as qualidades mentais inferiores permitem ao burguês apoderar-se de uma parte maior que aquela que a percepção do seu capital autoriza: neste caso, ludibria aos seus colegas burgueses. Se a luta pela vida pode ser, pois, em muitas circunstâncias, uma causa de progresso para os animais, a luta para as riquezas é uma causa de degeneração para os burgueses.

A missão social de apoderar-se das riquezas produzidas pelos assalariados faz da burguesia uma classe parasita: seus membros não concorrem para a criação das riquezas, à exceção de alguns, cujo número diminui incessantemente. Ainda nestes casos, o trabalho que proporcionam não corresponde à parte de riqueza com que são beneficiados.

Se o cristianismo, depois de ter sido, nos primeiros séculos, a religião das multidões mendicantes, que o Estado e os ricos mantinham mediante distribuições diárias de viveres, se converteu na religião da burguesia, a classe parasita por excelência, é que o parasitismo é a essência do cristianismo. No Sermão da Montanha, Jesus expôs magistralmente seu caráter. Ali formulou o *Padre nosso*, a oração que cada fiel deve elevar a Deus para pedir-lhe o *pão de cada dia*, em vez de pedir trabalho, e a fim de que nenhum cristão digno dêsse nome seja tentado a recorrer ao esforço próprio para obter as coisas necessárias à vida, e Jesus ajuntou: "Observai os pássaros do ar: não semeiam nem colhem e, não obstante, o Pai celestial os alimenta... Não vos inquieteis, pois, e não pergunteis que comeremos amanhã, que beberemos, de que nos vestiremos?... Vosso Pai celestial conhece tôdas as vossas necessidades". O Pai celestial da burguesia é a classe dos assalariados manuais e intelectuais: ela é o Deus que satisfaz a todos os seus desejos.

Mas a burguesia não pode reconhecer seu caráter parasitário sem firmar ao mesmo tempo seu decreto de morte. Por isso, enquanto dá rédea solta aos seus homens de ciência para que, sem ser molestados por dogma algum, nem detidos por qualquer consideração, se dediquem ao estudo mais livre e profundo possível das forças da natureza, que aplica à produção das riquezas, impede aos seus economistas, filósofos, moralistas, historiadores, sociólogos e políticos o estudo imparcial do problema social e condena-os a buscar razões que possam servir de justificação à sua fenomenal fortuna (2). Preocupados os sábios com a sorte da fonte das remunerações que recebiam ou receberiam, dedicaram-se a investigar com grande empenho se por um afortunado acaso as riquezas sociais não teriam outra origem além do trabalho assalariado e descobriram que o trabalho, a economia, a ordem, a honradez, o saber, a inteligência e muitas outras virtudes dos burgueses industriais, comerciantes ou proprietários territoriais, banqueiros, acionistas e rentistas concorriam para

a sua produção de maneira tão eficaz quanto o trabalho dos assalariados manuais e intelectuais, e que, por isso, tinham o direito de apoderar-se da parte do leão, não deixando aos outros sinão a parte da besta de carga.

O burguês cuve-os sorrindo, porque fazem seu elogio e logo repete suas imprudentes afirmações, declarando-as verdades eternas. Mas, por muito pequena que seja sua inteligência, não pode admiti-las em seu fôro íntimo, pois bastará olhar em torno de si mesmo para verificar que os que trabalham tôda a vida, se não possuem capital, são mais pobres que Job, e que os que só possuem o saber a inteligência, a economia e a honradez, e exercem estas qualidades, devem limitar sua ambição às refeições diárias e a quasi nada mais. "Se os economistas, os filósofos e os políticos, que têm muito engenho e conhecem a literatura, não puderam, apesar de exaustivas investigações, encontrar razões mais adequadas para explicar a origem das riquezas da burguesia, é que há intriga no assunto, é que há causas desconhecidas cujos mistérios não podem ser sondados". Um desconhecimento da ordem social levanta-se diante do burguês.

Para tranquilidade de sua ordem social, o capitalista tem interesse em que os assalariados acreditem em que as riquezas são o fruto de suas inúmeras virtudes; mas, na realidade, está tão convencido de que constituem uma recompensa de suas qualidades, como de que as trufas, que come tão vorazmente, como os porcos, são cultiváveis. Uma única coisa lhe importa: é possuir tais riquezas, e o que o inquieta é supor que um dia possa perdê-las sem que seja sua a culpa. Não se pode evitar esta desagradável perspectiva, pois ainda no estreito círculo dos seus conhecimentos viu indivíduos perderem seus bens, enquanto outros, que viviam com as maiores dificuldades, ficaram ricos.

As causas dêstes reverses e destas fortunas escapam à sua inteligência, da mesma forma que à daqueles que as experimentaram. Numa palavra, observa uma contínua mudança de riquezas, que são para êle do domínio do desconhecido, vendo-se induzido a atribuir estas transferências de fortuna à sorte, ao acaso (3).

Não é possível esperar que o burguês chegue jamais a possuir uma noção positiva da distribuição das riquezas, porque, à medida que a produção mecânica se despessoaliza, reveste a forma coletiva e impessoal das sociedades por ações, cujos títulos acabam por ser arrastados ao torvelinho da Bôlsa. Ali, passam de mão em mão, sem que vendedores nem compradores tenham visto a propriedade que representam nem saibam exatamente o lugar geográfico em que se acha situada. Ali são trocados, perdidos por uns e ganhos por outros de maneira tão parecida aos jogos, que as operações da Bôlsa tomam êsse nome. Todo o desenvolvimento econômico moderno tende cada dia mais a transformar a sociedade capitalista num vasto estabelecimento de jôgo, onde os burgueses ganham e perdem capitais por efeito de acontecimentos que ignoram, que escapam a qualquer previsão e a qualquer cálculo, parecendo dependerem exclusivamente do acaso. Na sociedade burguesa reina o imprevisito, tanto quanto numa casa de jôgo.

O jogo, que, na Bolsa, se manifesta sem disfarces, tem sido sempre uma das condições de vida do comércio e da indústria. Seus contornos são tão imprevisíveis e tão numerosos, que, amiúde, fracassam as operações melhor realizadas e melhor concebidas, enquanto outras, concebidas apressadamente, triunfam. Estes acertos ou estes fracassos, devidos a causas inesperadas, geralmente desconhecidas, parecem obra exclusiva do acaso e predispõem o burguês ao jogo da Bolsa, o qual aviva e fortifica esta disposição. O capitalista, cuja fortuna está empregada em valores de Bolsa, que ignora o porquê das alterações dos preços e dividendos, é um jogador profissional. E o jogador, que só pode atribuir seus ganhos e suas perdas à sorte ou à fatalidade, é um indivíduo eminentemente supersticioso. Os concorrentes habituais às casas de jogo empregam todos os mágicos encantos para conjurar a sorte: um resa uma oração a Santo Antônio de Pádua ou a qualquer santo, outro conserva na mão uma pata de coelho, etc.

O burguês vive em completo desconhecimento da ordem social, como o selvagem desconhece quanto afeta à ordem natural. Todos os atos da vida civilizada, ou quasi todos, tendem a desenvolver no homem o hábito supersticioso e místico próprio do jogador de profissão. O crédito, por exemplo, sem o qual não seria possível o comércio nem a indústria, é um ato de fé no acaso, no desconhecido, que faz quem toma o empréstimo, pois não tem nenhuma garantia positiva de que, no vencimento, poderá cumprir seus compromissos, porquanto a solvência depende de mil e um acidentes tão imprevisíveis quanto desconhecidos.

Outros fenômenos econômicos diários insinuam no espírito burguês a crença numa força mística, sem base material, desprendida de toda substância. O bilhete de Banco, para não citar sinão um exemplo, incorpora uma força social tão pouco em relação com tão limitada matéria, que prepara a inteligência burguesa a aceitar a idéia de uma força que existisse independentemente da matéria. Este miserável pedaço de papel, que ninguém se dignaria recolher, não fôra seu poder mágico, proporciona a quem o possui quanto há de mais material e desejável no mundo civilizado, pão, carnes, vinho, casas, terras, cavalos, mulheres, saúde, consideração e honrarias etc., etc.; os prazeres dos sentidos e as satisfações do espírito; Deus não faria mais. A vida burguesa é um tecido de misticismo (4).

A crise do comércio e da indústria representam ante o amedrontado burguês enormes forças, de irresistível poder, que semeiam desastres tão espantosos como a cólera do Deus cristão. Quando estas forças se desencadeiam no mundo civilizado, arruinam os burgueses aos milhares e destroem os produtos e os meios de produção aos centenares de milhões (valor). Os economistas registam, há um século, sua repetição periódica, sem poder emitir uma hipótese a respeito das causas que originam estas catástrofes. A impossibilidade de descobrir estas causas na terra sugeriu a alguns economistas ingleses a idéia de buscá-las no sol, cujas manchas, dizem, destruindo por meio da seca as colheitas da Índia, diminuem seus meios de compra das mercadorias européias, determinando as crises. Estes sisudos sábios transladam-nos cientificamente à astrologia da Idade

Média, que subordinava à conjunção dos astros os acontecimentos das sociedades humanas e à crença dos selvagens na ação das estrêlas errantes, dos cometas e dos eclipses de lua sobre seus destinos.

O mundo econômico proporciona ao burguês insondáveis mistérios, que os economistas se resignam a não aprofundar. O capitalista, que, graças aos seus sábios, chegou a dominar as forças naturais, queda tão aturrido ante os incompreensíveis efeitos das forças econômicas, que as considera invencíveis, como o é Deus e deduz que o mais prudente é suportar com resignação as desgraças que produzem e aceitar com reconhecimento as vantagens que ocasionam. Como Job, diz: "O Eterno m'o havia dado, o Eterno m'o tirou, bendito seja o nome do Eterno". As forças econômicas parecem-lhe fantásticas, como seres benéficos e maléficos (5).

Os terríveis enigmas de caráter social, que envolvem o burguês e que, sem saber a causa, atentam contra seu comércio, sua indústria, sua fortuna, seu bem-estar e sua vida, são tão incompreensíveis, para êle, como o eram para o selvagem os enigmas de caráter natural que estremeciam e exaltavam sua exuberante imaginação. Os antropologistas atribuem a bruxaria, a crença na alma, nos espíritos e em Deus, do homem primitivo, a seu desconhecimento do mundo natural. A mesma explicação é aplicável ao homem civilizado: suas idéias espiritualistas e sua crença em Deus devem ser atribuídas à sua ignorância do mundo social. A constante incerteza de sua prosperidade e as ignoradas causas de sua adversidade ou de sua fortuna predispõem os burgueses a admitir, tanto quanto o selvagem, a existência de seres superiores que, segundo suas fantasias, atuam sobre os fenômenos sociais, para que sejam favoráveis ou desfavoráveis, como o dizem Teognis e os livros do Antigo Testamento. Por isso, a fim de mantê-los favoráveis, se entregam às práticas da mais grosseira superstição, comunicam-se com os espíritos do outro mundo, acendem velas às santas imagens e fazem orações ao Deus trino dos cristãos ou ao Deus único dos filósofos.

Vivendo em plena natureza, o selvagem impressiona-se, em primeiro lugar, com os enigmas de ordem natural que, pelo contrário, afetam muito pouco ao burguês, que só conhece uma natureza decorativa, raquítica, familiar. Os numerosos serviços que a ciência lhe prestou, para enriquecê-lo, e os que ainda espera dela, fizeram nascer em seu espírito uma fé cega em seu poder, até o ponto de não abrigar a menor dúvida de que acabará resolvendo um dia os enigmas da natureza e até mesmo prolongando indefinidamente sua vida, segundo promete Metchinikov, o microbiomaniaco. O mesmo, porém, não sucede com os enigmas do mundo social, únicos que o preocupam, os quais considera incompreensíveis. O desconhecimento destes enigmas da ordem social e não os da ordem natural são os que insinuam em sua cabeça, pouco imaginativa, a idéia de Deus, que não teve o trabalho de inventar, pois já a encontrou pronta para dela se apropriar. Os incompreensíveis e insolúveis problemas sociais tornam Deus tão necessário, que o teriam inventado se já não existisse.

Preocupado o burguês com o desconcertante oscilar das fortunas e dos fracassos e pelo incompreensível jogo das forças economicas, vê-se confundido, ainda por cima, pela brutal contradição entre sua conduta e a de seus camaradas com as noções de justiça, de moral e de probidade propagadas entre o povo. Repete estas noções sentenciosamente, mas a elas não ajusta perfeitamente suas ações, embora peça às pessoas que se encontram em contacto consigo que as cumpram estritamente. Por exemplo: se o negociante entrega ao cliente um genero avariado ou falsificado, apesar disso, quer receber, em pagamento, moeda boa e legítima; se o industrial rouba o operario ao medir seu trabalho, nem por isso deixará de exigir-lhe que não perca nem um minuto da jornada para a qual o contractou; se o burguês patriota — todos os burgueses são patriotas — se apodera da patria de um povo mais fraco, tem por dogma comercial a integridade de sua pátria, que, segundo expressão de Cecil Rhodes, é *uma razão social*. A justiça, a moral e os demais principios mais ou menos eternos, só são validos, para os burgueses, quando uteis aos seus interesses. Estes principios têm duas faces, risonha e indulgente uma, a que olha para eles; e feroz e imperativa a outra, a que está voltada para os demais.

A perpetua e geral contradição entre os atos e as noções de justiça e de moral, que se poderia supor bastante para quebrantar entre os burgueses a ideia de um Deus justiceiro, consolida-a, pelo contrario, e prepara o terreno para a da imortalidade da alma, que se havia desvanecido entre os povos chegados ao periodo patriarcal. Esta ideia é mantida, fortificada e constantemente avivada entre os burgueses, por seu costume de esperar uma remuneração para tudo, tanto para o que fazem como para o que não fazem (6). Não emprega operarios, não fabrica generos, não vende, não compra, não empresta dinheiro ou faz um serviço qualquer sem a esperança de retribuição, isto é, de obter lucros. A constante ideia do lucro faz com que não realize nenhuma ação apenas pelo prazer de realizá-la, sinão com o propósito de obter uma recompensa. Se é generoso, caritativo, honrado, ou até se se limita a não ser desonesto, não lhe basta a satisfação de sua consciencia: precisa, alem disso, de uma retribuição. E se na terra não obtem a recompensa desejada, o que ocorre amiude, espera obtê-la no céu. Não sòmente espera uma remuneração por suas boas ações, e por abster-se das más, mas tambem espera uma compensação por seus infortúnios, por seus fracassos, por seus dissabores e até mesmo por suas tristezas. Seu "eu" é tão imenso que, para conte-lo, une o céu à terra. As injustiças na civilização são tão numerosas e manifestas, e as de que ele é vitima adquirem aos seus olhos tão desmedidas proporções, que, no seu modo de pensar, serão forçosamente reparadas um dia. Mas êste dia só poderá brilhar no outro mundo; sòmente no céu tem a certeza de obter a recompensa dos seus infortúnios. A vida depois da morte é para êle uma coisa certa, pois seu bom Deus, justo e reconhecido às virtudes burguesas, não deixará de conceder-lhe recompensas pelo que fez e pelo que deixou de fazer, assim como reparações pelo que sofreu. No tribunal comercial do céu serão apuradas as contas que não puderam ser saldadas na terra.

O burguês não chama injustiça ao açambarcamento das riquezas criadas pelos assalariados: êste despojo, no seu modo de entender, é um ato

de justiça, não podendo conceber que Deus ou outro ser qualquer tenha sobre este ponto uma opinião diferente da sua. Não crê, todavia, que, quando se permite aos operários ter o desejo de melhorar suas condições de vida e de trabalho, se viole a justiça eterna; mas, como sabe perfeitamente que essas melhoras deverão ser realizadas às suas expensas, pensa que é uma medida de prudência política prometer-lhes uma vida futura, quando nadarão na abundância, como burgueses. A promessa da felicidade póstuma é para ele a mais econômica maneira de dar satisfação às reclamações operárias. A vida além da morte para o que se compraz em esperar até então para satisfazer o seu "eu", converte-se em instrumento de exploração.

Desde o momento em que as contas da terra serão definitivamente saldadas no céu, Deus se converte, necessariamente, em juiz, tendo à sua disposição um Eldorado para uns e um presídio para outros, como o afirma o cristianismo, segundo Platão (7).

O juiz celeste pronuncia suas sentenças consoante o Código judicial da civilização, acrescido de algumas leis morais que não puderam ser incluídas naquele.

O burguês moderno não se preocupa, em primeiro lugar, sinão com as remunerações e compensações de além-túmulo. Por outro lado, manifesta muito pouco interesse no castigo dos maus, isto é, dos que cometeram faltas pessoais. O inferno cristão, pouco o preocupa, primeiramente porque está convencido de que nada fez nem pode fazer para merecê-lo e, ademais, porque guarda escasso ódio aos camaradas que lhe prejudicaram, de tal maneira que sempre está disposto a reatar as relações de negócios ou de prazeres se vê proveito nisso. Até revela certo afeto em relação àqueles que o enganaram, porque, depois de tudo, não lhe fizeram mais do que lhes fez ele ou teria desejado fazer-lhes. Na sociedade burguesa, todos os dias se vêem indivíduos, cujos *chantages* provocam grandes escândalos e os quais se julgam aniquilados para sempre, voltarem à superfície e alcançarem honrosas posições. Para começar de novo os negócios e para conferir-lhes patente de honradez, só se lhes exige que tenham dinheiro (8).

O inferno só poderia ser inventado por homens e para homens torturados pelo ódio e pela paixão da vingança. O Deus dos primeiros cristãos é um verdugo implacável, que experimenta grande prazer diante dos suplícios impostos eternamente aos infiéis, seus inimigos. "Jesús, disse São Paulo, remontará ao céu com os anjos de sua potestade, com chamas flamígeras, exercendo a vingança contra os que não conhecem a Deus e não se submetem a seu Evangelho. Estes serão castigados com a pena eterna, em presença do Senhor e ante a glória do seu poderio" (II. Thess. I, 6-9). O cristão de então esperava com fé tão fervente a recompensa de sua piedade como o castigo dos seus inimigos, que se convertiam em inimigos de Deus. Como o burguês já não alimenta estes ferozes ódios, pois o ódio não traz benefício algum, não tem necessidade de um inferno para satisfazer sua vingança, nem de um Deus verdugo para castigar aos camaradas que o enganaram.

A crença da burguesia em Deus e da imortalidade da alma é um dos fenômenos ideológicos de seu meio social, e não se desembaraçará sinão

depois de tê-la despojado de suas riquezas arrebatadas aos assalariados e depois de tê-la transformado de classe parasita em classe produtora.

A burguesia do século XVIII, que lutava na França para apoderar-se da ditadura social, atacou com furor o clero católico e o cristianismo porque eram as pontas de lança da aristocracia. Se, no ardor da batalha, alguns de seus chefes, Diderot, La Metrie, Helvetius e d'Holbach, levaram sua irreligião até ao ateísmo, outros, tão interpretes de seu espírito, sinão mais, como Voltaire, Rousseau, Turgot, etc., não chegaram jamais à negação de Deus. Os filósofos materialistas e sensualistas, Cabanis, Maine de Biran, de Gérando, que sobreviveram à Revolução, retrataram-se publicamente de suas doutrinas ímpias. Não se deve acusar estes homens notáveis de haverem traído as doutrinas filosóficas que, desde o princípio de sua carreira, lhes haviam assegurado notoriedade e meios de existência; somente a burguesia é disso culpada, pois uma vez vitoriosa perdeu sua irreligiosa combatividade, e, como os cães da Bíblia, vomitou novamente o cristianismo que, como a sífilis, é uma enfermidade constitucional que tem no sangue. Aqueles filósofos sofreram a influência do ambiente social: eram burgueses e evoluíram com sua classe.

Este ambiente, ao qual não podem fugir nem os burgueses mais instruídos nem os mais emancipados intelectualmente, é responsável pelo deísmo dos homens de gênio como Cuvier, Geoffroy Saint-Hilaire, Faraday e Darwin e do positivismo de sábios contemporâneos que, não se atrevendo a negar a Deus, se abstêm de se ocupar dEle. Mas esta abstenção é um implícito reconhecimento da existência de Deus, do qual têm necessidade para conhecer o mundo social, que lhes parece um joguete do acaso, em vez de estar regido por uma lei precisa, como o mundo natural.

Crendo fazer um epigrama contra a liberdade da sua classe, Brunetière repete a frase do jesuíta alemão Gruber, que "o desconhecido é uma idéia de Deus apropriada à franco-maçonaria". O desconhecido não pode ser a idéia de Deus para ninguém, mas é sua causa geratriz, tanto entre os selvagens e os bárbaros quanto entre os burgueses cristãos e franco-maçons. Se os enigmas do meio natural tornaram necessária para o selvagem e para o bárbaro a idéia de um Deus, criador e regulador do mundo, os enigmas do meio social fazem necessária para o burguês a idéia de um Deus, distribuidor das riquezas arrebatadas aos assalariados manuais e intelectuais, dispensador dos bens e dos males, remunerador das ações, distribuidor das injustiças e reparador das faltas. O selvagem e o burguês são induzidos à crença em Deus sem o perceberem, da mesma maneira como são arrastados pela rotação da terra.

IV — EVOLUÇÃO DA IDÉIA DE DEUS

A idéia de Deus, que os enigmas do meio natural e do meio social fizeram germinar no cérebro humano, não é invariável. Pelo contrário, modifica-se com o tempo e com o lugar, evoluindo à medida que o modo de produção se desenvolve e transforma o meio social.

Para os gregos, os romanos e os povos da antiguidade, Deus permanecia num lugar determinado e só existia para ser útil a seus adoradores

e prejudicial aos inimigos. Cada família possuía seus deuses particulares, que eram os espíritos dos antecessores divinizados, e cada cidade tinha sua divindade municipal ou *poliade*, como lhe chamavam os gregos. O deus ou a deusa municipal residia no templo que lhe era consagrado e estava incorporado em sua efígie, que consistia, amiúde, num bloco de madeira ou numa pedra. Estes deuses só se interessavam pela sorte dos habitantes da cidade. Os deuses dos antepassados não se ocupavam sinão de assuntos da família. O Jeová da Bíblia era um deus desta espécie. Permanecia num cofre de madeira, chamado Arca Sagrada, que era transportada quando as tribus mudavam de lugar. Colocavam-na também à frente dos exércitos, para que Jeová se batesse por seu povo. Se castigava cruelmente aos que faltavam às suas leis, também prestava numerosos serviços, segundo nos conta o Antigo Testamento. Quando o deus municipal não estava à altura das circunstâncias, juntava-se-lhe outra divindade. Durante a segunda guerra púnica, os romanos fizeram vir de Pessinonte a estátua de Cibele, a fim de que a deusa da Ásia Menor os ajudasse a defenderem-se contra Aníbal. Quando os cristãos demoliam e rompiam as estátuas dos deuses para desalojá-los dos seus lugares e impedir que protegessem aos pagãos não tinham outra idéia da divindade. Os selvagens acreditavam que a alma constituía um segundo corpo. Por isso, seus espíritos divinizados, ainda que incorporados em pedras, em pedaços de madeira ou em bestas, conservavam a forma humana. De igual modo, para S. Paulo e para os Apóstolos, Deus era antropomorfo. Por isso, fizeram dêle um Homem-Deus a êles semelhante quanto ao corpo e ao espírito, enquanto que o capitalista moderno o concebe sem cabeça e sem braços e presente em tôdas as partes em vez de estar aposentado num lugar determinado do globo.

Os romanos e os gregos, assim como os judeus e os primeiros cristãos, não acreditavam que o seu deus fôsse o único da criação. Os judeus acreditavam em Moloch, em Baal e noutros deuses dos povos com os quais guerreavam com a mesma firmeza com que o faziam com Jeová os cristãos dos primeiros séculos e da Idade Média, e se chamavam Júpiter e Alá de falsos deuses, consideravam-nos, não obstante, deuses, capazes de realizar prodígios milagrosos, tanto quanto Jesus e seu Pai Eterno (9). Precisamente porque acreditavam na multiplicidade dos deuses, era possível que cada povoação tivesse um deus a seu serviço, encerrado num templo e incorporado num objeto qualquer: Jeová estava incorporado numa pedra. O capitalista moderno, que pensa que seu deus está presente em todos os lugares da terra, não pode aceitar mais que a noção de um deus único e a ubiqüidade que atribui a um deus impede que o apresente com rosto, nádegas, braços e pernas, como o Júpiter de Homero e Jesus de S. Paulo.

As divindades adotadas pelas cidades guerreiras da antiguidade, sempre em luta com os povos circunvizinhos, não podiam corresponder às necessidades que a produção mercantil criava nas cidades comerciais e industriais, obrigadas, pelo contrário, a manter relações pacíficas com as nações vizinhas. As necessidades do comércio e da indústria obrigaram a burguesia nascente a desmunicipalizar as divindades e a criar deuses cosmopolitas.

Sete ou seis séculos antes da era cristã, nas cidades marítimas da Jônia, da Grande Grécia e da Grécia observam-se tentativas destinadas a organizar relações cujos deuses não seriam monopolizados exclusivamente por uma cidade, mas reconhecidos e adorados por diversos povos, inclusive pelos inimigos. Estas novas divindades, Isis, Remeter, Dionisos, Mitra, Jesús, etc., algumas das quais pertencem à época patriarcal, revestiam ainda a forma humana, embora já se começasse a sentir a necessidade de um Ser supremo, que não fôsse antropomorfo. Mas só na época capitalista chegou a impor-se a idéia de um deus amorfo, como consequência da forma impessoal revestida pela propriedade das sociedades por ações.

A propriedade impessoal, que introduziu um modo de posse absolutamente novo e diametralmente oposto ao que existira até então, deveria modificar necessariamente os hábitos e costumes do burguês e transformar, por conseguinte, sua mentalidade. Até seu aparecimento, na França não se podia possuir mais que um vinhedo em Bordéus, de um tear no Ruão, de uma forja em Marselha ou de uma drogaria em Paris. Cada uma destas propriedades, distinta pelo gênero da indústria e pela situação geográfica, era possuída por um único indivíduo, ou por dois ou três, no máximo. Era raro que uma só pessoa possuísse algumas.

Com a propriedade impessoal sucede o contrário. Uma estrada de ferro, uma mina, um banco, são propriedade de centenas e de milhares de capitalistas e um mesmo capitalista pode ter em sua renda ações das dívidas públicas da França, da Prússia, da Turquia e do Japão e das minas de ouro do Transvaal, dos bondes elétricos da China, de uma linha de vapores transatlânticos, de uma plantação de café no Brasil ou de uma mina de carvão na França.

O capitalista não pode ter, em relação à propriedade impessoal de cujos títulos é possuidor, o mesmo carinho que o burguês manifesta pela que ele administra ou faz dirigir sob sua intervenção: o único interesse que por ela sente está na proporção do preço pago pela ação adquirida e do dividendo que dela percebe. A ele pouco importa que este dividendo seja proporcionado por uma empresa de extração de letreiras, por uma refinaria de açúcar ou por uma fiação de algodão, e domiciliada em Paris ou Pequim. Desde o momento em que só o dividendo é o que lhe importa, desaparecem os caracteres diferenciais das propriedades que o proporcionam. E estas propriedades, de indústrias e de situações geográficas diferentes identificam-se para o capitalista numa propriedade única, proporcionadora de dividendos cujos títulos, circulando na Bôlsa, continuam conservando diversos nomes de ofícios e de países.

A propriedade impessoal, que abarca todos os ofícios e se estende sobre todo o globo, espalha seus tentáculos providos de sugadores de dividendos, tanto numa nação cristã quanto num país maometano, budista ou fetichista. Sendo a acumulação de riquezas a paixão dominante do burguês, esta identificação de propriedades de natureza e de nacionalidades diversas, numa propriedade única e cosmopolita deveria refletir-se em sua inteligência e influir em sua concepção de Deus (10). A propriedade impessoal indu-lo, sem que ele o perceba, a identificar os deuses da terra

num deus único e cosmopolita, que nuns países tem o nome de Jesús, noutros de Alá ou de Buda e é adorado segundo os diferentes ritos.

E' um facto histórico que a idéia de um deus único e universal, que Anaxagoras foi um dos primeiros a conceber, e que, durante séculos, só foi alimentada no cérebro de alguns pensadores, não se converteu em idéia geral até que predominasse a civilização capitalista. Mas como, ao lado dessa propriedade impessoal, única e cosmopolita, subsistem ainda inúmeras propriedades pessoais e locais, os deuses locais e antropomorfos faziam germinar no cérebro do capitalista a idéia do deus único e cosmopolita.

A divisão dos povos em nações comercial e industrialmente rivais obriga a burguesia a dividir seu deus único noutros tantos deuses quantas são as nações existentes. Assim, cada povo da cristandade crê que o deus cristão, que é, sem embargo, o deus de todos os cristãos, é seu deus nacional, como o era o Jeová dos judeus e o Pálas-Atenáia dos atenienses. Quando duas nações cristãs declaram guerra uma à outra, cada uma roga a seu deus nacional e cristão que combata por ela, e, se obtem a vitória, entoam um *Te Deum* em sinal de agradecimento por haver derrotado a nação rival e a seu deus nacional e cristão. Os pagãos faziam lutar entre si deuses diferentes; os cristãos fazem com que o seu deus único lute consigo mesmo. O deus único e cosmopolita não poderia destronar completamente aos deuses nacionais do cérebro burguês, a não ser que todas as nações burguesas estivessem centralizadas numa única nação.

A propriedade impessoal possui outras qualidades que transmitiu ao deus único e cosmopolita.

O proprietário de um campo de trigo, de uma oficina de carpintaria ou de uma tenda de mercearia pode ver, tocar, medir e valorizar sua propriedade, cuja forma clara e precisa impressiona seus sentidos. Mas o proprietário de títulos de renda de uma dívida pública e de ações de uma estrada de ferro, de uma mina de carvão, de uma companhia de seguros ou de um banco não pode ver, tocar, medir nem valorizar a partícula de propriedade que seus títulos e ações representam: em que bosque ou edifício do Estado, em que vagão, tonelada de hulha, apólice de seguro ou caixa de banco poderia supor que se encontrasse.

Seu fragmento de propriedade está perdido, fundido num vasto todo, do qual não pode nem mesmo fazer uma idéia, pois se viu locomotivas e estações, da mesma forma que galerias subterrâneas, não pôde apreciar em conjunto uma estrada de ferro e uma mina; e, quanto à dívida pública de um Estado, um banco ou uma companhia de seguros, não são suscetíveis de ser representados por uma imagem qualquer. A propriedade impessoal, da qual é um dos coproprietários, não pode adquirir em sua imaginação mais que uma forma vaga, imprecisa, indeterminada; para ele é mais um ser que raciocina, que revela sua existência por meio de dividendos, do que uma realidade sensível.

Sem embargo, esta propriedade impessoal, indefinida, como um conceito metafísico, provê todas as suas necessidades, como o Padre celestial dos cristãos, sem exigir d'ele outro trabalho nem dor de cabeça mais de que esperar os dividendos, que recebe com beatífica satisfação de corpo

e de espírito como uma graça do capital, do qual a graça de Deus, "o mais verdadeiro dos dógmas cristãos", segundo Renan, é a expressão religiosa. Já não se preocupa em conhecer o caráter da propriedade impessoal que lhe proporciona rendas e dividendos, nem por saber se seu deus único e cosmopolita é homem, mulher ou besta, inteligente ou idiota, nem se possui as qualidades de força, ferocidade, bondade, justiça, etc., das quais eram providos os deuses antropomorfos. Tãopouco perde tempo dirigindo-lhe orações, pois sabe que nenhuma súplica modificará a taxa de renda e do dividendo da propriedade impessoal da qual seu deus único e cosmopolita é o reflexo intelectual.

Ao mesmo tempo que a propriedade impessoal metamorfoseava o deus antropomorfo dos cristãos num deus amorfo e num ser raciocinante, num conceito metafísico, despojava o sentimento religioso da burguesia da virulência que havia engendrado a febre fanática dos mártires, dos cruzados e dos inquisidores, e transformava a religião numa questão de gosto pessoal, como a cozinha, que cada um dirige à sua maneira, com manteiga ou com azeite, com alho ou sem ele. Mas, se a burguesia capitalista tem necessidades de uma religião e se encontra o cristianismo liberal por sua conveniência, não pode aceitar sem graves emendas a Igreja católica, cujo despotismo inquisitorial desce até aos detalhes da vida privada e cuja organização de bispos, curas, monges e jesuitas, disciplinados e obedecendo cegamente aos mandatos que recebem, constitui uma ameaça para a ordem pública. A Igreja católica poderia ser suportada pela sociedade feudal, na qual todos os seus membros, desde o servo ao rei, estavam unidos por direitos e deveres recíprocos; mas não pode ser tolerada pela democracia burguesa, cujos membros, iguais ante a fortuna e a lei, ainda que divididos por interesses, se acham entre si em perpétua guerra industrial e comercial e querem ter sempre o direito de criticar as autoridades constituídas e de fazê-las responsáveis por seus fracassos econômicos.

O burguês, que, para enriquecer, não quer ser aborrecido por nenhuma dificuldade, tãopouco poderia tolerar a organização corporativa dos mestres de ofício que vigiava os modos de produção e a qualidade dos produtos. Por isso, aboliu-as. Livre de qualquer intervenção, só consultará aos seus interesses para fazer fortuna, cada um segundo os meios de que dispõe. A qualidade das mercadorias que fabrica e vende depende exclusivamente de sua elástica consciência: ao cliente cumpre não se deixar enganar quanto à qualidade, ao preço e ao peso do que compra. Cada um para si, e Deus, isto é, o Dinheiro, para todos.

A liberdade da indústria e do comércio deveria refletir-se forçosamente na maneira de conceber a religião, que cada um entende como melhor lhe agrade. Cada um se arranja com Deus, como com sua consciência, em matéria comercial; cada um interpreta, segundo seus interesses e suas luzes, os ensinamentos da Igreja e as palavras da Bíblia, posta nas mãos dos protestantes como o Código nas mãos de todos os burgueses.

O burguês capitalista que não pode ser nem mártir nem inquisidor, porque perdeu o furor do proselitismo que inflamava aos primeiros cristãos — tinha um interesse vital em aumentar o número dos crentes, a fim de engrossar o exército dos descontentes, travando batalhas contra a

sociedade pagã — possui, não obstante, uma espécie de proselitismo religioso, sem sôpro e sem convicção, reservado à exploração da mulher e do assalariado.

A mulher deve ser manejável à sua vontade. Uma vez, querê-la fiel, outras infiel, segundo seus desejos. Se se trata da esposa de um camarada e a corteja, pede-lhe a infidelidade como um dever em relação a seu "eu" e desembucha sua retórica para desembaraçá-la de seus escrúpulos religiosos; se se trata de sua mulher legítima, converte-a em sua propriedade e deve ser intangível: exige dela uma fidelidade a toda prova e serve-se da religião para fazer-lhe penetrar na cabeça a idéia do dever conjugal.

O assalariado deve estar resignado à sua sorte. A função social de explorador do trabalho exige que o burguês propague a religião cristã, pregando a humildade e a submissão a Deus, que elege os senhores e designa os servidores e aperfeiçoa os ensinamentos do cristianismo com os eternos princípios da democracia. Tem o maior interesse em que os assalariados esgotem sua potência cerebral controvertendo-se sobre as verdades da religião e discutindo sobre a justiça, a liberdade, a moral, a pátria e outras patranhas, a fim de que não lhes reste um minuto para refletir sobre sua miserável condição e sobre os meios de melhorá-la. O famoso radical e livrecambista Jacob Brighth estimava tanto este meio de estultícia, que dedicava os domingos a ler e a comentar a Bíblia aos seus operários. Mas a função de embrutecedor público, é forçosamente irregular como todo trabalho de amador. A burguesia industrial tem necessidade de possuir à sua disposição professores de embrutecimento para realizar essa tarefa. Os clérigos de todos os cultos proporcionam-lhes êsses elementos. Mas toda medalha tem seu reverso. A leitura da Bíblia pelos assalariados contém perigos que Rockefeller soube apreciar e, a fim de remediá-los, o grande *trustman* organizou um *trust* para a publicação das bíblias populares, expurgadas das queixas contra as iniquidades dos ricos e dos protestos de cólera contra o escândalo de sua fortuna. A Igreja católica, que havia previsto este perigo, conjurou-os, impedindo aos fiéis a leitura da Bíblia e queimando vivo a Wiclyf, seu primeiro tradutor para o grande público. Com suas novenas, suas peregrinações e demais bobagens, o clero católico é sobre todos os demais cleros o que melhor desempenha o papel de embrutecedor; é também o melhor agenciador de irmãos e irmãs ignorantes para as escolas primárias e religiosas, sendo as mulheres suas presas prediletas. Pelos altos serviços que lhe presta, a alta burguesia industrial o sustenta política e pecuniariamente, apesar da grande antipatia que por ele sente, por sua capacidade e por sua ingenuidade nos assuntos familiares.

V — CAUSAS DA IRRELIGIÃO DO PROLETARIADO

As numerosas tentativas realizadas na Europa e na América para cristianizar o proletariado industrial têm fracassado completamente: não têm sido suficientes para arrancá-lo de sua indiferença religiosa, que se generaliza à medida que a produção mecânica realiza novos recrutamentos

de aldeões, de artistas e de pequenos burgueses para o exército dos assalariados.

O modo mecânico de reprodução, que engendra a religiosidade no burguês, cria, pelo contrário, a irreligiosidade no proletário.

Se é lógico que o capitalista creia numa providência atenta às suas necessidades e num Deus que o escolhe entre milhares e milhares para cumular de riquezas sua preguiça e sua inutilidade social, é mais lógico ainda que o proletário desconheça a existência de uma providência divina, pois sabe que nenhum pai celestial lhe proporcionaria o pão de cada dia se o pedisse da manhã à noite, e que o salário com que faz frente às mais prementes necessidades da vida foi ganho com seu trabalho, pois sabe suficientemente que, se não trabalhasse, morreria de fome, apesar de todos os bons deuses do céu e de todos os filântropos da terra. O assalariado é a providência para si mesmo. Suas condições de vida fazem impossível a concepção de outra providência. Não há em sua vida, como na do burguês, esses golpes de fortuna que poderiam, como por passes de mágica, arrancá-lo de sua triste condição. Assalariado nasceu, assalariado vive e assalariado morrerá. Sua ambição não pode ir além de um aumento de salário e de uma continuidade de salários durante todos os dias do ano e durante todos os anos de sua vida. Os acasos e as fortunas imprevistas, que predispõem os burgueses à superstição, não existem para o proletário, e a idéia de Deus não pode aparecer no cérebro humano sinão quando preparada e unida às idéias supersticiosas de não importa que origem.

Se o operário se deixasse levar pela idéia de Deus, do qual ouve falar em seu redor sem prestar nenhuma atenção, começaria por discutir sua justiça, que só faz cumulá-lo de trabalho e de miséria, seria tomado de horror e de ódio e o representaria sob a forma e a condição de um burguês explorador, como os escravos negros das colônias, que diziam que Deus era branco como seus senhores.

Certamente, o operário, da mesma forma que o capitalista e seus economistas, não percebe o desenvolvimento das idéias econômicas nem se explica porque, com a mesma regularidade com que a noite sucede ao dia, os períodos de prosperidade industrial e de trabalho à alta pressão são seguidos de crises e de acusação de trabalho. Este desconhecimento, que predispõe o espírito do burguês à crença em Deus, não causa o mesmo efeito no do operário porque ocupam posições diferentes na produção moderna. A posse dos meios de produção dá ao burguês a direção total da produção e da distribuição dos produtos e obriga-o, consequentemente, a preocupar-se com as causas que influem nessas questões. Pelo contrário, o operário não tem o direito de inquietar-se com isso. O operário não participa nem da direção da produção, nem da adoção e aprovisionamento das matérias primas, nem da maneira de produzir, nem da distribuição dos produtos: ele apenas proporcionará a força de trabalho como uma besta de carga. A passiva obediência dos jesuítas, que subleva a verbosa indignação dos livrepensadores, é a lei imposta na oficina. O capitalista coloca o assalariado diante da máquina em movimento, provida de matérias primas e ordena-lhe trabalhar: o operário converte-se numa

roda da máquina, não tendo, na produção, mais que um objetivo, o salário, o único interesse que a burguesia se viu obrigada a deixar-lhe. Quando percebeu o salário, já nada mais tem a reclamar. Sendo o salário o único interesse que a burguesia lhe permitiu conservar na produção, não se deve preocupar sinão de ter trabalho para receber um salário. E como o patrão ou seus representantes são os que proporcionam trabalho, é a eles, homens de carne e osso como o operário, a quem culpam quando o trabalho falta, e não aos fenômenos econômicos, que normalmente desconhece; contra eles se irrita pelas reduções de salário e pelo relaxamento do trabalho e não contra as perturbações gerais da produção. A eles responsabiliza por tudo quanto ocorre, em qualquer sentido. O assalariado personaliza os acidentes da produção que lhe afetam, enquanto que a posse dos meios de produção se despersonaliza à medida que aqueles se mecanizam.

A vida que o operário da grande indústria leva afasta-o, ainda mais do que ao burguês, das influências do meio natural, que mantém no aldeão a crença em visões, em feiticeiros, em "coisas feitas" e outras idéias supersticiosas. Só vê o sol através das vidraças da oficina e não conhece, da natureza, mais que a campina que rodeia a povoação em que trabalha, campina que vê tão poucas vezes.

Não saberia distinguir um campo de aveia de um campo de trigo, nem um campo de batatas de outro de canhamo. Os produtos da terra, só os conhece sob a forma em que os consome. Vive numa completa ignorância quanto ao trabalho dos campos e das causas que influem no rendimento das colheitas. A seca, as chuvas torrenciais, o granizo, os furacões, etc., não o induzem jamais a pensar em sua ação sobre a natureza e suas colheitas. Sua vida urbana põe-no a coberto das inquietudes e das grandes preocupações que assaltam o espírito do cultivador. A natureza não preocupa sua imaginação.

O trabalho da oficina mecânica põe o operário em relação com as terríveis forças naturais que o aldeão desconhece; mas, em vez de ser dominado por elas, guia-as. O gigantesco mecanismo de ferro e aço que enche a fábrica, ao qual movimenta como um autômato, que, às vezes, o colhe e mutila, em vez de engendrar nele um terror supersticioso, como o trovão ao campônio, deixa-o impassível e impávido, pois sabe que os membros do monstro metálico foram fabricados e montados por camaradas e que basta uma correia para pô-lo em marcha ou detê-lo. Apesar de sua potência e de sua milagrosa produção, a máquina não encerra para ele nenhum mistério. O operário das fábricas produtoras de eletricidade, que só necessita de mover uma manivela sobre um quadrante para enviar a quilômetros de distância a força motriz de bondes elétricos ou a luz às lâmpadas de uma povoação, não tem mais que dizer, como o Deus do Genese: "Faça-se a luz", para que esta seja feita. Jamais havia sido concebido bruxaria tão fantástica. Apesar disso, para o operário esta bruxaria é coisa simples e natural e ele ficaria muito surpreso se alguém lhe dissesse que um deus qualquer poderia, se quisesse, deter as máquinas e extinguir a luz das lâmpadas quando se estabelece a corrente. Finalmente, responderia que esse deus anarquista seria simplesmente uma en-

grenagem gasta ou um fio condutor partido, e que lhe seria fácil buscar e encontrar êsse deus perturbador. A prática da oficina moderna ensina ao assalariado o determinismo científico, sem necessidade de passar pelo estudo teórico das ciências.

Como nem o burguês nem o proletário vivem no campo, os fenômenos naturais não podem engendrar nêles as idéias supersticiosas utilizadas pelo selvagem para elaborar a idéia de Deus. Mas se um, por pertencer à classe dominante e parasitária, sofre a ação geradora das idéias supersticiosas dos fenômenos sociais, o outro, por fazer parte da classe explorada e produtora, se encontra fora da sua ação supersticiosa. A burguesia não poderá ser descristianizada nem desligada da crença em Deus enquanto não for expropriada de sua ditadura de classe e das riquezas que diariamente arrebatava aos trabalhadores assalariados.

O livre e imparcial estudo da natureza fez germinar e estabeleceu firmemente em determinados meios científicos a convicção de que todos os seus fenômenos são submetidos a uma lei precisa e devem procurar-se suas causas determinantes na natureza e não fora dela. Este estudo permitiu, ademais, a dominação das forças naturais para o uso do homem.

Mas o emprêgo industrial das forças naturais transformou os meios de produção em organismos econômicos tão gigantescos que escapam à investigação dos capitalistas que os monopolizam, segundo demonstram as crises econômicas da indústria e do comércio. Ainda que de criação humana, êstes organismos de produção transtornam, quando se produzem, o meio social tão cegamente como as forças naturais alteram a natureza quando se desencadeiam. Os meios modernos de produção só devem sofrer a intervenção da sociedade e para que esta intervenção possa estabelecer-se devem converter-se previamente em propriedade social. Então, e só então, cessarão de engendrar as desigualdades sociais, de proporcionar as riquezas aos parasitas, de impor a miséria aos produtores assalariados e de criar as perturbações mundiais que o capitalista e seus economistas só sabem atribuir ao acaso e a causas desconhecidas. Quando êstes meios de produção estiverem em poder da sociedade, desaparecerá o desconhecimento da ordem social. Então, e só então, será definitivamente eliminada da cabeça humana a idéia de Deus.

A indiferença em matéria religiosa dos operários modernos, cujas causas determinantes tratei de investigar, é um fenômeno novo, que se produz pela primeira vez na história. As massas populares elaboraram sempre, até hoje, as idéias espiritualistas que os filósofos têm codificado e apurado, da mesma forma que as lendas e as idéias religiosas, que os curas e as classes dirigentes nada mais têm feito do que organizar em religião oficial e em instrumentos de opressão intelectual.

(1) — A *Revue Scientifique* de 19 de novembro de 1904 contém uma afirmação a nossos assertos. Falando H. Pierou de um livro sobre o *Materialisme Scientifique*, reconhece que "Deus é a causa residencial cômica de todo o inexplicável... que a crença tem tido sempre por base suprir à ciência... e que a ciência nada tem de comum com as crenças

e com a fé...; mas que a religião não é absolutamente incompatível com a ciência, sob a condição, não obstante, de encerrá-la num compartimento perfeitamente estanque". Protesta ainda contra "a série de sábios de nossa época, os quais não buscam na ciência mais que provas da existência de Deus ou da veracidade da religião... ou contra o sofisma do que busca na ciência provas da não existência de Deus".

(2) — A história da economia política é instrutiva. Enquanto a produção capitalista, no princípio de sua evolução, não havia transformado ainda a massa dos burgueses em parasitas, os fisiocratas, Adam Smith, Ricardo, etc., podiam estudar sem prevenção os fenômenos econômicos e investigar a respeito das leis gerais da produção; mas, desde que a máquina-ferramenta e o vapor só obrigam aos assalariados a concorrer para a criação das riquezas, os economistas limitam-se a colecionar factos e estatísticas úteis para as especulações do comércio e da Bolsa, sem pretender agrupá-los e classificá-los, a fim de tirar conclusões teóricas, que não poderiam deixar de ser perigosas para a dominação da classe dominante. Em vez de fazer ciência, combatem o socialismo: até pretenderam refutar a teoria ricardiana do valor, porque a crítica socialista dela se havia apoderado.

(3) — O espírito burguês tem sido atormentado todo o tempo pela incerteza da fortuna, que a mitologia grega representava através de uma mulher posta de pé sobre uma roda dentada e com os olhos vendados. Teognis, o poeta megaro do século V antes de Cristo, cujas poesias, segundo Isócrates, constituíam um livro de texto nas escolas gregas, dizia: "Ninguém é causa de seus benefícios ou malefícios, pois os deuses é que são os distribuidores das riquezas... Nós homens nos alimentamos com vãos pensamentos, mas nada sabemos. Os deuses fazem chegar as coisas segundo sua própria vontade... Júpiter faz inclinar a balança ora para um lado, ora para outro, segundo julga conveniente, a fim de que o rico de hoje nada possua amanhã. Nenhum homem é rico nem pobre, nobre ou plebeu, sem a intervenção de Deus". Os autores do *Eclesiastes*, dos livros dos *Salmos*, dos *Provérbios* e de *Job*, fazem desempenhar o mesmo papel que Jeová. O poeta grego e os escritores judeus formulam, pois, o pensamento burguês. Megara, como Corinto, seu rival, foi uma das principais cidades da antiga Grécia, onde se desenvolveram o comércio e a indústria. Tinha-se formado nelas uma numerosa classe de artistas e de burgueses, os quais fomentavam guerras civis para tomar conta do poder. Uns 60 anos antes do nascimento de Teognis, os democratas, depois de uma revolta vitoriosa, aboliram as dívidas das quais os aristocratas eram credores e exigiram deles a devolução dos juros percebidos. Ainda que membro da classe aristocrática, e embora alimentando um ódio feroz contra os democratas, dos quais quisera "beber o sangue negro", porque lhe haviam despojado de seus bens e desterrado, não pôde Teognis subtrair-se à influência do meio social em que vivia. Está impregnado dessas idéias, desses sentimentos e até da mesma linguagem: Assim, repetidas vezes estabelece comparações acêrca da alta do ouro, a que os comerciantes se viam constantemente obrigados a recorrer para conhecer

o valor das moedas e os lingotes dados em troca. Precisamente porque o poema de Teognis, assim como os livros do Antigo Testamento, continham máximas de previsão burguesa, era um livro de texto nas escolas da democrática Atenas. Dêste livro, diz Xenofonte que "era um tratado sôbre o homem, semelhante ao que escreveria um hábil ginetista sôbre a arte de montar".

(4) Renan, cujo espírito culto estava invadido pelo misticismo, sentia decidida simpatia pela forma impessoal da propriedade. Em suas *Lembranças da infância* (VI) conta que, em vez de empregar seus capitais na aquisição de uma propriedade imóvel, terra ou casa, preferiu comprar "valores da Bôlsa, que são coisas mais ligeiras, mais frágeis, mais etéreas". O bilhete de Banco é um valor tão etéreo como as ações das Companhias e os títulos de renda.

(5) As crises impressionam tão vivamente aos burgueses, que falam delas como se fôssem seres corpóreos. O célebre humorista norte-americano Artemus Ward conta que, ouvindo os bolsistas e industriais de Nova York afirmar tão positivamente que "a crise havia chegado, que estava ali", acreditou que se achava no salão e para vê-la cara que fazia começou a procurá-la por baixo das mesas e das cadeiras.

(6) Teognis, da mesma forma que Job e os autores dos livros do Antigo Testamento, vê-se embaraçado diante da dificuldade de conciliar as injustiças dos homens com a justiça de Deus. "Oh! filho de Saturno! — diz o poeta grego — Como podes conceder a mesma sorte tanto ao justo quanto ao injusto...? Oh! rei dos imortais! é justo que o que não foi desonrado, que o que não transgrediu à lei, que não jurou em falso e que foi sempre honrado, sofra...? O homem injusto, que não teme a cólera dos homens nem a dos deuses, que comete injustiças, está cheio de riquezas, enquanto que o justo é despojado e se acha submetido a dura pobreza... Qual é o mortal que ante estas coisas temerá aos deuses?" O salmista diz: "Os maus vivem satisfeitos e dia a dia adquirem maiores riquezas... Pretendi investigar sôbre este extremo, mas isso me pareceu muito difícil... Ao ver a prosperidade dos maus, senti inveja dos insensatos (os que não temem ao Eterno)" (*Salmos*, LXXIII-3-10).

Não crendo na existência da alma depois da morte, Teognis e os judeus do Antigo Testamento supõem que o injusto é castigado na terra, "pois a sabedoria de Deus é superior, diz o moralista grego. Mas isto perturba o espírito dos homens, pois não é no momento em que o ato é cometido que os imortais se vingam da falta. Um paga pessoalmente sua dívida, outro condena os filhos ao infortúnio". Segundo o cristianismo, os homens são castigados pelo pecado de Adão.

(7) Em seu décimo e último livro da *A República*, Sócrates conta, como coisa digna de crédito, a história de um armênio que, abandonado como morto durante dez dias no campo de batalha, ressuscitou como Jesus, e explicou que havia visto, no outro mundo, "as almas castigadas dez vezes por cada uma das injustiças cometidas durante a vida". Estas almas eram torturadas "por homens horrorosos, que pareciam de fogo...

os quais cegavam os criminosos e lançavam-nos sôbre espinhos, etc.” Os cristãos, que tiraram do sofisma de Platão uma parte de suas idéias morais, só tiveram que completar e confeccionar a história de Sócrates para constituir seu inferno embelecido de tão espantosos horrores.

(8) No dia seguinte ao do *crack* do Crédit Mobilier, de Paris, Emílio Pereira, que era seu fundador e diretor, encontrava nos *boulevards* a um amigo que fingiu não o conhecer. Ao perceber isso, Emílio Pereira foi directamente ao seu encontro e apostrofou-o em altas vozes: “Podeis saudar-me — disse —, pois ainda me restam dois milhões”. A interpelação, que traduzia perfeitamente o sentimento burguês, foi muito celebrada e apreciada. Pereira morreu 100 vêzes milionário, muito venerado e pranteado.

(9) Tertuliano em seu *Apologetico* e Santo Agostinho na *Cidade de Deus* contam como factos certíssimos que Esculápio havia ressuscitado alguns mortos, cujos nomes dão, que uma vestal tinha trazido água do Tibre numa cêsta, que outra vestal havia revirado um navio, etc.

(10) “A riqueza não produz a saciedade, disse Teognis: o homem que possui mais bens esforça-se por possuir o dôbro”.



COMO FORAM OS PAPAS — Diz Monsenhor Pauly: “Durante esta primeira metade do século X, o papado tornou-se vítima dos partidos que disputavam Roma e o cetro imperial. Três mulheres, poderosas pelas alianças que haviam formado e afamadas por suas desordens, a condessa Teodora e suas duas filhas Teodora e Marosia, deram a tiara a quem lhes aprouve segundo os seus caprichos. Doze papas sucederam-se em menos de sessenta anos, a maior parte dos quais não tinha preparo nenhum para o cargo do govêrno da Igreja. Alguns dêles até sem virtude nem costumes”. Mais adiante: “Os imperadores da Constantinopla, sem fé nem costume, amparavam a ortodoxia ou o cisma, consoante as exigências de suas ambições. No tronco patriarcal de Constantinopla sentou-se um prelado que só contava 16 anos, vendia bispados em leilão e, nas cerimônias santas, intrometia jogos, dansas e espetáculos profanos”. — Sr. Presidente, não quis, com esta citação, menosprezar a igreja, porque apresentei êsse tempo como aquele em que a igreja lutava contra o poder civil. Mas ouçamos outro testemunho: Berhier, autor do *Dicionário Teológico* e reputado católico romano. Assim escreve em termo “Simonia”: “Durante os X e XI séculos, a igreja foi desonrada pela audácia com que reinava a simonia (negócio das coisas espirituais), na Europa inteira; não se envergonhavam de comprar e vender publicamente, por atos solenes, os bispados, as abadias e outros benefícios eclesiásticos, etc.” (Guaraci Silveira — *Diário da Assemblêa*, 22-6-46).

O que está certo O que está errado

ESTÁ ERRADO — O chefe de Polícia, Dr. Pereira Lira, numa entrevista à imprensa afirmou que existia um misterioso diplomata soviético “fantasiado de marinheiro”, que estivera no Brasil fomentando uma revolução comunista, criando células comunistas, espionando, etc. Isto é, tudo quanto era possível esperar-se de um diplomata “fantasiado de marinheiro”. Noutra entrevista, em virtude de um formal e convincente desmentido da Embaixada Soviética no Brasil, o Sr. Pereira Lira, para comprovar quanto afirmara, disse aos repórteres: “Os depoimentos tomados são tão completos, diz o professor José Pereira Lira, que até num dêles há um curioso retrato verbal do Sr. Valentim Riábof. Segundo êsse depoimento, aquele diplomata russo “aparenta 35 anos, tem cabelos loiros, olhos azuis, nariz comprido e pestaneja constantemente. Êsse tique nervoso, aliás, é prontamente percebido por qualquer pessoa que lhe seja apresentada, tal a sua intensidade”.

ESTÁ CERTO — A 7 de novembro de 1944, S. O. Hersen, diretor desta revista, passou por Montevidéu, a caminho de Buenos Aires. Então, teve oportunidade, num comício em praça pública, promovido por todos os partidos políticos uruguaios em homenagem à Revolução Russa, de conhecer o Sr. Valentim Riábov, que nessa época (há menos de 2 anos) aparentava trinta e poucos anos, era moreno, de cabelos lisos e negros, olhos escuros, estatura mediana. Calmo, absolutamente sereno, não pestanejava além do normal e nem apresentava qualquer outra característica sensível assim à primeira vista.

Entre o “retrato” descrito pelos informantes do Sr. Pereira Lira, russos brancos antibolcheviques e o “retrato” descrito pelo nosso companheiro de redação, há, evidentemente, uma contradição. Somos obrigados a concluir, naturalmente, que o Dr. Pereira Lira foi mal informado...

BASTA SABER QUERER — “Mas, absolutamente, não há dificuldade nem obstáculos, no caminho da unidade e da luta contra o fascismo e a guerra, que a classe operária não possa superar, se estiver firmemente resolvida a agrupar suas forças e a realizar sua missão histórica”. (Dmitrov, artigo publicado na *Correspondance Internationale* de 13 de novembro de 1937, n.º 48).

Páginas de Lênin

DESLOCAMENTO DE CLASSES

Tôda revolução, *se é uma revolução autêntica*, se reduz a um deslocamento de classes. Por conseguinte, a melhor maneira de elevar a consciência das massas — e também de combater o êrro em que as massas incorrem com o culto da revolução — está em examinar-se que deslocamento de classes se verificou e se verifica numa revolução determinada.

De 1904 a 1916, as relações mútuas das classes sociais adquiriram um caráter particular, sobretudo nos últimos anos do tsarismo. Um punhado de proprietários feudais — à frente dos quais se encontrava Nicolau II — exercia o poder, em estreita união com os magnatas do capital financeiro, que obtinham lucros excessivos, e, de uma forma que não se conhecia na Europa e no interesse dêles, se concertavam os tratados de banditismo da nossa política exterior. A burguesia liberal, com os kadetes à frente, encontrava-se na oposição. Temendo mais ao povo do que à reação, ia-se aproximando do poder, mediante um entendimento com a monarquia.

O povo, isto é, os operários e camponeses, cujos dirigentes eram obrigados a atuar clandestinamente, era revolucionário; formava a “democracia revolucionária”, proletária e pequeno-burguesa.

A revolução de 27 de fevereiro de 1917 varreu com a monarquia e elevou ao poder a burguesia liberal. Esta última, atuando de acôrdo com os imperialistas anglo-franceses, não queria mais que uma revoluçãozinha de palácio. Não lhe interessava superar, de modo algum, uma monarquia constitucional censitária. E, quando a revolução prosseguiu adiante, rumo à completa abolição da monarquia e à criação dos Soviets (de deputados operários, soldados e camponeses), a burguesia liberal tornou-se inteiramente reacionária.

Atualmente, quatro meses após a revolução, o caráter contra-revolucionário dos kadetes, o principal partido da burguesia liberal, revela-se claro como o dia. Quem quiser pode constatá-lo e há de confirmá-lo. Mas todo o mundo se nega a ver êsse facto frente a frente e ninguém quer saber o que êle significa.

Agora, a Rússia é uma República democrática dirigida pelo livre acôrdo dos *partidos políticos*, os quais desfrutam, junto ao povo, a liberdade de propaganda. Quatro meses bastaram para delimitar, com toda a precisão e exatidão, desde 27 de fevereiro, os contornos de *todos* os partidos de alguma importância, para revelar o seu caráter nas eleições (dos Soviets e das instituições locais), para tornar patentes os laços que os unem às diversas classes.

No momento atual, a burguesia contra-revolucionária está exercendo o poder na Rússia; a democracia pequeno-burguesa, isto é, os partidos socialista-revolucionário e menchevique, formam, em relação a ela, "a oposição de Sua Majestade". O fundamento político desses partidos é o *acôrdo* existente entre eles e a burguesia contra-revolucionária. A democracia pequeno-burguesa começa a subir ao poder, apoderando-se, em primeiro lugar, das instituições locais (do mesmo modo que, sob o tsarismo, os liberais conquistaram, primeiramente, os *zemstvos*). Essa democracia pequeno-burguesa deseja *partilhar o poder* com a burguesia, mas não derrubá-la, do mesmo modo que os kadetes pretendiam partilhar o poder com a monarquia, mas não derrubar esta última. E a política conciliatória da democracia pequeno-burguesa (socialista-revolucionários e mencheviques) com os kadetes é determinada pela profunda afinidade social dos burgueses grandes e pequenos, exatamente como a afinidade social existente entre os capitalistas e os proprietários rurais do século XIX os levou a estreitar fileiras em tôrno do monarca querido.

A forma da política de entendimento sofreu uma modificação. Sob a monarquia, revestia um aspecto grosseiro, pois o tsar deixava aberta para os kadetes apenas a porta dos fundos da Duma do Império. Sob a República democrática, a política de entendimento começa a adquirir um refinamento à européia: os pequeno-burgueses entram em minoria inofensiva no govêrno e nele desempenham uma função inofensiva (para o capital).

Os kadetes substituíram a monarquia. Os Tsereteli e os Tchernóv substituíram os kadetes. A democracia proletária colocou-se na posição de uma democracia *verdadeiramente* revolucionária.

A guerra imperialista muito contribuiu para acelerar essa evolução. Sem ela, certamente que os socialistas-revolucionários e os mencheviques ainda iriam suspirar durante décadas pelas pastas ministeriais. Mas a guerra atual também acelera o desenvolvimento ulterior, pois *coloca* os problemas, não à naneira dos reformistas, mas em termos revolucionários.

Os partidos socialista-revolucionário e menchevique poderiam proporcionar à Rússia, juntamente com a burguesia, não poucas reformas. Mas a situação objetiva é, em política mundial, revolucionária e *dela não se poderá sair* por meio de simples reformas.

A guerra imperialista está torturando e continuará torturando, por anos, os povos. Talvez a democracia pequeno-burguesa esteja em condições de adiar, por algum tempo, a derrocada. Mas somente o proletariado revolucionário poderá trazer-nos a salvação.

(*Pravda*, n. 92, de 27 de junho (10 de julho) de 1917.)



A NACIONALIZAÇÃO DO BANCO DA INGLATERRA E DA INDÚSTRIA CARBONÍFERA (1)

M. SMITH

No verão de 1945, o Partido Trabalhista foi chamado, pela terceira vez, para formar o governo. Nas duas primeiras vezes, os trabalhistas, segundo sua própria expressão, tinham subido ao poder, não "pela vontade do povo", mas "pela vontade do rei". Foram convidados a formar o gabinete quando, do mesmo modo que os outros partidos, não possuíam maioria absoluta no Parlamento, e, posteriormente, a isso se referiam para explicar seus insucessos nesse período.

As eleições de 1945 deram ao Partido Trabalhista notável maioria de votos e maioria absoluta na Câmara dos Comuns. Dêsse modo, o governo trabalhista dispõe de sólida base parlamentar para realizar seu programa.

As eleições verificaram-se na situação complexa em que se viu o país após a derrota da Alemanha fascista, quando já se tornara possível avaliar o que a guerra havia custado à Inglaterra. Os problemas da política econômica de após-guerra foram formulados em toda sua extensão. O que distingue, sobretudo, a situação econômica da Inglaterra é o papel que representa, para esse país, a exportação de mercadorias e de capitais. A Inglaterra entrou, mais cedo do que os outros países, no caminho da evolução industrial. Os principais setores de sua indústria constituíram-se e desenvolveram-se tendo em vista a exportação. Mas, desde fins do século passado, dois outros países, os Estados Unidos e a Alemanha, ultrapassaram a Inglaterra quanto ao nível de desenvolvimento industrial e vibraram sérios golpes nas suas exportações, arran-

(1) — O presente artigo foi redigido antes que o Parlamento britânico tivesse decretado a nacionalização do Banco da Inglaterra e da indústria carbonífera. Entretanto, consideramos ainda útil sua divulgação, por se tratar de uma análise, em linguagem simples, da situação reinante na Grã-Bretanha, apresentando, concretamente, elementos básicos necessários à sua compreensão. Trata-se, ademais, de um bom exemplo de crítica construtiva, revelando os aspectos positivos das medidas projetadas e, de outro lado, as limitações que os líderes trabalhistas não pretendem superar, deixando-se ficar no campo reformista, ainda burguês, sem tocar "mesmo nos interesses dos capitalistas proprietários das empresas nacionalizadas", como diz o autor. Em suma, um bom estudo marxista da atual situação interna da Inglaterra e que mostra ainda persistir, nos círculos dirigentes do Labour Party, o tradicional espírito tradeunionista. — N. da R.

cando-lhe certo número de mercados. A Inglaterra — que importa parte considerável das matérias primas necessárias à sua indústria e gêneros alimentícios para o abastecimento da população — tem uma balança de comércio exterior deficitária, sendo o valor de suas importações superior ao de suas exportações. Noutros tempos, esse *deficit* era folgadoamente coberto, na balança dos pagamentos, pelos lucros dos investimentos de capitais no estrangeiro, pela navegação, operações bancárias, etc.. Sômente nos anos de crises e de guerras é que a Inglaterra apresentava uma balança de pagamentos deficitária.

A guerra, que há pouco terminou, trouxe à Inglaterra prejuízo considerável, no sentido de que, no curso da desconfiança, ficou privada de boa parte de seus capitais investidos no estrangeiro. Enquanto os lucros desses investimentos ultrapassavam o *deficit* do comércio exterior, os meios dirigentes ingleses não sentiam necessidade de progresso técnico. A maquinaria da produção verificava-se lentamente. O rendimento do trabalho era acentuadamente mais baixo do que na América. Mas, já após a Primeira Guerra Mundial, os problemas da luta pelos mercados e, por conseguinte, pelo progresso técnico, começaram a adquirir, na Inglaterra, outro aspecto. Depois das crises de 1921 e 1929, a balança inglesa dos pagamentos tornou-se quase constantemente deficitária. E ela o foi, mesmo nos três últimos anos que precederam a Segunda Guerra Mundial (1936, 1937 e 1938). Esta guerra, colocando a Inglaterra diante da necessidade de abrir mão de parte de seus investimentos no estrangeiro, obrigou seus políticos a buscar novas saídas.

Os princípios fundamentais, inscritos, mais tarde, na plataforma eleitoral do Partido Trabalhista, foram elaborados, precisamente, nos anos de 1930-1940. A necessidade de modernizar diversos setores da produção, bem como o Banco da Inglaterra — regido, ainda hoje, pelos seus estatutos do século XVII —, tornou-se evidente. O Banco da Inglaterra é uma companhia privada que conta 17.000 acionistas. Seu Conselho de Administração é constituído de 29 diretores, tendo à frente o Administrador Geral. Os membros do Conselho de Administração são designados por um organismo de origem antiga, chamado Conselho dos Proprietários, que corresponde à assembléia de acionistas. O Banco não publica relatórios anuais e não fornece informações sobre seus lucros. Apesar dessas aparências, que estão de acordo com os estatutos antigos, a política de créditos do Banco é determinada, em grande parte, por suas relações com o Erário. Por isso, muitos economistas acham que o Banco da Inglaterra, embora independente oficialmente em relação aos órgãos do Poder, constitui, de fato, um órgão do governo. O programa dos trabalhistas pretende torná-lo um órgão do governo, não sômente *de facto*, mas, igualmente, *de jure*. Isto significa, em primeiro lugar, que o Conselho de Administração e o Administrador Geral serão nomeados pelo Ministro competente (o Chanceler do Erário), responsável perante a Câmara dos Comuns, e, em segundo lugar, que os acionistas do Banco, mediante uma indenização, não serão mais os seus proprietários. De portadores de ações tornar-se-ão, nesse caso, portadores de obrigações.

Outro ponto importante do programa dos trabalhistas e de sua plataforma eleitoral é a nacionalização de certas indústrias. Trata-se, de um lado, de setores atrasados, como a indústria carbonífera, e, de outro lado, de setores necessários ao funcionamento de toda a economia nacional: estradas de ferro, produção de gás e de eletricidade. Pretende-se desenvolver esses setores por uma nacionalização bem original, consistente em organizar grandes conjuntos industriais de caráter semi-estatal, designados sob o nome de "corporações públicas" e constituídos de pessoas nomeadas pelo governo para gerir as indústrias respectivas. Essas pessoas devem conhecer a fundo seu setor, do ponto de vista técnico, comercial e de organização. No tocante aos antigos proprietários das empresas, serão indenizados.

Eis o que podemos ler numa brochura publicada pelo Partido Trabalhista em 1944, sob o título de *O carvão de pedra e a energia*:

"Deverá haver um Ministério único da indústria carbonífera e da energia, responsável pela direção geral da produção do carvão de pedra, do gás, da eletricidade, dos sub-produtos, etc..

O Ministro organizará uma corporação nacional na indústria carbonífera e da energia, corporação que abrangerá todos os setores correlatos e os administrará. Os membros dessa corporação serão escolhidos segundo sua competência na direção desses ou daqueles setores e contarão em seu meio representantes dos operários, o que deverá ser expressamente estipulado.

Direções especiais, constituídas de membros da corporação, serão formadas para cada uma das indústrias em questão: 1) carvão de pedra; 2) gás e eletricidade...

A corporação tomará posse das minas e empresas de tratamento do carvão. A quantia a ser atribuída aos proprietários atuais será estabelecida por delegados especiais.

A lei deverá prever que as empresas industriais e comerciais privadas não poderão construir centrais elétricas para as necessidades de sua produção sem autorização e aprovação da direção do gás e da eletricidade."

Em 1944, essas proposições não eram sinão um programa. Em 1945, tornaram-se a base da plataforma eleitoral dos trabalhistas. Essa plataforma exigia, de um lado, a nacionalização do Banco da Inglaterra e de diversos setores-chaves da indústria e dos transportes, exceto a navegação e a metalurgia, que não são ainda consideradas "maduras" para a nacionalização, e, de outro lado, a plataforma eleitoral previa as seguintes medidas, destinadas a melhorar as condições de vida dos operários:

- 1) Aplicação de um amplo programa de seguros sociais na base do projeto elaborado, primeiramente, por Beveridge e, em seguida, um pouco modificado pelo Livro Branco do governo de coalisão.

- 2) Revogação da lei de 1927, sobre os dissídios na indústria, lei execrada pelos operários.
- 3) Construção de habitações, para a luta contra a crise aguda de moradias, já existente na Inglaterra desde antes da guerra e que se acentuou, particularmente, em consequência dos bombardeios de cidades durante a guerra.

Tal é, em seus traços essenciais, o programa dos trabalhistas. Na segunda metade de 1945, quando dos debates em torno desse programa no Parlamento e na imprensa, a Inglaterra viu-se diante de duas novas dificuldades. Em primeiro lugar, a conclusão, nos Estados Unidos, de um empréstimo com apreciáveis vantagens, no campo comercial, para os americanos e, em segundo lugar, as reivindicações de aumento de salários formuladas pelas grandes massas operárias. A Rádio Londres anunciava, a 2 de janeiro de 1946, que "mais de 8 milhões de operários esperam a resposta relativa ao aumento de salários". Ora, a Inglaterra contava, no total (segundo as estatísticas de 1939), com 21.300.000 assalariados, dos quais 15.600.000 são trabalhadores manuais e 5.700.000 os demais.

Vejamos, agora, como se apresenta o programa trabalhista em ação.

Quando esse programa foi submetido, pela primeira vez, à Câmara dos Comuns, as principais medidas previstas pelo governo não suscitaram grandes objeções. O Chanceler do Erário, Dalton, acentuou, em seu discurso sobre a nacionalização do Banco da Inglaterra, tratar-se de uma medida que, no fundo, não fazia senão sancionar as estreitas relações entre o Banco e o Erário. Declarou, notadamente, que o contacto necessário já estava estabelecido, entre ele e Lord Catto, atual administrador do Banco da Inglaterra, o qual havia consentido em permanecer no posto durante todo o período de transição. Devendo ser indenizados todos os acionistas, o projeto da nacionalização foi acolhido, em geral, muito favoravelmente pelos meios interessados.

A propósito da organização de uma direção especial dos investimentos de capitais junto ao Banco da Inglaterra, Dalton observou que os investimentos no interior do país deviam ser supervisionados pelo governo, tanto em tempo de paz como em tempo de guerra e fazer-se mister encorajar de tôdas as maneiras e, simultaneamente, controlar os investimentos no estrangeiro. O sr. Churchill, replicando, exprimiu-se nestes termos: "Sob muitos aspectos, não temos divergências em relação ao controle dos investimentos de capitais". O sr. Dalton falou, igualmente, a esse respeito, sobre a política dos créditos a juros baixos, isto é, sobre a diminuição da taxa de desconto, pelo Banco da Inglaterra, mediante aviso da direção dos investimentos de capitais. Deve-se observar que, após Keynes, a política dos créditos a juros baixos tornou-se uma das panacéias prediletas dos economistas anglo-americanos na luta contra o *chômage*. Segundo a teoria de Keynes, o meio principal de combater o desemprego consiste em encorajar a "procura efetiva". E, para isso, é necessário estimular, por todos os meios, tanto o consumo como

os investimentos de capitais, abaixando-se a taxa do desconto, reduzindo-se impostos, etc..

Outros trabalhistas defenderam, igualmente, a política de encorajamento dos investimentos de capitais. O deputado Gaitskell, por exemplo, declarou que a direção dos investimentos de capitais...

... "deve colher informações sobre o montante futuro dos investimentos, confrontá-lo com o das despesas necessárias para assegurar o emprêgo total da mão de obra... e indicar, a seguir, as medidas a tomar para se reduzir a zero a diferença entre as duas cifras: O ministro Morrison, entretanto, acrescentou:

"E' da mais alta importância, no domínio econômico, conciliar a previdência social e o plano com a liberdade individual".

Finalizando, o ministro Morrison acentuou, mais uma vez, que o programa dos trabalhistas não ameaçava a "liberdade real do indivíduo".

Essas afirmações relativas à "liberdade individual" eram, de certo modo, a réplica dos trabalhistas às apreensões reveladas pela imprensa conservadora e liberal, que se pronunciava, decididamente, contra qualquer atentado à "iniciativa privada", resguardada como um dos bens mais preciosos da democracia. Posteriormente, os trabalhistas obtiveram êxitos, mesmo com essas apreensões. Comparando duas declarações feitas, a êsse respeito, pelo sr. Dalton, a revista *Economist* escrevia que a segunda era "muito mais satisfatória" do que a primeira, porque, a julgar por essa declaração, tudo se relacionava com um novo nome do "Comitê dos Investimentos dos Capitais", que existia anteriormente e cujas funções se limitavam ao simples registro.

"O mecanismo financeiro da City obtém plena liberdade" — escrevia, jubiloso, o *Economist*. Efetivamente, como o declarou o Chanceler do Erário, "não temos a intenção de constri-los quem queira empregar seus recursos num campo determinado, de preferência a um outro. Em particular, a legislação projetada não compreenderá prescrições relativas a um controle financeiro da utilização, pelas empresas, de seus fundos ou de outros recursos de que disponham". Dêsse modo — conclui o *Economist* — "as tradicionais apreensões da City, temerosa de que o governo trabalhista desorganizasse a máquina financeira, eram destituídas de fundamento".

Em outubro de 1945, após a primeira leitura do *bill* de nacionalização do Banco da Inglaterra, já se percebia que os acionistas receberiam, em troca de suas ações, obrigações do Estado a 3 %, numa soma total de 58 milhões de libras esterlinas, de modo que o lucro anual de cada acionista corresponderia ao dividendo global dos últimos vinte anos.

Em fins de outubro, após os debates sobre o novo orçamento na

comissão orçamentária, a Bolsa de Londres reagiu por uma alta de cotação das ações industriais. O novo orçamento tende a fixar a probabilidade das despesas mínimas em seu nível precedente, "mesmo que se necessite, para isso, de um subsídio de mais de 300 milhões de libras esterlinas". Essa medida teve como resultado, conforme os jornais, "atenuar as reivindicações de aumento de salários" e assegurar uma "atitude favorável da Bolsa de Londres em relação ao novo orçamento". O *Times*, em seus comentários a respeito, declara: "O orçamento Dalton corresponde plenamente aos princípios gerais do Livro Branco do governo de coalisão sobre a política no domínio da indústria". O *Daily Telegraph* exclama com entusiasmo: "Dalton não fugiu à nossa esperança. Prefere a moderação ao zelo, o realismo ao socialismo". Além disso, o jornal é de opinião que o sr. Dalton, tomando o caminho de uma diminuição dos impostos, "procura cair nas boas graças dos industriais".

O projeto de lei sobre a nacionalização do Banco da Inglaterra, em sua forma definitiva, ainda não foi examinado. No momento, não possuímos mais indicações completas sobre o orçamento para 1946. Mas, antes e agora, já se percebe claramente o caráter geral de uma e de outro.

Passemos à questão da nacionalização da indústria carbonífera. Esse problema foi formulado na Inglaterra já depois da Primeira Guerra Mundial. O Comitê de Geologia, que, na época, estudou a situação, chegou à conclusão de que "existem, na indústria carbonífera inglesa, muitos trejeitos e muito amor próprio mesquinho". A mecanização da extração da hulha avançava com extrema lentidão, e, somente após as grandes greves de 1921 e 1926, é que se observou certo progresso a esse respeito. Os "trejeitos e amores próprios mesquinhos" opõem-se a um progresso técnico sério. Únicamente nas minas pertencentes aos grandes *trusts* metalúrgicos é que a mecanização se realizou de maneira mais conseqüente. Frequentemente, as empresas mineiras tecnicamente atrasadas trabalham com prejuízo. Não é, portanto, de surpreender que, "em 3 partidos 2 ½ se pronunciem pela nacionalização da indústria carbonífera", como afirmava o *Economist* no outono de 1945.

E' nesse mesmo sentido que se pronuncia, igualmente, a Associação dos Proprietários de Minas. Uma delegação destes últimos avistou-se com o Ministro dos Combustíveis e da Energia, Shinwell, para oferecer-lhe seus serviços com vistas à reorganização dessa indústria. A delegação declarou que os proprietários de minas "tudo farão ao seu alcance e colocarão, voluntariamente, sua experiência e seu conhecimento à disposição do Ministro". A proposta foi aceita pelo sr. Shinwell, que, em resposta, considerou necessário dotar as minas, no mais breve prazo, das máquinas mais aperfeiçoadas e disse que as negociações sobre o montante da indenização deveriam ter início imediatamente.

Um pouco mais tarde, tendo a palavra na assembléia anual do Instituto do Combustível, o sr. Shinwell disse:

"O governo ver-se-á obrigado a privar certos proprietários de minas de seus bens. Mas não serão recompensados? A indústria carbonífera encontra-se gravemente doente e muitos pro-

prietários se tornarão felizes ao se desembaraçar de suas minas. Se assim é, o governo será feliz em tomá-las em suas mãos."

Mas a imprensa, que exprime o ponto de vista dos círculos de negócios, formula também suas exigências, a propósito da nacionalização das minas. Escreve o *Economist*:

"Uma reorganização técnica radical é necessária, sem dúvida... Um projeto de lei, que não fará sinão retirar aos proprietários das minas o controle da extração do carvão, para entregá-lo ao sindicato dos mineiros... provocará veemente oposição. Ao contrário, um projeto de lei que, no interesse da produção, para tornar o trabalho eficaz, fizer suas exigências aos operários tão decididamente como as faz aos proprietários de minas, será apoiado pelo público e, então, não fará fiasco na Câmara dos Lordes".

O *Times* e o *Economist* consagraram muitos artigos ao problema do aumento do rendimento do trabalho nas minas, em consequência da nacionalização.

"E' evidente — escrevia o *Times* — que a nacionalização não será consolidada se os operários não corresponderem ao apêlo que os chama a aumentarem o rendimento... Se a nação vê, na nacionalização, alguma coisa mais que uma simples vitória política, o resultado deverá ser um aumento do rendimento: a opinião pública se colocará de um lado ou de outro, conforme a atitude dos operários."

Outro ponto de vista foi formulado, no Congresso das Trade-Unions em Blackpool, por Arthur Horner, delegado dos mineiros. Reconhecendo plenamente a necessidade de aumentar o rendimento do trabalho nas minas, liga esse problema ao do "salário garantido e acôrdos tarifários sancionados".

"Devemos declarar ao Ministro dos Combustíveis e da Energia e declaramos ao Congresso que, se uma tentativa qualquer for feita para privar nossos operários do direito de um salário garantido, não teremos nenhuma possibilidade... de aumentar a extração do carvão e nem mesmo de mantê-la em seu nível atual."

O que figura em primeiro plano, portanto, é a questão da indenização dos proprietários de minas e a do salário para os operários.

E' assim que se apresenta, nas condições atuais, a nacionalização da indústria carbonífera, inscrita em primeiro lugar. Vêm, em seguida, as diversas categorias de transportes (estradas de ferro, canais, docas, etc., mas não a navegação), a aviação civil, as centrais elétricas, as companhias do gás. Todavia, como diz o *Economist*, o programa do primeiro

ano não compreenderá, parece-lhe, senão o Banco da Inglaterra e as minas. Haverá, ainda, a longa série de debates sobre a nacionalização na próxima sessão do Parlamento. Ao mesmo tempo, haverá a possibilidade de se coordenarem, fora do âmbito parlamentar, as questões do montante da indenização e da composição das novas "corporações públicas". Nessas circunstâncias, as súbitas manifestações de divergências de opinião no Parlamento poderão ser, certamente, o resultado de divergências existentes alhures. Mas o caráter geral das reformas visadas não é menos nítido: a reorganização de diversos setores da indústria segundo o princípio do monopólio do Estado é absolutamente necessária ao país, em sua situação econômica atual, para assegurar o desenvolvimento contínuo de suas forças produtivas.

Vê-se que o governo trabalhista se esforça por realizar o mínimo necessário de nacionalização, de maneira a que essa reforma seja, não somente mantida nos quadros do regime social-econômico vigente na Inglaterra, mas também que não toque sequer nos interesses dos capitalistas proprietários das empresas nacionalizadas. Mas não é menos certo que o próprio capitalismo inglês, esse modelo clássico dos lucros do capital privado, não poderá, doravante, evitar a estatização de determinados setores da produção. Esse é um sinal característico dos tempos.

Essa reforma reforçará, evidentemente, a influência econômica do Estado. E será um progresso, na medida em que o poder do Estado continuar, em sua política interna e externa, uma linha progressista, democrática. A contribuição efetiva dessa reforma dependerá, portanto, das perspectivas concretas de evolução política do país, sempre mais à frente no caminho da democracia progressista.

(*Tempos Novos* — N.º 2 — 15-1-1946).

● ●

CONSOLIDEMOS A DEMOCRACIA — "A consolidação da democracia exige de nossa parte, como vanguarda do proletariado, uma atenção maior pela organização sindical do operariado. As débeis organizações sindicais tuteladas pelo Ministério do Trabalho, corpos sem vida e em geral de nenhum interesse para o proletariado, precisam ser transformadas no menor prazo possível nas organizações de classe livres e soberanas, conscientes de seus direitos e deveres, instrumentos eficientes para a luta, capazes de realmente unir o proletariado e de dirigí-lo vitoriosamente nos embates decisivos contra seus exploradores. Para isso, é indispensável acelerar a sindicalização das grandes massas, empregar todos os recursos para convencê-la da necessidade de se filiar aos sindicatos para, de dentro deles, transformá-los naquilo que devem e realmente precisam ser para o proletariado. Se não avançarmos rapidamente na organização sindical do proletariado, precária será a união nacional e praticamente impossível a consolidação da democracia". (Prestes — *Do seu Informe Político à III Conferência Nacional do PCB*).

Heróis Proletários

ROSA LUXEMBURGO EM FRANCFORT

Foi Rosa Luxemburgo quem, com Karl Liebknecht, retomou e brandiu a flama por conta de sua geração, geração de entre duas guerras.

Alguns meses antes do grande choque que iria dizimar a Europa, em novembro de 1913, Rosa, falando aos operários de Francfort, lhes dissera:

— Se nos pedirem para pegarmos em armas contra nossos irmãos franceses, ou contra nossos irmãos dos outros países, declaramos: não e não, não faremos isso!”

Escândalo. Campanha da imprensa nacionalista. Alta traição. Propaganda “subversiva”. Processo. Rosa retruca ao procurador:

— ““Senhor procurador, nós, socialistas, não fazemos propaganda “subversiva”. A que vem isso de propaganda subversiva? Preguei eu, porventura, aos operários, que tinham vindo ouvir-me, o orgulho nacional, o chovinismo, o ódio das outras raças e dos outros povos? Isso é que teria sido propaganda subversiva. Mas não foi assim que falei e não é assim que fala um socialista consciente. O que fiz, nessas reuniões de Francfort, e o que todo socialista se esforça sempre por fazer, pela palavra escrita ou falada, foi esclarecer os espíritos, tornar as massas trabalhadoras conscientes de seus deveres de classes e de seus deveres históricos, mostrar-lhes as grandes linhas de evolução, as tendências das transformações econômicas, políticas e sociais, que se esboçam em nossa sociedade atual e conduzem, por uma lei de bronze, a que essa ordem social atual, chegada a certo grau de desenvolvimento, seja destruída e ceda o lugar a uma ordem superior, a ordem socialista. E’ desta maneira que fazemos propaganda, é assim que elevamos o nível moral das massas, abrindo-lhes vastas perspectivas históricas. E’ partindo dos mesmos pontos de vista, pois, para nós, socialistas, tudo se vem fundindo numa concepção harmoniosa e cientificamente baseada, que movemos nossa propaganda contra a guerra e contra o militarismo. E, se o senhor procurador concebe toda nossa propaganda como “subversiva”, essa asserção grosseira e rudimentar deve-se unicamente ao facto do senhor procurador não ser capaz de pensar de acôrdo com os métodos socialistas”.

O procurador dera a entender que Rosa, para se furtar à pena que lhe ia ser infligida, poderia muito bem fugir. Mas Rosa replica:

— “Senhor procurador, é indigno de mim responder a todos os vossos ataques; mas ainda há uma coisa que vos tenho a dizer: Ignorais o que é a social-democracia. (Nisto, o presidente interrompe e diz: “não queremos ouvir discurso político”). Em 1913, para citar só este ano, numerosos foram dentre vossos colegas os que deixaram correr suor do rosto para infligir sessenta meses de prisão a meus camaradas da imprensa socialista. Será que o senhor já ouviu dizer que um só desses pecadores

tenha fugido para escapar ao castigo? Credes que essa acumulação de penas tenha agido, ainda que sobre um só deles, de modo a perturbá-lo em suas convicções ou no senso que tem do seu dever de classe? Certamente que não! Nossa obra ri-se das armadilhas que vossos artigos e parágrafos constroem. Ela cresce e prospera apesar de todos os procuradores. Para terminar, ainda uma palavra sobre a inqualificável acusação que recai sobre aquele que a formulou. O procurador disse textualmente — eu tomei nota — que pedia meu imediato encarceramento, porque, disse êle, “será incompreensível que a acusada não fuja”. Isso quer dizer, por outras palavras, isto: se eu, o procurador, tivesse que cumprir um ano de cadeia, fugiria. Mas um socialista não foge. Responde por seus atos e ri-se de vossas punições! E, agora, condenai-me!”

Rosa Luxemburgo foi condenada a um ano de prisão. Quando, porém, cumpriu a pena, durante a guerra, o governo não a pôs em liberdade. Contentou-se com mudá-la de prisão. Permaneceu encarcerada até novembro de 1918. A revolução é que a libertou. Sabe-se como a Louise Michel alemã, em janeiro de 1919, foi assassinada com seu irmão de combate e de heroísmo, Karl Liebknecht. (Willard — *A defesa acusa...*, págs. 98-100 — Edit. Calvino Ltda. — 1946.)

MELHOR MÃE, PORQUE COMUNISTA! — “Adele Bei, essa intrépida militante, filha e mulher de lenhadores, foi condenada a 18 anos de reclusão. No decorrer do seu processo, eis como soube enfrentar seus juizes: *O Presidente* — Por que voltastes à Itália? Que objetivos buscaveis? — “Aqueles que todo membro do Partido comunista deve buscar: estar à frente dos trabalhadores em sua luta cotidiana”. *O Presidente* — Não vos passou pela cabeça que, agindo assim, descuidáveis vossas obrigações maternas, uma vez que abandonastes vossos filhos? — “Esforçando-me por ajudar a luta contra o fascismo, com minha experiência de revolucionária comunista, desempenhava, ao mesmo tempo, meu dever de mãe, porque meu Partido quer, pela revolução proletária, tornar a existência mais facil para os trabalhadores, assegurar uma vida de felicidade para as crianças proletárias que, hoje, morrem de fome”. (Willard — *A defesa acusa...*, página 118).

“Em nenhuma parte do mundo o movimento proletário surgiu nem pode surgir de golpe, vir ao mundo já pronto, sob sua forma pura de classe, como Minerva da cabeça de Jupiter. Só com uma grande luta, graças aos penosos esforços dos mesmos operários avançados, de todos os operários conscientes, o movimento proletário tem conseguido desligar-se de tôdas as impurezas, limites estreitos, deformações pequeno-burguesas...” (Lénin — *Do passado da Imprensa operária na Rússia* — Rabótkh, de 5-5914 — Editorial Calomino — Colaboração de Maval).

Questões de Dialética

A TERCEIRA LEI FUNDAMENTAL DA DIALÉTICA

A terceira lei fundamental da dialética é a lei da *transformação da quantidade em qualidade e da qualidade em quantidade*. Esta lei significa que o simples aumento de uma ou varias coisas tem por fim como resultado uma transformação da qualidade, das propriedades desta ou destas coisas e, reciprocamente, que a transformação qualitativa tem como consequencia uma transformação quantitativa. Vejamos alguns exemplos, afim de que possamos compreender melhor essa lei. A Economia Política ensina-nos que uma quantidade de dinheiro não pode constituir um capital senão quando passa de certo limite mínimo. Um cruzeiro, por exemplo, não constitue um capital, nem dez cruzeiros tão pouco. Mas dez mil cruzeiros podem já, em determinadas condições, converter-se num capital. Graças, assim, a uma simples mudança de quantidade, uma soma de dinheiro transforma-se em capital, adquire propriedade diferente, efeito diverso. Numa palavra: sua qualidade se transforma. Se esse capital é aumentado exageradamente por meio da concentração e da centralização, produz-se uma nova transformação qualitativa do capital simples em capital monopolizador. A Economia Política ensina-nos que o capital monopolizador imprime sua marca a toda uma fase do desenvolvimento capitalista: a chamada fase imperialista. Reciprocamente, desde o momento em que o capitalista entre na fase do capitalismo monopolizador, na qual o capital adquire qualidades novas, estas se transformam tambem em certas relações quantitativas. O capital monopolizador consegue taxas de juros maiores que as do capital simples. Os preços do monopólio são geralmente maiores que sob um regime de livre concorrência. A transformação da quantidade em qualidade, que se realiza sempre através de um "salto", é justamente a consequencia da transformação das diferenças quantitativas acumuladas, em diferenças qualitativas. Por sua vez, as sucessivas diferenças qualitativas acumuladas traduzem-se em "retornos" às qualidades ou organizações anteriores, mas extraordinariamente superadas. Isto pode tambem ser expresso da seguinte forma: O movimento dialético conduz a situações que estão na mesma *longitude*, mas em *latitude* diferente de outras anteriores. Com oportunos e repetidos exemplos, compreenderemos amplamente tudo isto.

QUANTIDADE E QUALIDADE — Um exemplo, que Engels apresenta, é extraordinariamente gráfico. Como os outros exemplos que exporemos são de outra ordem, fazemos uso deste para os que não estejam preparados a compreender aqueles. Suponhamos ter um recipiente apropriado, no qual introduzimos água pura. Colocamos o recipiente com seu conteúdo num aparelho refrigerador, por meio do qual esfriaremos paulatinamente nossa água. Na realidade, o que fazemos é retirar quantidades

sucessivas de calor da dita água, cuja temperatura originaria, podemos supor, é de 15 graus centígrados. O aparelho refrigerador funciona e subtrai sucessivamente novas quantidades de calor de nossa água, a qual vigiamos. Vemos, assim, que, à medida que a água se esfria, sua densidade aumenta. É, porém, um aumento de densidade insignificante, que não altera a natureza fluidica da água, no estado líquido. Por outra parte, esse aumento de densidade detem-se nos quatro graus acima de zero, e, se continuarmos a esfriar, a densidade começa a descer. Chegamos, desse modo, a meio grau acima de zero. Praticamente, pois, até essa temperatura, as sucessivas *diferenças quantitativas* de temperatura que impuzemos à água não provocaram mudanças no estado físico da mesma, que continua sendo tão fluida, tão líquida quanto ao começar a experiência. Mas, se retirarmos uma nova quantidade de calor, o suficiente para fazer descer a temperatura em meio grau mais, veremos que toda a massa de água se congelará, isto é, passará violentamente, instantaneamente, por meio de um *salto*, do estado líquido ao sólido. Esta passagem efetua-se, certamente, pela forma que poderíamos chamar revolucionária, por um *salto*: não existe, neste caso, e *neste momento*, evolução entre o líquido e o sólido. Evolução seria se a água adquirisse, por efeito do frio, primeiramente, uma consistência xaroposa; baixando a temperatura, consistência de geléia; depois, consistência pastosa e, finalmente, passando por numerosos "matizes", chegasse a solidificar-se. Mas todo o mundo sabe que tal "evolução" não ocorre, nem a podemos reproduzir artificialmente. As diferenças de quantidade podem ser levadas até certa zona sem maior perigo. Chegados aí, uma nova pequena adição ou subtração, segundo o caso, provoca tal transformação das coisas, das relações existentes, que devem ser consideradas necessariamente "saltos" ou "revoluções". Outro exemplo: Todos sabemos o que é o som: é a sensação que produz em nosso centro auditivo a vibração de um corpo, vibração que nos chega por intermédio do ar, ou de corpos líquidos (como a água) ou sólidos (como o solo). Se submetemos um cristal de quartzo a uma corrente elétrica de alta frequência, o dito cristal começa a emitir sons. Estes sons estão na razão direta da intensidade da corrente: quanto maior a frequência elétrica, maior a intensidade do som produzido. Não obstante, chega um momento em que, a um aumento maior de corrente, se obtém... apenas silêncio. Por acaso o cristal de quartzo não reage mais? O cristal continua reagindo. Sucede que, a uma diferença quantitativa (último aumento na frequência da corrente), correspondeu a uma diferença qualitativa: em lugar de ondas sonoras, agora se produz outra classe de ondas, absolutamente diferentes (ultra-ondas), que têm propriedades tão extraordinárias como a de fundir o gelo ou outros sólidos, *sem elevar em nada a temperatura dos mesmos*. Parece que estas ondas rompem o equilíbrio em certos estados de aglomerado molecular e podem até produzir a morte de pequenos animais e plantas. Estas ultra-ondas são, pois, de uma natureza que em nada recorda as ondas sonoras, as quais carecem em absoluto destas propriedades. Sem embargo, estão tão próximas delas, que uma única *mudança quantitativa* basta para passar de umas a outras. E este *salto* é repentino: as últimas ondas sonoras não têm um *princípio*

destas propriedades, um principio de ação mortífera sobre pequenos animais. Nada disso: estas propriedades aparecem de forma repentina. Passemos, agora, à física do éter. No éter, produzem-se fenômenos variados, tão diferentes entre si como o são a luz e o calor; ou os raios ultra-violetas e as ondas hertzianas. Todos estes fenômenos não são, entretanto, mais do que — segundo os mais autorizados homens de ciência — ondulações no éter, mas ondulações de diferente magnitude para cada classe de fenômenos. As ondas elétricas, ou hertzianas, tão vulgarizadas pela radiotelegrafia, podem ter uma longitude desde muitos quilômetros (100 e ainda muito mais) até um décimo de milímetro. Estas ondas dividem-se em longas, médias, curtas, ultra-curtas e amortizadas. Acabamos de dizer que, desta categoria de ondas, as mais curtas têm um comprimento de cerca de um décimo de milímetro. Se pretendêssemos encurtar um pouco mais o comprimento destas ondas, entraríamos numa zona de natureza ainda desconhecida (zona silenciosa). Diminuindo mais, entraríamos na zona dos raios infra-vermelhos, que começam com ondas de 343 *micra* ($3,43 \times 10^{-3}$). Agora, podemos diminuir, à vontade e sem maior inconveniente, o comprimento destas ondas, não variando sua natureza calorífica; mas chegará um momento em que saltaremos aos raios luminosos. Isto se produz quando as ondas chegam a ter $8,12 \times 10^{-5}$ cm. Desde este momento, as ondas são visíveis; mas, dentro desta categoria, uma verdadeira gama de matizes responde a sete faces de cores separadas, as quais correspondem, por sua vez, a sete comprimentos de onda diferentes. Tenha-se presente que, dentro de cada cor, existem ondas de diferentes comprimentos, diferenciando-se umas das outras numa insignificancia. Esta insignificancia, porém, não pode ser levada ao extremo, pois, então, salta-se à cor seguinte. E, assim, sucessivamente: *diferenças de quantidades* convertem-se em *diferenças de qualidade*, até chegar ao violeta. Aqui saltamos para a zona dos raios químicos ou ultra-violetas. Esta zona estende-se entre as ondulações de $3,3 \times 10^{-5}$ até $1,44 \times 10^{-6}$ cm. Passada esta dimensão, aparece nova zona desconhecida, depois da qual existe uma grande variedade de comprimentos de onda e depois das quais devemos citar os raios *gamma* do radium, que se caracterizam por seu poder penetrante. Ainda podemos incluir os raios cósmicos, pouco conhecidos, mas cujo comprimento de onda se calcula em $0,13 \times 10^{-12}$ cm.

AS TRANSFORMAÇÕES QUÍMICAS — Entremos no campo dos corpos químicos. A transmutação natural dos corpos simples (descoberta por Curie) e a transmutação artificial dos mesmos (descoberta por Rutherford e pelo casal Joliot-Curie) veio confirmar o preceito materialista moderno: *a materia do universo é Una*. O radium até há pouco considerado corpo simples, converte-se espontaneamente em chumbo, em chumbo puríssimo. Que significa isto? Que os metais, e, em geral, os elementos químicos, considerados de acordo com a teoria estática da natureza como absolutamente independentes um do outro, imutáveis, fixos, eternos, invariáveis em quantidade e em qualidade, não têm nenhuma dessas condições. Pelo contrario, estão intimamente relacionados uns com os outros, a ponto de Rutherford ter podido converter o nitrogenio em hidrogenio. Um isotopo do nitrogenio, obtido pelos Joliot-Curie, transformou-se es-

pontaneamente em carbono. Conseguiu-se converter o alumínio em fósforo, o magnésio em alumínio. Como se explicaria este parentesco, esta correlação de "elementos" tão energicamente individualizados — até há pouco — em suas características? Os átomos, segundo o conceito atual, são formados por um núcleo central, carregado de electricidade positiva, em torno do qual giram um ou mais electrons (em número absolutamente fixo para cada elemento). Estes electrons são eletro-negativos. Parece, também, que existem corpos que têm duas classes de electrons: uns que giram muito perto do núcleo (electrons internos) e outros cuja órbita é muito maior (electrons externos). Os internos seriam relativamente "labeis", enquanto que os externos seriam bastante estáveis. Na classificação dos corpos químicos simples ou elementos, cada um recebeu um número de ordem, ou número ordinal, desde o hidrogenio, ao qual corresponde o número 1, até ao urânio, que corresponde ao 92. Apesar de Mendeléiev ter trabalhado antes da descoberta dos raios X e de suas importantíssimas aplicações no estudo da materia, a classificação dos elementos — que ele estabeleceu — e a ordem dos mesmos em sua táboa, mantêm-se hoje com ligeiras variantes. Efetivamente: o método dos *espectros roentgenianos* veio confirmar a ordem de colocação dos elementos na Táboa. Ao mesmo tempo, porém, veio confirmar a teoria da constituição electrónica da materia. A individualidade, a caracterização de cada elemento com respeito aos outros, dever-se-ia ao número de cargas negativas exteriores, isto é, exatamente ao número de electrons exteriores do átomo, que são os que produzem sempre o mesmo espectro roentgeniano, as mesmas reações químicas características, etc. Mas o peso atômico dependeria da massa (cargas positivas) do núcleo atômico, independente dos electrons internos e externos, cuja massa é desprezível. Por exemplo: A um grupo de 90 cargas positivas e de 90 electrons negativos, corresponde, indubitavelmente, o número ordinal 90 na Táboa. Compreender-se-á facilmente que as 90 cargas positivas podem formar-se de diferentes maneiras: 100 cargas positivas e 10 electrons internos = 90 cargas +; 99 cargas positivas e 9 electrons internos = 90 cargas +; 98 cargas positivas e 8 electrons internos = 90 cargas +; ... 91 cargas positivas e 1 electron interno = 90 cargas +. E como a massa procede das cargas positivas, deverá acontecer que o núcleo do elemento mais pesado da série seja o que tenha a maior quantidade de electricidade positiva (com seus electrons internos correspondentes, cuja massa — como se disse — é desprezível). Teoricamente, o número destas combinações é inumerável; mas, praticamente, não deve ocorrer assim, melhor dito, parece verossimil que o número de combinações possíveis deve variar de um elemento a outro, sempre, porém, dentro de limites restritos. Tomemos o estanho. Seu peso atômico oficial é de 117. Sem embargo, conhecem-se 11 qualidades de estanho, que acusam 11 pesos atômicos diferentes, rigorosamente comprovados, e que são os seguintes: 124, 122, 121, 120, 119, 118, 117, 116, 115, 114, 112. Supondo que se descubram no futuro (coisa muito provavel) novas qualidades de estanho de peso atômico 123 e 113, teríamos uma serie completa. Todos estes "neo-elementos" correspondem ao estanho clássico, pois todos têm o mesmo número ordinal, e as mesmas propriedades físicas e químicas até hoje

conhecidas, salvo o peso atômico. Anotamos atrás que o peso atômico parece ser função da massa do núcleo. A menor massa, menor peso atômico. Da massa nuclear se desprendem facilmente (e isto se comprovou nos corpos radioativos) partículas *alfa*, positivas. E a diminuição da massa nuclear traz consigo, para manter o equilíbrio, a diminuição dos electrons internos, que são desprendidos em quantidade equivalente. Chega um momento em que não fica um só electron interno; então, as cargas positivas do núcleo equivalem exatamente ao número de electrons externos. Se, por qualquer circunstancia, a massa nuclear diminua um pouco mais, o corpo fica com um *deficit* de electricidade positiva. Para manter-se eletricamente neutro, deve, forçosamente, desprender-se de um electron externo. E' neste momento que se produz o salto deste elemento para o contiguo. Observe-se bem: é uma diferença absolutamente quantitativa a que, passando de um certo limite, produz uma mudança violenta na qualidade do corpo; pois, se antes da última perda o conjunto quantitativo era gasoso, agora é sólido, ou vice-versa; e se antes reagia de certa maneira, agora o faz de forma completamente oposta. Enquanto as sucessivas diminuições (conjuntos negativos) da carga positiva não chegam ao limite, os diferentes neo-elementos resultantes dessas diminuições se diferenciam tão pouco entre si, que, praticamente, se confundem. Não obstante, a notável diferença nos pesos atômicos é suficiente para individualizá-los. Estes corpos, cujo peso atômico difere do peso atômico conhecido até há pouco como fixo e invariável, chamam-se *isótopos*. O descobrimento dos *isótopos* nos diz, em termos simples, que não existe um chumbo, mas muitos. Não existe um hidrogenio, mas dois. Os *isótopos* nos permitirão, também, esclarecer algumas anomalias no sistema periódico dos elementos. Por exemplo: o *argon* cujo número ordinal é 18, tem um peso atômico de 39,94. O *potassio*, que ocupa o lugar seguinte (19), deveria ter, como acontece em quase toda a Táboa, um peso atômico maior. Pelo contrario, é menor: 39,10. Não obstante, conhecem-se dois *isótopos* do *argon*, de peso atômico 40 e 36, respectivamente. A media entre ambos os extremos é exatamente 38. Com respeito ao *potassio*, também se conhecem dois *isótopos*, de peso atômico 39 e 41. A média, neste caso, é de 40. Retificando ambos os pesos atômicos, fica suprimida a anomalia. O mesmo se poderia dizer dos outros dois casos anômalos contidos na Táboa. A zona em que um elemento passa, por meio do salto, a ser o elemento contiguo, é, e está dito, *uma zona*. Quer expressar que não é uma linha, um limite divisorio absolutamente preciso e rigorosamente marcado. Nem aqui nem em parte alguma da natureza ou da historia existem linhas divisorias nitidas e infranqueaveis. O salto de um elemento para outro pode-se fazer de varios pontos, mas sempre dentro de estreitos limites. Assim, explicar-se-ia a existencia de elementos diversos com o mesmo peso atômico (*isobaros*). O exame atento dos elementos agrupados, segundo o fizeram Mendeléiev e seus sucessores, nos sugere, de melhor modo do que qualquer outro exemplo, uma idéia da dialectica da natureza.

A QUÍMICA DO CARBONO — E' sabido que o carbono tem a propriedade de formar, combinando-se com outros elementos, uma quantidade

imensa de corpos compostos. Isto é possível, sobretudo, porque o carbono pode unir-se a si mesmo, formando cadeias de átomos de carbono; e a estas cadeias se unem novos elementos, e ainda novos átomos de carbono. Nenhum outro elemento químico, até agora conhecido, dispõe desta propriedade. O *metano* é composto de um átomo de carbono, ao qual se uniram 4 átomos de hidrogênio. O metano é um gás (dos pântanos). O *etano*, formado por dois átomos de carbono, aos quais se unem 6 de hidrogênio, também é um gás. Entre uma molécula de etano e outra de metano, a única diferença na composição química é uma diferença de quantidade: um átomo mais de carbono e dois átomos mais de hidrogênio, ou, seja, usando a notação química, o grupo CH^2 . Se ao etano acrescentarmos o dito grupo de átomos (CH^2), teremos um novo gás: o *propano*. Se a este, por sua vez, lhe fazemos o mesmo acréscimo, obteremos outro corpo, também gasoso na temperatura ordinária: o *butano*. Mas se a este corpo juntarmos composição idêntica, já não conseguiremos um gás, senão um corpo líquido na temperatura ordinária: o *pentano* (C^5H^{12}). As diferenças de quantidade, acumuladas, produziram ao chegar ao pentano, uma diferença de qualidade (referimo-nos exclusivamente ao estado físico). Se agora continuamos acrescentando o grupo CH^2 a partir do pentano, teremos novos corpos com 6, 7, 8, etc. átomos de carbono, e que se chamam *hexano*, *heptano*, *octano*, etc. O octano é um líquido incolor (ponto de ebulição a $127^{\circ},4$) que se encontra no petróleo. Mas os sucessivos agregados nos farão saltar, bem pronto, do estado líquido ao sólido. Este salto se efetua a partir do *decano* ($\text{C}^{10}\text{H}^{22}$). Segue-se uma longa série de produtos sólidos. Se tomarmos como exemplo os ácidos orgânicos, obteremos o mesmo resultado. Estes ácidos dão origem, da mesma forma que no exemplo anterior, a uma longa série; e cada ácido se diferencia do anterior ou do que o segue, somente por um átomo de carbono e dois de hidrogênio (CH^2); isto é, a mesma diferença que no caso anterior. O primeiro ácido desta série, que é o *fórmico* (CH^2O^2) é líquido na temperatura ordinária. Se agregarmos à molécula deste ácido um grupo CH^2 , teremos o *ácido acético*, que também é líquido. Um novo agregado, e obteremos o *ácido propiônico*, líquido. E assim, sucessivamente, obteremos os *ácidos butírico*, *valeriânico*, *hexoico* e *heptoico*, todos líquidos. Um novo agregado quantitativo de CH^2 , e conseguiremos um corpo sólido, o *ácido octoico* (caprilico), que se encontra na manteiga de leite e em outros produtos. Os demais ácidos que seguem esta série são todos sólidos.

DIALÉTICA E FARMACOLOGIA — Sempre dentro da química do carbono, apresentaremos outros exemplos; mas estes não se referem às qualidades físicas, mas às qualidades químicas e farmacológicas. Ninguém ignora as propriedades hipnóticas dos produtos químicos que têm, em sua molécula, um ou mais radicais *alcoólicos* e *alquílicos*. Quase todos eles derivam dos cinco primeiros corpos da série formênica (metano, etano, propano, butano e pentano). Não precisamos senão recordar alguns corpos, como o clorofórmio, cloral, éter, bromofórmio, álcool puro, cloreto de metila, cloreto de etila, isopral, brometona, dormiol, sulfonal,

trional, adalina, bromural, uretano, hedonal, veronal, proponal, etc. O luminal e a hipnosa, embora possuam em sua molécula o grupo fenílico, devem suas propriedades aos radicais alquílicos. Vêm depois os sedativos derivados do ácido valerianico, por sua vez derivados do pentano. Em resumo: do metano fizemos sucessivos acréscimos de CH_2 , e todos os corpos assim formados produzem, por sua vez, derivados hipnóticos e sedativos. Mas, se ao pentano acrescentamos CH_2 , teremos o hexano. Eis o salto: Deste corpo não se conhece nenhum derivado com propriedades hipnóticas nem mesmo sedativas. Entretanto, entramos, com ele, num reino completamente diferente: o dos hidratos de carbono, ou carboidratos. Com a única exceção da *arabinose* ($\text{C}^5 \text{H}^{10} \text{O}^5$) e da *xilose* (ou açúcar de madeira), que têm só 5 átomos de carbono em suas moléculas — e, portanto, derivam do pentano e não do hexano —, todos os demais derivam, ora de uma molécula de hexano, ora de duas, três, quatro e ainda muitas mais do mesmo hexano. Mas a arabinosa e a xilosa não são produtos nutritivos, como o são todos ou quase todos os demais. Por outro lado, tão pouco fermentam sob a ação dos levedos. Por fim, tão pouco se encontram em estado de liberdade, como a glicose, a lactose, a sacarose, a celulose, etc. Pode dizer-se, pois, que, com o hexano, começa o reino dos hidratos de carbono, substâncias quase todas altamente assimiláveis e nutritivas. Mas este reino termina onde começou: no hexano, pois, se a este se acrescenta CH_2 , saltamos ao heptano, do qual não se conhece nenhum derivado que tenha as características dos hidratos de carbono. Em troca, começa aqui (1) outro reino de características próprias: o dos lipóides ou matérias graxas. Já o ácido heptoico é um líquido de consistência oleosa e de odor a azeite rançoso. O ácido octoico (caprílico), que se lhe segue, já é comestível. E assim começa uma extensa série de produtos graxos, derivados dos corpos seguintes da série formênica (desde o octano em diante). Entre eles devemos citar o *ácido cáprico* ou *docílico* (manteiga de leite, azeite de côco e de palma), *láurico*, *mirístico* (noz moscada), *palmitico* (palma), *estearico* (sebo, manteiga de cacau), *aráquico* (mani), *behênico* (azeite de behen), *lignocérico* (mani). Este corresponde à fórmula $\text{C}^{21} \text{H}^{42} \text{O}^2$. O *ácido melissico*, um dos últimos da série (se não é o último), corresponde à fórmula $\text{C}^{30} \text{H}^{60} \text{O}^2$. (Conclue no n. 11, de 1-12-946.)

A COOPERAÇÃO — “Os progressos em tecnologia realçam o valor da especialização e da cooperação. Sem cooperação é impossível tornar o saber produtivo. E ele se tornará terrivelmente destruidor, se os homens se dividirem em grupos antagônicos. Tanto a experiência como a teoria tem mostrado a força dominadora dos grupos sociais cujo trabalho é conjugado. Assim devemos igualmente considerar como inevitável uma tendência da evolução para uma forma de sociedade cooperativa e estreitamente coordenada”. (Artur H. Compton — *A ciência e o desenvolvimento da sociedade* — in “Jornal de Debates”, de 23-8-1946).

O Pensamento de Lênin



A experiência demonstrou que nalgumas questões essenciais da revolução proletária, "todos" os países passarão inevitavelmente por onde a Rússia passou. (Lênin — La Enfermedad Infantil del "Izquierdismo" en el Comunismo, pág. 17 — ELE, Moscou, 1941.)

"A história apresenta hoje perante nós — dizia Lênin — uma tarefa imediata que é a mais revolucionária de todas as tarefas imediatas do proletariado de qualquer outro país. A realização dessa tarefa, a derrota do mais poderoso baluarte, não só da reação européia mas também (podemos dizer hoje) da reação asiática, converteria o proletariado russo na vanguarda do proletariado revolucionário internacional." (Lênin, t. IV, pag. 382, ed. russa.)

"Temos que tomar essa fortaleza (governo tsarista) e a tomaremos, se soubermos unir num só Partido (no qual se somará tudo quanto na Rússia houver de vivo e de honrado) todas as forças do proletariado, que já abriu os olhos, e todas as forças revolucionárias russas.

Somente então será cumprida a grande profecia do revolucionário operário russo Piótr Alexéiev: "Levantar-se-á o braço vigoroso de milhões de homens operários e o jugo do despotismo, defendido pelas baionetas dos soldados, saltará feito em pedaços". (Lênin — *Que fazer?*, pág. 9 — Ed. Calvino Ltda. — 1946.)

"A revolução ensina. indubitavelmente, de modo tão rápido e profundo, que nos parece incrível nos períodos de desenvolvimento político pacíficos. E, o que é particularmente importante, ensina não só aos dirigentes, mas também às massas." (Lênin — *Duas Táticas*, pág. 25 — Edit. Calvino Ltda. — 1945.)

Ignorância e Reacionarismo

Consigna o *Diário da Assembléia* de 27-8-946, que o senador Luís Carlos Prestes pediu ao presidente da Assembléia, Sr. Melo Viana, velho político mineiro, para que reconsiderasse um seu despacho indeferindo um requerimento a propósito do direito de voto aos analfabetos, que o PCB pleiteava fôsse incluído na nossa Constituição. O Sr. Melo Viana, ex-presidente de Minas, ex-vice-presidente da República, etc., portanto homem público com grandes responsabilidades pela situação do país, inclusive da elevada percentagem de analfabetos brasileiros, respondeu nos seguintes termos... "lastimando, embora, não poderei reconsiderar meu despacho. Encarei-o conscientemente, acreditando que *os analfabetos não devem votar. O direito de voto constitui mesmo incentivo para o cidadão aprender a ler e escrever, não se devendo premiar o que se desinteressou pelo conhecimento das primeiras letras.*"

Mantenho, pois, minha decisão."

E' incrível, mas é verdade! O Presidente da Assembléia Constituinte de um país da projeção internacional do Brasil, cujos representantes na ONU se julgam no direito de criticar povos civilizados, teve a coragem e pôde afirmar, impunemente, essa barbaridade: que no Brasil só é analfabeto quem quer!

E' realmente, necessária muita *coragem*, pois não há brasileiro que não saiba que a instrução de um povo depende exclusivamente da vontade dos seus governantes.

Se o Governo estabelece ensino obrigatório e dá escolas, o povo se alfabetisa, caso contrário, não. Por que na França, Inglaterra, URSS, Estados Unidos, etc., não há analfabetos, Sr. Melo Viana?

Quem, no Brasil, desconhece que os Governos jamais se interessaram pela instrução do povo?

Quem, no Brasil, desconhece que os nossos *estadistas*, inclusive o Sr. Melo Viana, jamais se empenharam em limpar essa mancha oprobiosa, que coloca o Brasil numa singular posição de atraso, perante o mundo?

Entretanto, é justamente o Sr. Melo Viana, *ex* uma porção de coisas, que tem a *coragem* de dizer que o brasileiro é analfabeto porque quer!

Ademais, o analfabeto brasileiro, que só é analfabeto pela incompetência administrativa e antipatriotismo de homens de governo como o Sr. Melo Viana, não trabalha? não paga impostos? não morre nas guerras em defesa do solo pátrio? não produz os alimentos que o Sr. Melo Viana come e todos os demais brasileiros? etc.

Essas obrigações que se impõem ao analfabeto brasileiro, que o é, não por vontade própria, mas pela falta de patriotismo e incapacidade dos nossos *estadistas* como o Sr. Melo Viana, não serão acaso títulos bastantes para que ele participe da vida política do país, ele que é o criador da nossa riqueza econômica?

Que responde o Sr. Melo Viana? Responde assim:

"O cidadão analfabeto, repito, nada sabe de programas, nem de candidatos; é instrumento cego nas mãos de outrém."

Agora é que descobrimos a razão porque o Sr. Melo Viana, um dos nossos mais conspícuos estadistas, nada fez pela alfabetização do povo, pois, do contrário, o povo não seria um instrumento cego nas mãos do Sr. Melo Viana e seus parceiros...

O ESTADO E O INDIVÍDUO — "Ora, se a finalidade do Estado, a razão precípua da sua existência, é assegurar o bem-estar coletivo, e, por sua vez, êsse é resultado do bem-estar dos indivíduos particularmente considerados, não pode o Poder Público ficar indiferente à sorte dos indivíduos e, conseqüentemente deve tudo fazer para que nenhum cidadão seja prejudicado na sua capacidade física e moral de trabalhador. O desenvolvimento dessa capacidade individual é, por dizê-lo, o fundamento exclusivo do poder de resistência da nacionalidade. Por sua vez, a diminuição dessa capacidade individual, importa numa menor produção do ponto de vista coletivo, e, por conseqüência, menor índice de riqueza geral. Somente com a elevação do nível intelectual e fortalecimento físico do trabalhador, poderá se obter um maior poder econômico. Entretanto, o que domina, na maioria dos países, é o descaso pelo aperfeiçoamento da *força-trabalho*, abandonada na profundidade de sua ignorância, na ineficácia dos seus processos rotineiros, na realização de suas tarefas estafantes e quasi improdutivas, sucumbindo uns pelo exgotamento das energias, sacrificados outros pelo atrofiamento físico e moral da personalidade. E' a adoção de um processo de aproveitamento das energias vitais contrário ao princípio de seleção natural, sufocando, abafando, reprimindo, matando finalmente, em certos casos, as mais belas aspirações de promissoras inteligências, do tempo que protege e impulsiona a elevação social de grande numero de incapazes e de mediocres que, por qualquer circunstância alheia aos seus esforços, prescindiram de qualquer auxílio inicial. E' a seleção artificial baseada nas condições econômicas, substituindo a seleção racional e criteriosa das capacidades. Mas, se o aparecimento das grandes mentalidades que norteiam a civilização, é efeito imediato da cultura de sucessivas gerações, essas se tornarão tanto mais numerosas, quanto mais científica e racionalmente procurarmos cultivar a humanidade. Mas, infelizmente, muitos dos que dirigem o mundo e norteiam as opiniões continuam surdos a todos os clamores, indiferentes a tôdas as ameaças, intransigentes em tôdas as usurpações, e o que se verifica, de contínuo, é justamente o sacrifício dos mais hábeis, dos mais cultos, dos mais honestos, dos mais sinceros, dos mais idealistas; é o aproveitamento sistemático dos mais vãos, dos mais ôcos, dos mais ignorantes, dos mais faltos de personalidade, dos mais *práticos* e mais *impatriotas*". (Augusto Alexandre Machado — "*População e Miséria*" — in *Rev. da Fac. de Direito da Bahia*, vol. XX, 1945).

Questões de Economia Política

INTRODUÇÃO À ECONOMIA POLÍTICA (III)

Ciência de uma Economia Anárquica

A Economia Política que estuda o regime de produção de mercadorias não é, de modo algum, a única ciência que se vê obrigada a basear seus cálculos em factores de que só se tem um conhecimento relativo. Também o físico não sabe quantas moléculas de gás se contém num dado volume gasoso, consideradas mesmo a uma pressão e uma temperatura determinadas. Mas sabe que, dentro dos limites em que vigora a lei de Boyle, um volume dado de um gás qualquer contém tantas moléculas quantas existem num determinado volume de qualquer outro gás à mesma temperatura. O físico pode, pois, comparar os mais diversos volumes dos mais diferentes gases e sob as condições de pressão e de temperatura mais distintas, no que diz respeito a seu conteúdo molecular, e medir êsse conteúdo molecular pela unidade que se adote, v. gr., por um litro de gás a 0°C e 700 mm. de pressão. O químico ignora também os pesos atômicos absolutos dos diferentes elementos. Mas tem deles um conhecimento relativo, pois conhece suas correspondentes propriedades. E, do mesmo modo que a produção de mercadorias e a ciência econômica obtêm uma expressão relativa para as quantidades de trabalho contidas nas diferentes mercadorias e dela ignoradas, apenas ao comparar essas mercadorias quanto ao conteúdo relativo de trabalho que encerram, a química procura uma expressão relativa para acusar a magnitude dos pesos atômicos que desconhece, comparando, quanto ao seu peso atômico, os diferentes elementos, isto é, expressando o peso atômico de uns, em múltiplos ou frações de outros (enxôfre, oxigênio, hidrogênio, etc.). E assim como a produção de mercadorias considere como mercadoria absoluta, como o equivalente geral das demais mercadorias, como medida de todos os valores, o ouro, a química ergue à categoria de dinheiro químico a mercadoria hidrogênio, dando-lhe como peso atômico 1 e reduzindo a hidrogênio, isto é, expressando em múltiplos do peso atômico deste, os pesos atômicos de todos os outros elementos.

Não obstante, a produção de mercadorias não é a forma única e exclusiva de produção social. Nas comunidades da velha Índia, na coletividade familiar dos povos eslavos do sul, os produtos não se convertem em mercadorias. Os membros da comunidade encontram-se diretamente socializados para a produção, o trabalho distribue-se de acordo com a tradição e com as necessidades, e o mesmo se dá com os produtos na parte destinada ao consumo. A produção diretamente social e a distribuição direta do produto excluem toda troca de mercadoria e excluem, portanto (pelo menos dentro da comunidade), a transformação de produtos em mercadorias, e, por conseguinte, em valores.

Logo que a sociedade se aposse dos meios de produção e os aplique em seu próprio benefício, socializando-os diretamente, o trabalho de cada indivíduo, por mais que se distinga o seu caráter especificamente útil, adquirirá, imediata e diretamente, um caráter social. Então, a quantidade de trabalho social contida num produto já não necessitará de ser determinada mediante rodeios. A experiência diária indica a quantidade média de que se precisa. A sociedade pode perfeitamente calcular quantas horas de trabalho se contêm numa máquina a vapor, num hectolitro de trigo da última colheita ou em cem metros quadrados de tecido de determinada qualidade. Já não lhe será preciso expressar, por meio de um terceiro produto, valendo-se de um critério relativo, flutuante, imperfeito — que antes era o recurso obrigatório — e não por seu critério natural, adequado e absoluto, o *tempo*, as quantidades de trabalho cristalizadas nos produtos, que agora conhece de um modo direto e absoluto. Do mesmo modo que a química não precisaria expressar os pesos atômicos mediante o rodeio relativo do átomo do hidrogênio, se pudesse expressá-los diretamente e de um modo absoluto por meio de um critério adequado, ou, seja, por seu peso real, num bilionésimo ou quadrilionesimo de grama, a sociedade, na hipótese de que partimos, não atribuiria, também, aos produtos nenhum valor. Não expressará um facto tão simples como seja o de que, para se fazer cem metros quadrados de tecido, foi preciso, suponhamos, mil horas de trabalho, utilizando-se de um artifício absurdo para dizer que *valem* mil horas de trabalho. Claro está que a sociedade necessitará, então, de saber qual a quantidade de trabalho dispendida na fabricação de cada objeto útil. Esta sociedade estabelecerá o plano de produção, atendo-se aos meios produtivos, entre os quais se destacam, muito especialmente, as forças de trabalho. A utilidade dos diversos objetos de uso, ponderados entre si e em relação com as quantidades de trabalho necessárias para a sua produção, determinará, *de modo definitivo*, o plano. E tudo se arranjará de modo muito simples, sem que se intrometa de modo algum o famosíssimo “valor”. — (Engels — *Anti-Dühring*, págs. 405-10 — Edit. Calvino Ltda.).

Limitação da Economia Política Burguesa

...“O animal *utiliza-se* da natureza e nela produz transformações só por sua presença; o homem submete-a a serviço de seus fins com as modificações que lhe imprime: *domina-a*. Reside nisso a diferença essencial e decisiva entre o homem e os outros animais; é o trabalho por sua vez o que determina tal diferença.

“Mas não nos vangloriemos demasiadamente de nossas vitórias humanas sobre a natureza. Ela se vinga de cada uma dessas vitórias. Cada uma acarreta, é verdade, em primeiro lugar, as consequências com que contamos; em segundo e terceiro lugar, há outras, muito diferentes e não previstas, que quasi sempre eliminam essas primeiras consequências. Os povos que, na Mesopotâmia, na Grécia, na Ásia Menor e noutras partes destruíram as matas para conseguir terra arável, não sonhavam que dessa

maneira originariam a atual desolação dessas regiões, despojando-as, com as derrubadas, dos centros de acumulação e receptáculo da umidade. Os italianos dos Alpes, quando saquearam, na sua vertente sul, as matas de pinheiros tão meticulosamente tratados na vertente norte, não suspeitaram de que, dessa maneira, arrancavam de seu território as raízes da economia das granjas produtoras de leite; e muito menos suspeitavam de que privavam de água as vertentes das suas montanhas na maior parte do ano, quando na época das chuvas derramavam torrentes o mais possivelmente furiosas sobre a planície. Os propagadores da batata na Europa não sabiam que, com este tubérculo farináceo, difundiam, ao mesmo tempo, as escrófulas. E, assim, lembramo-nos a cada passo de que, de modo algum dominamos a natureza como um conquistador domina um povo estrangeiro, como alguém situado fora da natureza, mas lhe pertencemos com nossa carne, nosso sangue e nosso cérebro; estamos em meio dela, todo o nosso domínio sobre ela consiste na vantagem que temos sobre os outros seres de poder chegar a conhecer suas leis e aplicá-las corretamente.

“Em realidade, cada dia que passa aprendemos a compreender mais corretamente suas leis e a reconhecer os efeitos imediatos e longínquos de nossas intervenções no processo seguido pela natureza. Principalmente graças aos gigantescos progressos das ciências naturais neste século (XIX), estamos em condição de conhecer as consequências naturais longínquas de nossas comuns atividades de produção, e, com isso, aprendemos a dominá-las. Entretanto, quanto mais tal acontecer tanto mais os homens voltarão a sentir-se identificados com a natureza; e terão consciência disso; e tanto mais impossível por assim dizer se tornaria a noção absurda e antinatural da oposição entre espírito e matéria, o homem e a natureza, a alma e o corpo, noção essa que surgiu na Europa depois da decomposição da antiguidade clássica, que adquiriu sua mais acentuada forma no Cristianismo.

“Se foi necessário o trabalho de milênios para chegarmos a aprender, até certo ponto, a calcular os efeitos naturais distantes de nossos atos dirigidos para a produção, era muito mais difícil o que se refere aos efeitos *sociais* distantes desses atos. Citamos a batata e, com ela, a difusão da escrófula. Porém, que é a escrófula diante dos efeitos que a redução dos trabalhadores à alimentação (exclusiva) com batatas teve sobre as condições de vida das massas populares de países inteiros, diante da fome que, em 1847, devastou a Irlanda, em consequência da doença da batata que levou para debaixo da terra um milhão e lançou para além-mar a dois milhões de irlandeses que se alimentavam quasi que exclusivamente de batatas? Quando os árabes aprenderam a destilar o álcool não podiam nem em sonho pensar que, com isso, tinham inventado um dos principais instrumentos com o qual os aborígenes da América, ainda não descoberta, seriam eliminados do mundo. E, ao descobrir essa América, Colombo ignorava que, com isso, despertaria para uma nova vida a escuridão de há muito superada na Europa, e lançaria as bases do tráfico negreiro. Os homens que, nos séculos XVII e XVIII, trabalharam na construção da máquina a vapor não suspeitavam de que com isso da-

vam forma ao instrumento, que, mais do que qualquer outro, iria revolucionar as condições sociais em todo o mundo e, em primeiro lugar, na Europa, por meio da concentração da riqueza pela minoria e da falta de propriedade quanto à imensa maioria, o que iria atribuir o domínio político e social à burguesia, mas, ao mesmo tempo, originaria uma luta de classes entre a burguesia e o proletariado, que só terminará com a queda da burguesia e a eliminação de todas as divergências de classe. Mas, também neste terreno (o do trabalho) aprendemos gradualmente, por uma longa e densa experiência, mediante coordenação e pesquisa do material histórico, a esclarecer as consequências sociais, indiretas e longínquas; e, com isso, nos é dada a possibilidade de dominar e regular tais consequências.

"Para conseguir tal controle, não basta o simples conhecimento. Para tanto, é necessária uma completa revolução de nosso modo de produzir e de toda a nossa ordem social atual.

"Todos os modos de produção só tiveram, até agora, por objetivo o efeito útil mais imediato e direto do trabalho. As outras consequências, que aparecem só mais tarde e se tornam efetivas pela sua repetição e acumulação gradual, eram completamente descuradas. A primitiva propriedade comum do solo correspondia, por uma parte, a uma fase de desenvolvimento dos homens, que limitava seu campo de noções às coisas mais imediatas, e, por outra parte, implicava em certo excesso de solo disponível, que deixava certa margem às consequências possivelmente más dessa primitiva economia selvagem. Quando desaparecia o excesso de solo, também a propriedade comum entrava em declínio. Porém, todas as formas elevadas de produção se encaminharam para a divisão da população em classes diferentes, e, com isso, o contraste entre classes dominantes e oprimidas. Mas, graças a isso, o interesse da classe dominante foi o elemento que impulsionou a produção quando esta não se limitava à mais estreita margem necessária à subsistência dos oprimidos. E' o que agora se verifica, em sua forma mais completa, no modo de produção capitalista que impera na Europa Ocidental. Cada um dos capitalistas que dominam a produção e o intercâmbio não se pode preocupar sinão com o efeito útil mais imediato de seus atos. Até este efeito útil — quando se trata da utilização do artigo produzido ou trocado — passa inteiramente para um segundo plano: o lucro que se obtém com a venda torna-se o único motor.

"A ciência social da burguesia, a Economia Política clássica, ocupa-se única e exclusivamente dos efeitos sociais imediatos que se quer obter das ações humanas para a produção e o intercâmbio. Isso corresponde inteiramente à organização social de que é expressão teórica. Onde os capitalistas, cada um por seu lado, produzem e trocam para proveito imediato, só se podem considerar, em primeiro lugar, os resultados mais próximos e diretos. Quando cada fabricante ou comerciante só se ocupa em vender, com seu lucro usual, a mercadoria fabricada ou comprada, fica satisfeito e não lhe interessa o que será feito da mercadoria ou de seu comprador. O mesmo acontece com as consequências naturais dessas mesmas ações. Que importava aos plantadores espanhóis de Cuba, que queimavam as matas das encostas das montanhas, conseguindo, com a cinza,

adubo suficiente para uma geração de muitos rendosos pés de café, se, mais tarde, os aguaceiros tropicais varressem a primeira camada da terra já sem proteção e deixassem a rocha nua? Diante da natureza, como diante da sociedade, o atual modo de proteção cinge-se principalmente ao primeiro êxito mais palpável. Apesar disso, há quem se surpreenda ainda de que as consequências distantes das ações assim dirigidas sejam inteiramente diversas e às vezes inteiramente opostas; de que a harmonia entre a oferta e a procura se transforme em seu oposto polar, como o patenteia o transcurso de cada ciclo decenal industrial, e como também a Alemanha o experimentou, com um pequeno prelúdio, no *Krach*; que a propriedade privada baseada no trabalho individual se desenvolva necessariamente dentro da ausência de propriedade dos trabalhadores, enquanto toda riqueza se concentra cada vez mais nas mãos dos que não trabalham"; (Engels — *Dialética e Natureza*, págs. 165-7), mas, apesar da surpresa, não interessa aos economistas burgueses pôr a descoberto as razões determinantes de tais factos, por isso que a ciência que manipulam está limitada aos diretos interesses da burguesia. Sendo os interesses da burguesia individualista limitados, é óbvio que a ciência social a seu serviço, a Economia Política, terá também que ser limitada, apriorística, parcial e falsa.

(Continua no n. 11, de 1-12-946.)



EXEMPLOS DE DIGNIDADE PROLETARIA — "No decorrer de um processo intentado contra os cartistas de Londres, um dos principais acusados W. Cuffey, apresenta uma auto-defesa que merece ser citada como exemplo: Recusa o juri burguês e solicita ser julgado por seus pares, isto é, por operários. Estigmatiza um agente provocador, que acaba de confessar cinicamente seu papel, e, sobretudo, os que recorreram ao serviço dessa personagem. — "Digo, declara Cuffey, que não tendes o direito de me julgar. Embora o processo tenha durado demasiado tempo, não se me fez justiça, e, quando pedi que justiça me fosse feita, quando pedi que fosse julgado por meus pares, não deferistes meu requerimento. Tudo foi posto em celeuma para suscitar má vontade contra mim. A imprensa deste país e, creio-o, a dos outros países, tudo fez para me cobrir de ridículo. Não peço piedade, não peço graça. Contava ser condenado e não supunha outra coisa, mas não quero piedade. Não, eu é que tenho piedade do governo, do procurador geral, que empregaram para comigo meios tão baixos. Mas ora: um e outro não podem existir sinão em função de tais meios. Procurador geral é uma má denominação; o nome devia ser êste: "espião geral" e é uma vergonha para o governo servir-se de tais homens... Não tenho sede de martírio; mas, depois do que ouvi esta semana, creio que poderei suportar não importa qual condenação e até marchar para o cadafalso de cabeça erguida". W. Cuffey foi condenado não à morte, mas à deportação perpétua. A firmeza desse precursor iria, não obstante, fazer escola no movimento operário britânico". (Willard — *A defesa acusa...*, pág. 62).

O Pensamento de Stálin



“Por oposição à metafísica, a dialética não considera a natureza como conglomerado casual de objetos e fenômenos, desligados e isolados uns dos outros e sem relação alguma de dependência entre si, mas como um todo articulado e único, no qual os objetos e fenômenos se acham organicamente vinculados uns aos outros, dependem uns dos outros e se condicionam uns aos outros.

Por isto, o método dialético entende que fenômeno algum da natureza pode ser compreendido se o focalizamos isoladamente, sem conexão com os fenômenos que o rodeiam, pois todo fenômeno, tomado de qualquer campo da natureza, pode converter-se em absurdo se o examinarmos sem conexão com as condições que o rodeiam, desligado delas; e, pelo contrário, todo fenômeno pode ser compreendido e explicado se o examinarmos em sua conexão indissolúvel com os fenômenos circundantes e por eles condicionados” (Stálin — *História do P.C. (b) da URSS*, pág. 122, ed. em espanhol).

Se não existem, no mundo, fenômenos isolados, se todos se interdependem e se condicionam uns aos outros, é evidente que qualquer regime ou qualquer movimento social que surge na história deve ser julgado não do ponto de vista da “justiça eterna” ou de outra idéia preconcebida — o que costumam fazer os historiadores —, mas do ponto de vista das condições que engendraram o regime e o movimento social em referência, vinculados que estão às referidas condições. (Stálin — *Sobre o materialismo dialético e o materialismo histórico* — in “Sobre os fundamentos do leninismo”, pág. 269-70 — Edit. Calvino Ltda. — 1945.)

...em política, para não se enganar, faz-se necessário olhar para a frente e não para trás. (Stálin — *Sobre o materialismo dialético e o materialismo histórico* — in “Sobre os fundamentos do leninismo”, pág. 272 — Edit. Calvino Ltda. — 1945.)

Perguntas e Respostas

PERGUNTA — Em que se diferencia a tática revolucionária da tática dos reformistas?

RESPOSTA — “Alguns julgam que o leninismo é absolutamente contrário às reformas, aos compromissos, aos acordos. Isso é totalmente falso. Os bolcheviques sabem tão bem como quaisquer outros que, de certo modo, “é melhor um pássaro na mão do que dois voando”: isto é, que, em certas circunstâncias, as reformas em geral e os compromissos e acordos em particular são necessários e úteis.

“Fazer a guerra — diz Lênin — para destruir a burguesia internacional, uma guerra cem vezes mais difícil, prolongada e complexa que a mais encarniçada das guerras conhecidas entre Estados e renunciar de antemão a qualquer manobra, a qualquer utilização (embora apenas temporária) do antagonismo de interesses existente entre os inimigos, aos acordos e compromissos com possíveis aliados (embora provisórios, inconsistentes, vacilantes, condicionais), não será porventura infinitamente ridículo? Não se parecerá com o caso de que numa ascensão difícil de montanha inexplorada, na qual ninguém já tivesse posto os pés, fôssem abandonados de antemão os ziguezagues, o retorno eventual sobre os próprios passos, a renúncia à direção escolhida inicialmente e a experimentação de outras direções?” (Lênin, t. XXV, pág. 210, *Extremismo, Doença Infantil do Comunismo*).

Não se trata, pois, das reformas ou dos compromissos e acordos em si, mas do uso que se faz deles.

Para o reformista, as reformas são tudo; para ele, o trabalho revolucionário serve apenas de meio para tergiversar, para desorientar. Por isso, com a tática reformista, sob as condições de existência do poder burguês, as reformas convertem-se inevitavelmente em instrumento de consolidação deste poder, em instrumento de decomposição da revolução.

Para o revolucionário, ao contrário, o principal é o trabalho revolucionário e não as reformas; para ele, as reformas são um produto acessório da revolução. Por isso, com a tática revolucionária, sob as condições de existência do poder burguês, as reformas se transformam, naturalmente, em instrumento de decomposição deste poder, em instrumento de fortalecimento da revolução, em ponto de apoio para o desenvolvimento ulterior do movimento revolucionário.

O revolucionário aceita as reformas com o fim de utilizá-las como meios para combinar o trabalho legal com o ilegal, com o fim de aproveitá-las como cortina para intensificar o trabalho ilegal destinado à preparação revolucionária das massas para a derrubada da burguesia.

Nisto consiste a essência do saber utilizar revolucionariamente as reformas e acordos, sob as condições do imperialismo.

O reformista, ao contrário, aceita as reformas com o fim de renunciar a todo trabalho ilegal, com o fim de minar a obra da preparação das massas para a revolução e deitar-se a dormir à sombra das reformas "outorgadas" de cima.

Nisto consiste a essência da tática reformista." (Stálin — *Sobre os fundamentos do leninismo*, págs. 123-4-5 — Edit. Calvino Ltda. — 1945.)

O PIOR CEGO É O QUE NÃO QUER VER — "Nada se equipara à injustiça e à inépcia graças às quais foi até agora feita a distribuição das terras — dizia Saint Hilaire, em 1822 —. E' evidente que, sobretudo onde não existe nobreza, é do interesse do Estado que haja nas fortunas a menor desigualdade possível. No Brasil, nada haveria mais fácil do que enriquecer certa quantidade de famílias. Era preciso que se distribuisse, gratuitamente, e por pequenos lotes, esta imensa extensão de terras visinhas à capital, e que ainda estava por se conceder quando chegou o rei. Que se fez, pelo contrário? Retalhou-se o solo pelo sistema de sesmarias, concessões que só se podiam obter depois de muitas formalidades e a propósito dos quais era necessário pagar o título expedido. O rico, conhecedor do andamento dos negócios, êste tinha protetores e podia fazer bons favores; pedia-as para cada membro de sua família e assim alcançava imensa extensão de terras. Alguns indivíduos faziam dos pedidos de sesmarias verdadeira especulação. Começavam um arroteamento no terreno concedido, plantavam um pouco, construíam uma casinhola, vendiam em seguida a sesmaria, e obtinham outra. O rei dava terras sem conta nem medida aos homens a quem imaginava dever serviços. Paulo Fernandes viu-se cheio de dons desta natureza: Manoel Jacinto, empregado do tesouro, possui, perto daqui, doze léguas de terra concedidas pelo Rei. Os pobres que não podem ter títulos, estabelecem-se nos terrenos que sabem não ter dono. Plantam, constroem pequenas casas, criam galinhas, e quando menos esperam, aparece-lhes um homem rico, com o título que recebeu na véspera, expulsa-os e aproveita o fruto de seu trabalho. O único recurso que ao pobre cabe, é pedir, ao que possui léguas de terra, a permissão de arrotear um pedaço de chão. Raramente lhe é recusada tal licença, mas como pode ser cassada de um momento para outro, por capricho ou interesse, os que cultivam terreno alheio e chamam-se agregados, só plantam grãos cuja colheita pode ser feita em poucos meses, tais como o milho e feijão; não fazem plantações que só deem ao cabo de longo tempo como o café". (*Segunda Viagem do Rio de Janeiro, a Minas Gerais e a São Paulo (1822)*) — de Augusto de Saint Hilaire, tradução de Affonso de E. Taunay, Companhia Editora Nacional Brasileira, págs. 38/40). (Colaboração de J. Ribeiro).

SOCIALISMO E COMUNISMO

Há, entre muitas pessoas, uma grande confusão sobre o que seja socialismo e comunismo. E maior confusão ainda, porque, principalmente a palavra socialismo tem sido usada para qualificar, através dos tempos, sistemas os mais diversos em conteúdo e forma.

Nesta revista, entretanto, salvo indicação expressa, só nos referimos ao socialismo científico, criado por Marx e Engels, assim chamado para ser distinguido de todos os demais socialismos, muito embora o usemos na sua forma simplificada: *socialismo*, apenas.

O socialismo científico, ou simplesmente socialismo, segundo a concepção dos marxistas, não é senão a fase "primeira" ou inferior do comunismo, de onde o comunismo abranger não só o socialismo científico, em todo seu desenvolvimento, como também, como é óbvio, a sua própria fase superior ou o comunismo propriamente dito.

O comunismo só é socialismo em sua etapa inferior, porque, em sua etapa superior, já não é mais socialismo e, sim, exclusivamente, comunismo.

O socialismo, por sua vez, é comunismo até o grau máximo do seu desenvolvimento, que se realizará por etapas ainda indeterminadas, porque, ultrapassado esse grau de seu desenvolvimento máximo, se transforma em comunismo, de onde desaparecer.

O socialismo, portanto, é comunismo; mas o comunismo só é socialismo em sua primeira etapa; depois, em sua segunda etapa, ou etapa superior, é apenas comunismo.

No socialismo, o princípio é "de cada um segundo sua capacidade; a cada um segundo seu trabalho". No comunismo, prevalecerá o princípio "de cada um segundo sua capacidade; a cada um segundo suas necessidades".

"No socialismo prevalece o princípio de que, na sociedade socialista, cada um trabalha segundo sua capacidade e recebe os meios de consumo não conforme suas necessidades, porém de acordo com o trabalho que forneceu à sociedade. Isto significa que o nível cultural e técnico da classe operária continua sendo pouco elevado, que o contraste entre o trabalho intelectual e o trabalho manual continua subsistindo, que a produtividade do trabalho não é suficientemente elevada para assegurar a abundância dos meios de consumo, e que, por conseguinte, a sociedade se vê obrigada a repartí-los, não conforme as necessidades de seus membros, porém de acordo com o trabalho que estes tenham fornecido à sociedade.

O comunismo representa um grau superior de desenvolvimento. O princípio do comunismo consiste em que, na sociedade comunista, cada um trabalha segundo sua capacidade e recebe os meios de consumo, não segundo o trabalho fornecido, porém de acordo com suas necessidades de homem culturalmente desenvolvido. Isto significa que o nível cultural e técnico da classe operária já estará suficientemente elevado para destruir os fundamentos da diferença entre o trabalho intelectual e o

trabalho manual. A diferença entre o trabalho intelectual e o trabalho manual já terá desaparecido e a produtividade do trabalho alcançado um grau bastante elevado para assegurar plena abundância de meios de consumo; por conseguinte, a sociedade estará em condições de repartir esses meios de consumo conforme as necessidades de seus membros.” (Stálin — *Questões do Leninismo*, pág. 589 — Edições em Línguas Estrangeiras, Moscou, 1941.)

No socialismo, ainda existem, pois, classes, embora de novo tipo, socialistas, livres das contradições, antagônicas, existentes sob o capitalismo; no comunismo, não. No socialismo, o trabalho manual se distingue, pois, do intelectual; no comunismo, não. Etc.

* * *

“O comunismo não aparece súbitamente, logo depois da queda do capitalismo e a tomada do poder pelo proletariado. Ele é o resultado de longo período de transição e de transformação. Marx, e depois Lênin, distinguiram duas fases de transição e de transformação das relações capitalistas em relações comunistas.

A primeira fase do comunismo corresponde ao que Marx chamava de “primeira” fase ou, seja, o socialismo científico propriamente dito. Ela se caracteriza, principalmente, pela supressão da propriedade privada dos meios de produção, que passam à propriedade da sociedade inteira. A supressão da propriedade privada dos meios de produção acarreta o desaparecimento da classe capitalista. O socialismo científico não conhece, pois, nem classes sociais de interesses opostos, nem luta de classes. A repartição dos artigos de consumo faz-se proporcionalmente à soma de trabalho fornecido por cada pessoa válida.

Marx escreveu:

“Todo produtor recebe da sociedade exatamente tanto quanto lhe dá, e ele lhe dá todo o seu trabalho individual. A jornada de trabalho social representa a soma das horas individuais de trabalho: o tempo de trabalho individual de um produtor é a parte da jornada social que ele fornece. A sociedade dá-lhe quitação do tempo de trabalho fornecido (dedução feita do trabalho acumulado no fundo social). Em troca desta quitação, o produtor recebe nos armazéns sociais os meios de consumo proporcionalmente ao valor de seu trabalho. Ele recebe, assim, da sociedade, sob outra forma, o trabalho que lhe dera.

O princípio que vigora aí é, evidentemente, idêntico ao que regula a troca de mercadorias de igual valor. O conteúdo e a forma modificaram-se de acordo com as novas condições: ninguém pode dar outra coisa a não ser seu trabalho, e nada pode ser propriedade individual, exceto os meios de consumo individual. Também a repartição destes meios entre produtores individuais obedece ao mesmo princípio que o da troca de mercadorias equivalentes: uma certa quantidade de trabalho é, sob uma forma dada, trocada por uma quantidade semelhante de trabalho, sob outra forma.

Mas um homem pode ser física ou intelectualmente superior a outro. Ele poderá fornecer, num certo tempo, mais trabalho ou, então, trabalhar

mais tempo; e, para termo de comparação, o trabalho deve ser definido por sua intensidade ou por sua duração, sem o que ele cessará de ser uma medida. Este direito igual é, no trabalho desigual, um direito desigual. Ele não reconhece nenhum direito de classe, sendo cada um trabalhador como todos os outros; mas reconhece, tácitamente, como privilégios naturais, a desigualdade dos talentos individuais e das capacidades de trabalho. E', portanto, por seu conteúdo, como todo o direito, um direito de desigualdade.

Um trabalhador é casado, outro é celibatário, e outro tem maior número de filhos; isto quer dizer que, com uma participação igual no consumo social, um recebe mais do que outro, um é mais rico do que outro" (1).

Enfim, a divisão do trabalho em trabalho intelectual e físico é inevitavelmente a causa de uma grande desigualdade de desenvolvimento intelectual, de necessidades culturais e, por conseguinte, de desigual retribuição do trabalho.

"E' necessário, a fim de afastar todos estes males, que o direito seja desigual em vez de ser igual. Mas estes males não podem ser evitados na primeira fase da sociedade comunista — socialismo científico — no momento em que esta sociedade acaba de nascer, depois do longo e doloroso parto da sociedade capitalista. O direito não pode jamais estar acima de uma forma econômica e do desenvolvimento da cultura condicionada por esta forma" (2).

Um outro traço do socialismo científico é a existência do poder, de um poder que não terá mais, é verdade, funções repressivas, em regime socialista, porque ele não conterà nem classes sociais nem luta de classes. Mas, enquanto houver desigualdade na repartição dos meios de consumo proporcionalmente ao trabalho fornecido, o poder deverá defender este direito desigual.

E' claro que o papel do poder nesta fase do desenvolvimento social é muito diferente de seu papel no momento da conquista do poder pelo proletariado, no período seguinte, de transformação da sociedade capitalista em sociedade socialista. O Estado socialista estará em vias de desaparecimento progressivo.

Uma vez definida a sociedade socialista, torna-se fácil definir a sociedade comunista.

O desaparecimento dos últimos vestígios de desigualdade, e, em primeiro lugar, a contradição entre o trabalho físico e intelectual, é o que distingue o comunismo do socialismo. Resulta daí um novo modo de repartição mais justo.

Os meios de consumo não serão repartidos proporcionalmente ao trabalho fornecido para o fundo comum por cada membro válido da comunidade, mas de acordo com as necessidades de cada um.

Cada membro da sociedade comunista trabalhará de acordo com suas forças e consumirá de acordo com suas necessidades. De "meio de existência", o trabalho se tornará uma "necessidade vital". O Estado, órgão de coação, presidindo no regime socialista a repartição desigual dos meios de consumo, terá "perecido", desaparecido completamente.

“O Estado só poderá desaparecer completamente quando a sociedade aplicar a regra: “De cada um conforme sua capacidade, a cada qual conforme suas necessidades”, isto é, quando os homens se acostumarem à observação das regras fundamentais da vida social e quando seu trabalho fôr tão produtivo que possam obter produtos à vontade, segundo suas necessidades.

O horizonte estreito do direito burguês, que obriga a calcular com a dureza de um Shylock, que obriga a que um não trabalhe meia hora mais que o outro e não receba menor salário que um outro, será ultrapassado. A repartição dos produtos não exigirá a divisão em rações para cada um pela sociedade; cada um se servirá livremente de acôrdo com suas necessidades.

E' fácil de dizer, de um ponto de vista burguês, que uma tal organização social é “puramente utópica” e ridicularizar o comunismo, que promete a cada um o direito de receber da sociedade, sem o menor contrôlo do trabalho dos cidadãos, seja lá qual fôr, a quantidade de carteiras, automóveis ou pianos. Ainda hoje a maioria dos “sábios” burgueses contenta-se com essas zombarias, que são uma demonstração de sua ignorância e de seu apêgo interessado ao capitalismo.

Sua ignorância, dizemos, porque não ocorreu ao espírito de nenhum comunista “prometer” a vinda da fase superior do comunismo e, porque as previsões formuladas pelos grandes socialistas supõem um rendimento de trabalho diferente ao de hoje e homens diferentes dos que são capazes de, como certas personagens da literatura russa, malbaratar as reservas da riqueza social e reclamar o impossível” (3).

“O pensamento de Lênin era que o momento, em que poderemos designar para fim imediato a realização da igualdade comunista ideal, ainda não chegou. Não se trata, ainda, de uma palavra de ordem prática de ação revolucionária. Não formulamos sinão uma previsão científica. A tarefa atual é a luta pela primeira fase do comunismo, pelo socialismo científico” (Lapidus e Ostrovitianov — *Princípios de Economia Política*, págs. 655-60 — Edit. Calvino Ltda.)

* * *

Sobre êste tema — socialismo e comunismo — Lênin escreveu um primoroso artigo, muito elucidativo, no qual afirmava o seguinte:

“...a diferença entre o socialismo e o comunismo é clara. O que se chama habitualmente socialismo, Marx denominou de “primeira” fase, ou fase inferior da sociedade comunista. Na medida em que os meios de produção se tornem propriedade *comum*, a palavra “comunismo” pode se aplicar, com a condição de não se esquecer que aí está um comunismo *incompleto*. O grande mérito da exposição de Marx é ainda o de continuar fiel à dialética materialista, à teoria da evolução e o de considerar o comunismo como alguma coisa que nasce, por via do desenvolvimento, do capitalismo. Em lugar de se prender às definições escolásticas artificiais e “imaginárias”, a estéreis querelas de palavras (que é o socialismo? que é o comunismo?), Marx analisa o que se poderia chamar os graus da maturidade econômica do comunismo.

Em sua primeira fase, em sua primeira etapa, o comunismo não pode ser, no sentido econômico, inteiramente maduro, inteiramente livre das tradições e dos remanescentes do capitalismo. Daí, esse facto interessante de que se fica prisioneiro do "estrito horizonte do direito *burguês*", sob o comunismo, em sua primeira fase. O direito *burguês*, no que se refere à repartição dos *produtos de consumo*, supõe, certamente, inelutavelmente, um *Estado burguês*, porque o direito não vale nada sem um aparelho capaz de *impôr* a observação de suas normas.

Daí se conclue que, no regime comunista, o direito *burguês* e também o Estado *burguês*, embora sem *burguesia*, continuem a existir por algum tempo.

Parece tudo isso um paradoxo ou um puro jôgo dialético de palavras; esta crítica é muitas vêzes dirigida ao marxismo por pessoas que não tiveram jamais o trabalho de estudar, por pouco que fôsse, a substância extraordinariamente profunda dessa teoria.

Mas a vida mostra-nos, a cada passo, na natureza e na sociedade, que muitos vestígios do passado subsistem no presente. Não foi arbitrariamente que Marx introduziu, no comunismo, um pouco de direito "*burguês*": não fez mais que constatar aquilo que, econômica e politicamente, é inevitável na sociedade *nascida* do capitalismo.

A democracia tem enorme importância na luta da classe operária contra os capitalistas, pela sua libertação. Mas a democracia não é um limite insuperável, é uma etapa no caminho que vai do feudalismo ao capitalismo e do capitalismo ao comunismo.

Democracia implica em igualdade. Compreende-se a importância da luta do proletariado pela igualdade e é preciso que se compreenda esse próprio princípio da igualdade, como o convém, no sentido de supressão das classes. Mas democracia significa igualdade apenas *formal*. E, desde que tenha sido realizada a igualdade de todos os membros da sociedade *em relação* à utilização dos meios de produção, isto é, a igualdade do trabalho e do salário, colocar-se-á, fatalmente, diante da humanidade, a questão do progresso ulterior, a questão da passagem da igualdade formal para a igualdade real, fundada sobre o princípio: "De cada um segundo sua capacidade, a cada um segundo suas necessidades". Por que etapas, por que medidas práticas, a humanidade atingirá esse objetivo supremo? Não o sabemos e não o podemos saber. Mas o que importa é conhecer a grande mentira contida na idéia *burguesa* de que o socialismo é qualquer coisa de morto, de frio, de ultrapassado uma vez por todas; ora, *não é sinão com o socialismo* que o movimento de opressão em curso, o verdadeiro movimento de massa, prosseguirá a uma velocidade acelerada, até que a *maioria* da população e, a seguir, a população *inteira*, dêle possa participar em todos os domínios da vida coletiva e da vida privada.

A democracia é uma das formas, uma das variantes do Estado. E', por conseguinte, como todo Estado, uma ação organizada, sistemática, da coerção sobre os homens. Isto, de um lado. Mas, de outro lado, a democracia é o reconhecimento formal da igualdade entre os cidadãos, do direito igual de todos a determinar a forma do Estado e a administrá-lo. Segue-se que, em certo grau de seu desenvolvimento, a demo-

cracia lança, antes de mais nada, contra o capitalismo, a classe revolucionária do proletariado e fornece a êste os meios de quebrar, de reduzir a migalhas, de esmagar a máquina burguesa do Estado, ainda que seja o Estado republicano, o exército permanente, a polícia, o funcionalismo, e de substituir tudo isso por uma máquina *mais* democrática, mas que não deixa de ser uma máquina de Estado, constituída pelas massas operárias armadas, que preparam a organização de todo o povo em exército.

Aqui, "a quantidade transforma-se em qualidade": ao alcançar *esse* grau, a democracia ultrapassa os quadros da sociedade burguesa e começa a transformar-se em democracia socialista. Se *todos* os homens participam realmente da gestão do Estado, o capitalismo não pode mais se manter. Ora, o desenvolvimento do capitalismo cria, por seu lado, as *premissas* necessárias para que "todos" *possam* realmente participar da gestão do Estado. Tais premissas são, entre outras, a instrução universal, realizada já por alguns dos mais avançados países capitalistas, e, a seguir, "a educação e a disciplina" de milhões de operários, pelo aparelho imenso, complexo e socializado dos correios, das estradas de ferro, das grandes usinas, do grande comércio, dos bancos, etc., etc.

Com tais premissas *econômicas*, é muito possível derrubar, da noite para o dia, os capitalistas e os burocratas, e substituí-los pelo *contrôle* da produção e da repartição, pelo *recenseamento* do trabalho e dos produtos, nas mãos dos operários armados, nas mãos de todo o povo em armas. (Não se deve confundir a questão do *contrôle* e do *recenseamento* com a do pessoal especialmente instruído, engenheiros, agrônomos, etc.: êsses senhores, que trabalham hoje sob as ordens dos capitalistas, trabalharão melhor ainda sob a direção dos operários armados).

Recenseamento e *contrôle*, eis a *principal questão*, necessária à "organização", ao funcionamento regular da sociedade comunista, em sua primeira fase. *Todos* os cidadãos se transformam em empregados assalariados do Estado, personificado, o mesmo, pelos operários armados. *Todos* os cidadãos se transformam em empregados e operários de *um só* "trust" universal de Estado. Trata-se só de fazer com que eles trabalhem uniformemente, que observem a mesma quantidade de trabalho e recebam um salário uniforme. Estas *operações* de recenseamento e *contrôle* foram já *simplificadas* ao máximo pelo capitalismo, que as reduziu a operações de fiscalização e de anotação, a operações de aritmética e à liquidação de dívidas, coisas essas que são acessíveis a qualquer pessoa que saiba ler e escrever (4).

Quando a *maioria* do povo proceder, ela própria, ao recenseamento e ao *contrôle* dos capitalistas (transformados então em empregados) e dos senhores intelectuais, que conservarão ainda traços capitalistas, *êsse* *contrôle* tornar-se-á verdadeiramente universal, geral, exercido pelo conjunto da nação e ninguém encontrará mais "onde se esconder" para dele escapar.

Tôda a sociedade não será mais que um grande escritório e uma grande fábrica, com igualdade de trabalho e igualdade de salário.

Mas esta disciplina de "fábrica" que o proletariado, uma vez vencidos os capitalistas e derrubados os exploradores, estenderá à tôda a socie-

dade, não é de modo algum o nosso ideal, nem o nosso objetivo final; constitui apenas a *transição* necessária para depurar radicalmente a sociedade das vilanias e da ignomínia da exploração capitalista e para *permittir-lhe continuar* a sua marcha para a frente.

A partir do momento em que todos os membros da sociedade, pelo menos a imensa maioria dêles, tiverem aprendido a dirigir por si mesmos o Estado, a tomar a coisa em suas mãos e a "organizar" seu contrôlle em relação à infima minoria de capitalistas, de pequenos senhores desejosos de guardar suas veleidades capitalistas e à infima minoria de operários profundamente corrompidos pelo capitalismo, desde êsse momento a necessidade de qualquer administração tenderá a desaparecer. Quanto mais perfeita fôr a democracia, tanto mais próximo estará o dia em que ela se tornará supérflua. Quanto mais o "Estado", composto de operários armados, que deixa de ser "o Estado no sentido próprio desta palavra", fôr sendo democrático, tanto mais depressa se extinguirá também *todo* o Estado.

Quando *todo o mundo*, de facto, aprender a administrar e quando, realmente, administrar diretamente a produção social, quando todos realizarem com tóda a independência, o registo e o contrôlle dos parasitas, dos filhinhos de papai, dos canalhas e dos demais "defensores das tradições capitalistas", será tão incrivelmente difícil, para não dizer impossível, escapar a êste universal recenseamento e contrôlle; isso será uma tão rara exceção, tóda a tentativa feita com essa intenção provocará provavelmente um castigo tão pronto e tão exemplar (pois os operários armados, como pessoas práticas que são e não como pequenos intellectuais sentimentais, não gostam que brinquem com êles), que a *necessidade* de observar as regras simples e fundamentais de tóda a sociedade humana adquirirá depressa um *caráter de hábito*.

Abriu-se-á amplamente, então, a porta para a fase superior da sociedade comunista e, em seguida, para o desaparecimento completo do Estado. — *Wladimir Ilitch Uliánov*. (Escrito em abril-setembro, 1917.)

* * *

O socialismo é, portanto, a primeira etapa, inferior, da sociedade comunista. A propriedade privada sôbre os meios de produção nela é liquidada; a base econômica da sociedade é constituída por um sistema socialista de economia e pela propriedade socialista sôbre os meios e instrumentos de produção. As classes exploradoras nela serão liquidadas e suprimida a exploração do homem pelo homem.

A atual sociedade socialista da URSS é composta de trabalhadores da cidade e do campo: a classe operária, os camponeses e os intellectuais. As diferenças de classes entre êles vão-se apagando gradualmente. A vida econômica da sociedade é determinada e dirigida por um plano econômico do Estado. A todos os trabalhadores é garantido o direito ao trabalho, ao repouso e à instrução. O trabalho é uma obrigação e uma questão de honra para todos. O princípio do socialismo é: "Quem não trabalha, não come".

Cada um trabalha de acôrdo com suas aptidões e recebe de acôrdo com o trabalho que produz. A sociedade socialista assegura tal desenvolvimento da produtividade do trabalho, da técnica, da ciência e da cultura, que cria tôdas as condições para a transição gradual à fase do comunismo.

Na segunda fase, superior, não haverá entre os homens nenhuma diferença de classe. Tôdas as sobrevivências do capitalismo na consciência dos homens serão liquidadas e eliminada definitivamente a oposição entre a cidade e o campo e entre o trabalho físico e o intelectual. E' condição decisiva para a transição à fase superior do comunismo alcançar um nível tal de produtividade do trabalho, que permita realizar o seu princípio fundamental: "De cada um, segundo sua capacidade; a cada um, segundo sua necessidade".

(Recompilação de Iudin, Rosental, Marx, Lênin, Lapidus e Ostrovitianov.)

(1) K. Marx — *Crítica do programa de Gotha*.

(2) *Ibid*.

(3) Lênin — *O Estado e a Revolução*.

(4) Quando o Estado reduz suas funções essenciais ao registo e ao contrôle feito pelos próprios operários, deixa de existir o "Estado político" e as "funções públicas", de políticas que eram, tornam-se simples funções administrativas. (Vide a polémica de Engels com os anarquistas. Vide ainda: Lênin: *O Estado e a Revolução*, pág. 69, Bureau d'Editions, Paris, 1933, ou edição brasileira, da *Vitória*.)

VOTO PARA OS RELIGIOSOS — Há uma emenda pretendendo restabelecer o voto dos religiosos. Deve ela merecer a consideração da Assembléia. O religioso, que tem voto de obediência, deve sempre seguir as ordens dos seus superiores. O Sr. *Correia de Oliveira* — Em matéria política não é exato. O Sr. *Guaraci Silveira* — V. Ex. se engana, porque não teve a experiência que tive, estando, até aos 22 anos em meios religiosos. Para o religioso, a voz do superior é quasi a voz de Deus e nas coisas mínimas êle obedece e pela vontade dos seus superiores se inspira. Se negamos o voto às praças de pré, porque têm superiores que podem exercer coação, devemos também negá-lo a qualquer pessoa que faça o voto de obediência. O voto dos sargentos, que não é permitido por dispositivo de nosso projeto, também deve ser considerado. Atualmente, os sargentos formam uma classe e não são mais praças que passem apenas um ano nas fileiras. Ficam no Exército dezenas de anos, tendo direitos adquiridos no pôsto, reforma e pensões. E' uma classe. Eis um facto interessante: as espôsas dêsses sargentos terão o direito do voto que a êles a Constituição está negando. Os sargentos são os homens que trabalham junto aos soldados, que vão para as trincheiras nos lugares mais perigosos, quando a Pátria exige o sacrifício das suas vidas. Não devemos negar-lhes o direito de escolherem os dirigentes do País". (*Diário da Assembléia*, 22-6-46).

Atualidades

INGENUIDADE BURGUESA

CIERP.

Freqüentemente, na imprensa burguesa, lê-se que a imprensa soviética é "controlada", etc., pois que não publica ou não dá destaque às peças oratórias dos estadistas burgueses. Por isso, afirmam, a opinião pública soviética não sabe o que se passa pelo mundo...

Por isso, os burgueses capitalistas estão convencidos, na sua maioria, que essa pobreza ou ausência decantada de tal noticiário, na imprensa soviética, é produto de má-fé por parte dos dirigentes soviéticos.

Embora essas afirmações algumas vezes sejam sinceras, não duvidamos, contudo, de que sejam inteiramente falsas, também, visto como não exprimem a verdade. São produto exclusivamente da profunda ignorância em que vivem esses jornalistas burgueses sobre a realidade soviética. Não nos referimos aqui aos fascistas e venais, useiros e veseiros em calúnias.

A verdade é que a URSS atualmente se encontra no estágio do socialismo científico, em pleno desenvolvimento para o comunismo, o que significa que os povos soviéticos, intensa e extensamente instruídos, altamente politizados, estão adiantados de algumas décadas em relação aos demais povos.

Empolgados pelo progresso do seu regime, incompreensível à facciosa inteligência burguesa, é claro que os cidadãos soviéticos se interessam intensamente pelos seus problemas presentes e futuros, que se distanciam dos demais povos, e, daí, não haver espaço disponível na imprensa soviética para cuidar dos anacrônicos e ultraconhecidos problemas capitalistas, já exaustivamente estudados.

Supomos tornar mais compreensível esse esclarecimento, indagando do leitor: a nossa imprensa dedica-se a publicar, a dar relevo e importância, aos acontecimentos políticos e econômicos do Brasil-Colônia ou do sistema escravista abissínio? Absolutamente não. Por que? Porque esses acontecimentos políticos e econômicos pertencem ao passado, só interessam aos estudiosos, aos especialistas. Não interessando à massa da população brasileira atual, que só se interessa pelos seus problemas de hoje e do futuro, é claro que a nossa imprensa não se preocupa com eles, não secundariamente, nas suas páginas dominicais, dedicadas à cultura.

Assim acontece na URSS. Os problemas capitalistas, feudais e escravistas, são apenas objeto de estudo dos especialistas, porque a matéria que empolga a massa soviética, e dela a imprensa soviética se ocupa da

primeira à última linha, é a da construção do socialismo, que coloca o regime soviético algumas décadas à frente dos demais vigentes hoje no mundo.

Ainda há pouco, um dos expoentes do imperialismo, mas profundo ignorante em matéria de sociologia, referimo-nos a Byrnes, representante dos Estados Unidos na ONU, desafiou Mólotov a publicar na imprensa soviética um seu discurso (dêle Byrnes), no qual acusava Mólotov de tentar "ditar a paz".

Mólotov imediatamente aceitou o desafio (não consultou Stálin, como insinuariam os fascistas) e o discurso de Byrnes, inclusive as acusações, foram não só publicadas pelos principais jornais soviéticos, como irradiados também pela rádio de Moscou, para todo o país, acompanhado, já se vê, da resposta dada por Mólotov a Byrnes.

Os povos soviéticos devem ter estranhado o facto, pois que a imprensa e rádio soviéticos só se dedicam, praticamente a assuntos sérios, sobre a construção do socialismo sob todos seus aspectos, e não perdem sinão mínimo tempo e espaço, o indispensável, com a politicagem dos burgueses, que só atende os mesquinhos interesses de uns poucos capitalistas.

De qualquer forma, entretanto, os povos soviéticos, como de resto qualquer democrata consciente do mundo, devem ter achado tragi-cômico o discurso de Byrnes.



O QUE É NECESSÁRIO PARA SER UM REVOLUCIONÁRIO — "Não basta ter temperamento de revolucionário: é mister saber também manejar a arma da teoria revolucionária. Não basta conhecer a teoria: é preciso forjar para si mesmo um caráter sólido, com uma inflexibilidade de bolchevique. Não basta saber o que fazer: é preciso ter a coragem de levá-lo a cabo. E' preciso estar sempre pronto para fazer, a qualquer preço, tudo o que possa realmente servir à classe operária. E' preciso ser capaz de subordinar toda sua vida privada aos interesses do proletariado". *Dmitrov* (prefácio de uma biografia de Ernst Thaelmann).



O CAPITALISMO AGORA É REACIONÁRIO — "O capitalismo não permite mais a expansão das forças de produção da técnica hodierna. Ao contrário: restringe-as e entrava-as no círculo do mercado mantido exclusivamente pelo objetivo do lucro privado. Toda a ciência moderna, toda a sua técnica, todas as forças da produção se organizam e se exploram, não a serviço da sociedade, para o benefício de todos, mas exclusivamente para o lucro de alguns. E' contra isto que há de marchar a nova democracia, gerada nas entranhas da dor..." (João Mangabeira — *Oração de Paraninfo* — in *Rev. da Fac. de Direito da Bahia*, vol. XX, 1945).

Questões de História

DECEMBRISTAS

A primeira parte do século XIX marca um período decisivo da história russa. A grande guerra nacional de 1812 provocou enorme e apaixonado interesse pelas questões políticas e sociais nos círculos mais progressistas da sociedade, que cada vez mais se tornavam conscientes da necessidade de abolir a servidão e derribar a autocracia tsarista, a fim de abrir caminho para o progresso do país. A atmosfera de reação e despotismo levou os elementos mais avançados da aristocracia, especialmente os jovens oficiais, a criarem sociedades secretas com o objetivo de lutar pela liberdade. Em 1816, um grupo dirigente, de que faziam parte Nikíta Muravióv, Nicolai Turgueniev, os irmãos Muravióv-Apóstol, Bestújev-Riúmin e Pavel Péstel, lançou a pedra fundamental da *Liga da Salvação*, reorganizada em 1918 sob a denominação de *Liga do Bem-Estar Público*. A personalidade dominante entre os rebeldes era a do coronel Pavel Péstel, homem de indubitável capacidade e eminente representante da aristocracia liberal de sua época. Filho do governador geral da Sibéria, Péstel recebera excelente educação, que, mais tarde, ampliou com estudos aprofundados de filosofia materialista e das principais tendências políticas e sociais do tempo. Sua biblioteca particular incluía trabalhos do pensador russo Aleksánder Radichtchev, do filósofo francês Claude Helvetius e do economista inglês Adam Smith. Sobre uma porção de questões, como, por exemplo, a servidão, Péstel mantinha atitude mais conseqüente do que os mais avançados pensadores de seu tempo. Suas idéias políticas e sociais estão consubstanciadas no esboço de Constituição que delineou para a sociedade secreta da qual era a cabeça pensante. Esse esboço, denominado *Rússkaia Právda* (A verdade russa), é um dos produtos mais interessantes do pensamento social russo do século passado. Nele, Péstel revela-se um republicano conseqüente e revolucionário. O esboço de Constituição apela para uma República democrática com direitos iguais para todos os cidadãos, que deveria ser estabelecida por um governo revolucionário instituído por uma insurreição armada. Inclui um programa agrário baseado no princípio fundamental da nacionalização da terra, a fim de proporcionar o bem-estar aos não-proprietários. A terra deveria ser dividida em duas partes: a primeira seria distribuída entre os camponeses sem terras e a segunda reverteria ao Estado, que poderia arrendá-la ou vendê-la à discrição. Deste modo, os camponeses, libertos do jugo da servidão, deveriam receber uma quantidade de terra suficiente para sua manutenção. Péstel, a bem da verdade, não era apenas estudioso infatigável e consciencioso, mas também soldado competente, que se distinguira na guerra contra Napoleão. A cidade ucraina de Tulchin, onde estava

aquartelado o regimento comandado por Péstel, tornou-se o centro ideológico e orgânico da insurreição incipiente. A associação constituída pelos ex-membros da Liga do Bem-Estar Público (dissolvida em 1821), que, em virtude de sua localização, recebeu o nome de Sociedade do Sul, ficou sob a direção de Péstel. Entremetidos, um segundo grupo conspirativo, que se constituiu em São Petersburgo, em 1822, tornou-se conhecido pelo nome de Sociedade do Norte. Manteve-se em íntimo contacto com sua irmã do sul. A chefia do grupo do norte esteve, a princípio, nas mãos de Nikíta Muravióv e do príncipe Serguéi Trubetskói, mas, mais tarde, em 1823, compartilhou dela também o talentoso revolucionário-poeta Kondrati Riléiev, que defendia os pontos de vista republicanos de Péstel. A plataforma política do principal grupo dos nortistas, que ganhou expressão através de um projeto de Constituição delineado por Muravióv, defendia uma monarquia constitucional. Em 1823, outra organização revolucionária secreta, a Sociedade dos Povos Eslavos Unidos, nasceu na Ucrânia, independentemente dos dois grupos do norte e do sul. Esta última sociedade, que foi organizada pelos irmãos Borisov, pelo revolucionário polonês Lublinski e por outros, proclamou a solidariedade das nações eslavas (Rússia, Polónia, Boémia, Sérvia, etc.), e dirigiu sua propaganda em grande escala entre as massas populares. Em 1825, através da mediação de Bestúiev-Riúmin — um dos dirigentes sulinos — as sociedades do Sul e dos Povos Eslavos Unidos reuniram-se numa única organização. Os conspiradores haviam marcado a data do projetado *coup d'état* para o ano de 1826. Os acontecimentos, contudo, forçaram-nos a tomar outras providências. A inesperada morte de Alexandre I e a abdicação de Constantino, em favor de seu irmão mais moço Nicolái, provocaram curto interregno e forneceram uma oportunidade que os Dezembroístas não poderiam desperdiçar. A 26 de dezembro (14, segundo o antigo calendário) de 1825, dia em que as tropas deveriam jurar obediência ao novo imperador, os oficiais revolucionários da Sociedade do Norte puseram na rua suas unidades e marcharam para a Praça do Senado, em São Petersburgo, com o objetivo de tomar o poder e impor a Constituição. O número de soldados e marinheiros que se reuniram na Praça do Senado não passava de 3.000. Muitas unidades, não informadas dos planos traçados pelos chefes da insurreição, não os apoiaram no momento crítico. O próprio príncipe Trubetskói não apareceu e os amotinados, acéfalos, comprimiram-se na praça e lá ficaram à espera, incapacitados de assumir a iniciativa. O tsar Nicolai reuniu as unidades que lhe ficaram fiéis e lançou-as contra os insurretos. Os rebeldes foram dizimados a metralha e o levante esmagado. No sul, o regimento Tchernígov fez uma animosa tentativa de revolta, mas isolada e sem efeito. Péstel fôra prêso antes do levante. O próprio Nicolai dirigiu as investigações. O julgamento dos participantes foi realizado em segredo. Havia 589 prisioneiros processados criminalmente; 80 % dos acusados eram militares. Cinco — Péstel, Serguéi Muravióv-Apóstol, Bestúiev-Riúmin, Piótr Karóvski e Riléiev — foram condenados à força e executados no dia 25 de julho de 1826. Mais de 100 foram condenados a trabalhos forçados na Sibéria e muitos oficiais expulsos do exército. A insurreição de de-

zembro falhou porque estava totalmente desligada das massas populares. Os Decembristas, incapazes de levar o povo consigo ou de se apoiarem nele, nada mais foram do que um punhado de revolucionários, impotentes para levar a cabo os seus propósitos. Quasi um século de lutas difíceis foi necessário para que a batalha, iniciada pelos Decembristas, obtivesse a vitória e o povo da Rússia, sob a chefia de Lênin e Stálin, esmagasse o despotismo tsarista e construísse um verdadeiro governo popular. Entretanto, a memória de Péstel e Riléiev, dois dos primeiros revolucionários que levantaram o estandarte da revolta contra o tsarismo e deram a própria vida na luta pela pátria e pela democracia, para sempre viverá no coração do povo.

● ●

O ESPERANTO A SERVIÇO DO PROLETARIADO — O Esperanto, essa generosa e genial criação de Zamenhof, tornou finalmente possível aos deserdados, aos trabalhadores de toda a terra, corresponderem ao apêlo dos fundadores da Primeira Internacional: "Proletários de todo mundo, uni-vos! — Upton Sinclair.

●

"Cada um de nós tem o dever de conhecer apenas duas línguas: a do país em que nasceu ou vive e a internacional. Praticar qualquer outra das nacionais, mais faladas, significa, além de puro servilismo, fazer, consciente ou inconscientemente, o jogo dos interesses imperialistas, de que tais línguas são naturais instrumentos. Pratiquemos, pois, o Esperanto e deixemos o estudo dos outros idiomas aos eruditos e aos que não têm nada mais a fazer, aos imperialistas, aos burgueses, aos reacionários" — H. Barbusse.

●

"Não tomemos a sério os que, dizendo-se socialistas, comunistas ou anarquistas, e, pois, internacionalistas, não praticam a língua internacional, comum, da Humanidade: o Esperanto". — M. Górkí.

●

"Prevejo para o esperanto um papel notável, na tarefa da civilização e da confraternização dos povos, mais eficaz do que todas as diplomacias". — Romain Rolland.

O DIVORCIO E A FAMILIA

"Tendo tratado dêste assunto demoradamente noutras ocasiões, apenas quero declarar que as discussões mais avolumaram em meu espírito a convicção de que o atual desquite é iníquo e imoral.

O último baluarte contra o divórcio a vínculo era a questão religiosa. Ficou demonstrado, sem contestação, que o Evangelho não o proíbe em caso de adultério, o mais doloroso dos casos.

Uma única objeção exegética de valor na ocasião de meu discurso foi a do nobre Deputado Professor Anes Dias. Segundo sua justa apreciação, os textos difíceis das Sagradas Escrituras só podem ser compreendidos por um confronto com outros textos correlatos.

Entretanto, cumpre-me dizer que não se trata de um texto difícil, nem em contradição com qualquer outro. A dificuldade existe apenas para os que desejam interpretá-lo de acôrdo com a doutrina errada estabelecida por uma seita cristã.

O Evangelho condena em diversos lugares o novo casamento dos cônjuges separados. Quanto a isto não há dúvida. Faz uma exceção clara, gritante, caridosa e justa, para o caso de adultério.

Ninguém pode afirmar que seja incompreensível um texto de lei que permite o homicídio em legítima defesa porque existam noventa e nove textos que o proibam, sem estabelecer a exceção.

Se não fôra essa errada exegese nada impediria o divórcio-remédio para milhares de infelizes.

Urge, também, seguindo a corrente universal de humanização do direito, que se libtem os filhos inocentes da pecha de ilegítimos, espúrios, naturais e adulterinos.

Quando a religião, divorciada de Cristo, permitiu e incentivou as castas, sancionou a opressão, estigmatizou os inocentes pelos crimes dos pais, já havia muito se fizera noite sôbre os ensinamentos puríssimos de Jesus.

Agora, que sôbre essa noite de trevas densas se fêz a aurora da renascença, que a igualdade e fraternidade pregadas por Cristo vão se realizando socialmente como nas catacumbas de Roma, onde as nobres patricias davam o ósculo santo nas faces das escravas cristãs, cumpre que não nos afastemos da estrada luminosa da humanização do direito.

As trevas da Idade Média, com suas fogueiras e suplicios, com a legislação civil inspirada por um cristianismo sem Cristo, com os tribunais eclesiásticos, aos quais aborrecia o sangue, mas que entregavam a vítima já condenada ao braço secular (como os judeus cujas leis não permitiam crucificar a Jesus, mas que pediam a crucificação ao tribunal romano), as trevas da Idade Média não nos permitirão essa vitória por enquanto.

Esperemos. Mil anos são em face da eternidade como o dia que se perdeu na noite dos tempos". (Guarací Silveira — *Diário da Assembléia*, de 22-6-945.)



Para Compreender e Interpretar Marx *por Sidney Hook*

II

DA COMPREENSÃO HISTÓRICA

O sistema de pensamento ligado ao nome de Karl Marx, geralmente chamado marxismo, difere de todas as outras teorias e metodologias sociais pelo facto de ser a filosofia de luta do maior movimento de massas que varreu o mundo depois do nascimento do cristianismo (1). Ele não pode ser claramente separado de suas estreitas ligações históricas e examinado exclusivamente à luz dos seus contextos. Porque não é uma filosofia para os que estudam o passado comodamente sentados numa poltrona, mas, sim, uma filosofia de ação social e, mais especificamente ainda, uma *teoria de revolução social*.

Desenvolvido, ao longo de uma vida de ação social, sobre o campo de batalha da luta de classes, o marxismo conserva os vestígios dos acontecimentos que lhe deram origem e dos fins que o inspiraram. Marx começou sua vida de adulto como revolucionário, combateu como revolucionário e foi exilado porque era revolucionário, e, embora tenha morrido por ter comido durante muitos anos a poeira do British Museum, jamais perdeu, durante esses anos, o contacto com a luta diária das classes trabalhadoras do mundo inteiro. Participou das batalhas de 1848, mas suas melhores armas foram as da crítica dialética.

As doutrinas de Marx não foram desenvolvidas apenas no decorrer das lutas sociais e das experiências de sua existência; depois de sua morte, foram também retomadas por outros para a continuação dessas lutas. Um movimento inteiro surgiu com as palavras de ordem e os argumentos marxistas. Mais exatamente, o movimento da classe operária já existente na Alemanha tornou-se marxista, sinão de facto, pelo menos nominalmente. Esse movimento teve uma vida maior do que a de alguns de seus membros e uma tarefa única a cumprir na história das revoluções sociais, ou, seja, desenvolver conscientemente uma filosofia que o ajudaria a ganhar a batalha. Essa tarefa exigia não uma série de dogmas petrificados, mas uma flexibilidade revolucionária na teoria e na prática. Esse movimento desenvolveu bem rapidamente uma literatura, uma tradição e um modo de análise inspirados diretamente pelas doutrinas e pela personalidade de Marx. Os perigos da ortodoxia doutrinária não eram grandes durante os primeiros anos, antes que a social-democracia alemã tivesse ganho um campo de ação livre. Marx estava lá para guiá-la, os problemas do partido eram os seus, e, depois da sua morte, Engels tornou-se o orientador oficial do Partido. Mas, antes que muitos anos

decorressem, o movimento encontrou-se diante de tarefas e de problemas específicos inteiramente novos. Eram, naturalmente, consequências das condições sociais, técnicas, nacionais e psicológicas da expansão que o capitalismo industrial trouxe consigo durante o último quarto do século XIX. Uma resposta ativa às novas condições não se fez esperar, porque nenhum movimento pode viver sem uma readaptação contínua a um meio em transformação. Agiam, primeiro, para satisfazer as necessidades do momento, justificando-as depois. A interpretação das causas e das consequências dessa ação era formulada em termos marxistas. Qualquer programa de ação, por mais afastado que fôsse do marxismo, ainda poderia ser reduzido a fórmulas marxistas e nenhuma declaração de programa ou de princípios, por mais absurdos que fôssem, deixaria de ser amparada por alguns textos.

Chegavam muito simplesmente a isto: postos em face de condições novas, que criavam novas tarefas e novas concepções dessas tarefas, os partidários de Marx decidiam o que era razoável fazer e defendiam sua ação como sendo um método marxista ortodoxo. Que é que determina, então, os programas que homens, achando-se diante de um problema comum, consideram como razoável? Uma vez que isso não é questão de uma adaptação lógica dos meios aos fins, um programa "razoável" provém, em última instância, de uma coisa que eles *querem* fazer. Isto é, seus fins e seus valores são, logicamente, sinão psicologicamente, anteriores ao seu programa de ação imediata. E', então, perfeitamente natural que, com o desenvolvimento dos fins e das diversas intenções, devessem nascer diferentes interpretações de Marx. Em quasi tôdas as nações européias, gerações sucessivas contribuíram com novas atitudes e novas perspectivas. Alguns homens, como Bernstein, na Alemanha, Sorel, na França e Struve, na Rússia, desenvolveram por si mesmos concepções opostas sobre a natureza do marxismo.

Não se deve imaginar que tôdas essas interpretações eram muito artificiais ou forçadas. Êsses mesmos indivíduos, que se combatiam em nome da ortodoxia, recaíam numa concepção de Marx que, por sua vez, era uma interpretação escolhida, possuindo muito dos defeitos das opiniões opostas e pouco das suas virtudes. Os defeitos consistiam na incapacidade de considerar todos os textos e contextos disponíveis, avaliar sua importância relativa, distinguir entre o método empregado e o caráter contingente dos resultados obtidos pelo emprêgo dêste método, e, além disso, numa incapacidade de compreender a importância central da prevenção de classe de Marx. As virtudes eram um programa que, como eles declaravam abertamente, se modelava de acôrdo com os acontecimentos do dia, um esforço de seguir o caminho justo nas novas correntes da ciência e da filosofia, uma recusa de considerar as conclusões teóricas fundamentais como definitivamente cumpridas. Essas interpretações doutrinárias opostas do marxismo não eram simples variações sobre um único tema intelectual. *Eram diferentes modelos de resposta social, projetados por grupos diferentes numa luta pelo domínio da cena social-econômica.* Eram os meios de fazer a história, apresentados inocentemente como os meios de lê-la. Elas revelavam, além disso, a atitude dêsses grupos em

face dos acontecimentos contemporâneos que os agitavam, mesmo porque eles não falavam de Marx. A história da interpretação de Marx oferece, de modo muito significativo, uma confirmação curiosa da crítica marxista de toda a ideologia cultural: classes sociais diferentes reagem diretamente aos mesmos factos sociais. Essas diferenças exprimem-se imediatamente pelas acentuações desiguais das diversas tendências existentes em Marx, seguidas por uma avaliação diferente destas últimas, e, finalmente, por táticas opostas de ação social. (Por exemplo, os grupos sociais começaram por sublinhar mais ou menos as páginas escritas por Marx sobre a possibilidade de um processo de reformas. Tomaram, em seguida, posição clara a favor do valor do reformismo e agiram, por fim, em consequência disso.) Seu ponto de vista de classe integra-se no que eles procuram compreender. Mas, se assim é, pergunta-se, com um embaraço irritado, qual o objetivo comum e a referência histórica objetiva de todas essas interpretações tão variáveis? E' possível uma verdade objetiva a propósito dessa referência? Antes de desistir de atingir a verdade objetiva a respeito das questões sociais, que são necessariamente consideradas de maneira diversa pelas diferentes classes, detenhamo-nos um instante para dizer que essa situação tem sua analogia lógica com a dos historiadores, quando eles procuram dar uma explicação definitiva de um acontecimento histórico. É, hoje, lugar comum metodológico a idéia de que a história do homem não é coisa que se possa ler num registo cronológico. Ela implica numa interrupção, numa seleção e numa construção. Inspira-se, em definitivo, no presente, para julgar o que é *verdadeiro e próprio nos acontecimentos* (2).

As consequências dêsse lugar comum são, entretanto, alarmantes. Passando de uma época para outra, as interpretações do passado são alteradas e sua significação parece ser uma sombra movediça, de experiências e fins mais amplos do presente. Isso não é apenas verdadeiro para os acontecimentos nos quais não se apercebe abertamente a significação, mas também para o pensamento dêsses homens que deixaram obras escritas. A história da interpretação de Platão é a melhor ilustração disso. Quantos retratos filosóficos de Platão correram mundo! E como êsses retratos mostram claramente as traições dos seus pintores! Platão feito Moisés ático, transformando em Pai da Igreja cristã, místico pitagórico, em dramaturgo da vida da razão; primeiro aristotélico, precursor de Kant, de Hegel, de Cantor e da teoria moderna da continuidade; "pai de toda a ortodóxia e fonte de toda a heresia". Tudo isso não é sinão parte dos aspectos sob os quais Platão apareceu na história do pensamento. Aqui, como lá, a reconstrução histórica não é a revelação de uma realidade feita sob medida na corrente da tradição cultural, exatamente como se chama escavação ao desenterramento de certos materiais do local onde se achava a antiga Troia. É, pelo contrário, uma seleção cuidadosa, na qual a confirmação deve ser procurada em certas formas de atividade contemporânea ou futura.

Mas voltemos a Marx. Se interpretação histórica significa orientação contemporânea para sucessos atuais, pode-se perguntar por que os dirigentes do movimento trabalhista da Alemanha e de outros países da

Europa julgaram necessário se dizerem marxistas. Por que não abandonaram a procura do "verdadeiro Marx" para se entregar a uma nova análise dos problemas da atualidade? Por que perisitiram em dizer-se marxistas mesmo quando, dissidentes das fileiras do partido, frizaram o caráter não marxista da sua ação? A resposta a isto pode ser achada, em parte, no imenso prestígio de nomes e de símbolos nos movimentos de massa. Idéias novas trazem, de início, certa confusão, mesmo quando se demonstram eficazes na realização dos seus fins. Elas são aceitas mais facilmente quando aparecem sob a forma de velhas máscaras e aforismos.

O radicalismo também é entravado pelo conservantismo natural do hábito. Ele apreende bem depressa que um movimento não pode sobreviver sem se adaptar a um meio em transformação; mas, no processo de adaptação, ele se agarra, de qualquer forma, o mais possível aos símbolos de seu passado. Porque é do passado que tem maiores razões de se orgulhar. A velha fé, no passado sinceramente militante, é ainda celebrada como um rito; as idéias e os termos que, antes, tinham importância prática definida, tornam-se fetiches. Aparte a "verdade" da doutrina, havia outros motivos que contribuíam para manter viva a tradição do marxismo entre os socialistas, mesmo quando, como veremos, seus partidos políticos estavam bem afastados do marxismo na sua ação prática. Havia, primeiro que tudo, a aversão natural à substituição de uma doutrina por outra em plena luta de classes. "Nunca mudar de montada durante a travessia de uma corrente" é máxima que parece plausível tanto em política como em guerra. Bernstein tinha bons motivos para invocá-la ao meditar na oposição feroz que provocara ao tentar revisar Marx. O partido social-democrata alemão quase votou sua expulsão por causa daquilo que se revelou, mais tarde, ser simples diferença terminológica. Além disso, havia o exemplo inspirador e estimulador do zelo sincero e da incorruptível integridade revolucionária de Marx. Seu idealismo pessoal tão sensato e que jamais fôra acusado de compromissos oportunistas (ao contrário de Lassalle), ou pervertido por um fanatismo sentimental (ao contrário de Bakúnin) continha um ideal moral e político tanto mais precioso quanto era mais difícil de atingir. Havia também o seu gênio intelectual, gênio que seus próprios inimigos eram obrigados a admitir a contra-gosto. Quem, portanto, não deseja a sensação de segurança proveniente do amparo num gênio? Os que tentavam mudar a ordem existente, o que não seria possível com um programa de reformas sociais, tinham razão em invocar o nome de Marx, mesmo de um ponto de vista estritamente prático, muito tempo depois de terem renunciado determinar se continuavam a agir segundo seu espírito. Mas a confissão pública de marxismo compelia a retomar, defender e interpretar suas doutrinas. Discutiremos mais tarde a fidelidade das interpretações dadas. O aspecto mais importante dessas interpretações — justamente porque tocavam o problema da significação — era a maneira pela qual exprimiam invariavelmente um fim atual e uma necessidade de classe imediata.

Nos fins do século, rebentou entre os socialistas uma guerra em torno da verdadeira significação do pensamento de Marx, guerra que continua,

hoje, mais violenta do que nunca. Torna-se necessário expor e criticar as posições antagônicas, antes de se poder apreender o significado da interpretação dada. Os capítulos seguintes são menos uma excursão histórica do que uma tentativa de revelar os fins, as premissas e as construções intelectuais dos quatro grandes movimentos que pretendem seguir o espírito de Marx.

(Continua no n.º 11, de 1-12-1946).

(1) O próprio Marx disse, no *Manifesto Comunista*, que as teorias comunistas "exprimem unicamente, em termos gerais, as circunstâncias de uma luta de classes existente atualmente, de um movimento histórico continuando sob nossos olhos. Essas teorias não são baseadas sobre os ideais ou sobre os princípios estabelecidos por nenhum desses reformadores do mundo." (*Weltverbesserer*.) Não sabemos em que texto o autor se baseou para esta nota, uma vez que ela não é acompanhada de qualquer indicação. Entretanto, segundo o texto, de 1848, traduzido por J. Molitor, ed. Coêstes, que serviu de base para a edição brasileira da Editorial Calvino Ltda., pág. 95, a forma correta é: "As concepções teóricas dos comunistas não repousam, em absoluto, sobre idéias, sobre princípios inventados ou descobertos por este ou aquele reformador do mundo. São, apenas, a expressão geral das condições efetivas de uma luta de classes que existe, de um movimento histórico que se processa a nossos olhos." (N. do T.)

(2) — Cf. SIDNEY HOOK: *A pragmatic critic of the historico-genetic method in Essays in Honour of John Dewey*. Nova York, 1929.



O PCB NOS MEIOS RURAIS — "Cresce sem dúvida a influência de nosso Partido nos meios rurais e para ele se voltam em busca de apóio e orientação as grandes massas camponesas que sofrem cada vez mais com a agravação da crise. O ritmo de crescimento do Partido no campo não acompanha, no entanto, essa rápida evolução das condições objetivas e são poucos os CC. EE. que dedicam real atenção ao problema da construção do Partido nas zonas rurais, assim como ao da organização das grandes massas camponesas que constituem o aliado principal do proletariado na Revolução. Essa subestimação do trabalho no campo necessita ser vencida com rapidez e para isso será de grande importância tornar o quanto antes conhecida a experiência sobre trabalho realizado em São Paulo, Pernambuco, Ceará e Minas Gerais (Triângulo) onde já se fez algo de prático nesse terreno". (Prestes — Do seu *Informe Político à III Conferência Nacional do PCB*).

Correspondência dos nossos leitores

SILVEIRA BRASIL (Rio) — Sua sugestão é útil. Tão depressa nos seja possível, publicaremos um trabalho com caráter didático sobre materialismo dialético, recompilado de diversos autores, e acessível ao maior número possível de leitores.

CARLOTA WOLFF (Rio) — Ainda não há condições no Brasil para a publicação de trabalhos como o que nos enviou. Aceitaremos, com prazer, transcrições de obras clássicas do marxismo.

RENATO DE ALENCAR (Belo Horizonte) — Contamos com você para a propagação maior desta revista. *Prestes e a revolução social* já seguiu.

J. VASCONCELOS (S. Paulo) — Agradecemos a sugestão. Esperamos que nos ajude na difusão mais ampla desta revista, indicando-nos amigos residentes no interior do Estado que se interessem por publicações como esta.

J. RIBEIRO (Rio) — Obrigados pelas duas colaborações, que vão ser publicadas.

E. CORRÊA (Rio) — Obrigados pelos endereços. Por favor, indique na edição de "10 dias que abalaram o mundo", de 1945, as páginas que recomenda. Não temos mais nenhum exemplar da nossa edição de 1933.

GASTÃO TERLANDY (S. Gonçalo) — Suas sugestões são ótimas. Aos poucos, iremos publicando o sugerido. Ajude-nos a ampliar o número de leitores e assinantes.

BENEDITO DE AGUIAR MOREIRA DA SILVA (S. Paulo) — Continue a ajudar-nos como leitor e angariando mais leitores, pois não o decepcionaremos.



A MORTE E O COMUNISTA — "Não ter medo da morte, vêde bem, não é heroísmo pessoal: é, no fundo, peculiaridade do comunista, do proletariado revolucionário, dos bolcheviques. A classe burguesa não está mais em condições de suscitar em suas fileiras uma coragem verdadeira, um heroísmo verdadeiro. E' uma classe que sossebra e não tem mais nenhuma perspectiva". (Dmitrov "aos correspondentes da imprensa comunista", Moscou, fim de abril de 1934).

TROTSKISMO

O *trotskismo* atual já não é mais o que era há sete ou oito anos, por exemplo; que o *trotskismo* e os *trotskistas* sofreram uma profunda evolução, a qual modificou radicalmente a fisionomia do *trotskismo* e que, em consequência disso, tanto a luta contra o *trotskismo* como os métodos dessa luta deviam ser inteiramente transformados. Nossos camaradas do Partido não observaram que o *trotskismo* deixou de ser uma tendência política na classe operária; que, de tendência política na classe operária, como o era, faz sete ou oito anos, se converteu num bando de sabotadores, agentes diversionistas, espões e assassinos sem princípios, atuando a serviço dos órgãos de espionagem de Estado estrangeiro.

Que é uma tendência política na classe operária? Uma tendência política na classe operária consiste num grupo ou partido que tem uma fisionomia política determinada, uma plataforma e um programa, e que não esconde nem pode esconder à classe operária as suas opiniões, mas, ao contrário, tem que fazer a propaganda de suas opiniões de um modo franco e leal, sob as vistas da classe operária; um grupo ou partido que não tem receio de apresentar sua fisionomia política à classe operária, que não tem medo de lhe expor seus verdadeiros objetivos e tarefas, mas, ao contrário, que se aproxima da classe operária com a viseira erguida, para convencê-la da justeza de suas opiniões. No passado, faz sete ou oito anos, o *trotskismo* era uma dessas tendências políticas na classe operária — é verdade que era antileninista e, por isso, profundamente errônea, mas nem por esse motivo deixava de ser uma tendência política.

Podemos dizer que o *trotskismo* atual, o *trotskismo* de 1936, por exemplo, seja uma tendência política na classe operária? Não, não o podemos dizer. Por que? Porque os *trotskistas* da atualidade receiam mostrar à classe operária a sua verdadeira fisionomia, temem descobrir-lhe os seus verdadeiros fins e tarefas, ocultam cuidadosamente à classe operária a sua fisionomia política, com medo de que, se a classe operária se inteirar das suas verdadeiras intenções, os maldiga como pessoas estranhas e os afaste de seu caminho. E' isto que explica, propriamente, que o método fundamental do trabalho *trotskista* não seja, na atualidade, a propaganda franca e honrada das suas opiniões entre a classe operária, mas a camuflagem das suas opiniões, a exaltação servil e adulatora das opiniões dos seus adversários, escondendo, farisaica e falsamente, as suas próprias opiniões.

No processo de 1936, como recordareis, Kámenev e Zinóviev negaram definitivamente que tivessem qualquer plataforma política. Tiveram plena possibilidade para desenvolver a sua plataforma política no processo. Mas, não o fizeram, declarando que não tinham plataforma política. Não há dúvida alguma de que ambos mentiam ao negar que tivessem uma plataforma política. Agora, até os cegos podem ver que tinham a sua plataforma política. E, por que negavam tê-la? Porque temiam descobrir a sua verdadeira fisionomia política, receavam expor a sua verdadeira plataforma de restauração do capitalismo na URSS, porque essa plataforma iria produzir repugnância na classe operária.

No processo de 1937, Piatakóv, Rádek e Sokólnikov enveredaram por outro caminho. Não negaram que os trotskistas zinóvievistas tivessem uma plataforma política. Reconheceram que tinham determinada plataforma política, e a reconheceram e a expuseram nas suas declarações. Mas não a expuseram para chamar a classe, para chamar o povo a apoiar a plataforma trotskista, mas para condená-la e maldizê-la, como plataforma antipopular e antiproletária. A restauração do capitalismo, a ruína dos kolrózes e soverrózes, o restabelecimento do sistema de exploração, a aliança com as forças fascistas da Alemanha e do Japão para aproximar a guerra com a União Soviética, a luta pela guerra e contra a política da paz, o desmembramento territorial da União Soviética, entregando a Ucrânia aos alemães e o Primorie aos japoneses, a preparação da derrota militar da União Soviética no caso em que fôsse agredida por Estados inimigos e, como meio para conseguir êstes fins, a sabotagem, o diversionismo, o terror individual contra os dirigentes do Poder Soviético, a espionagem a favor das forças fascistas nipo-germânicas — tal é a plataforma política do trotskismo atual, exposta por Piatakóv, Rádek e Sokólnikov. E' compreensível que os trotskistas não tivessem outro remédio senão ocultar semelhante plataforma ao povo e à classe operária. E não somente a ocultavam à classe operária, mas também à massa dos trotskistas; e não só à massa dos trotskistas, mas, inclusive ao grupo de dirigentes trotskistas, que formavam um reduzido número de pessoas: 30 ou 40 homens. Quando Rádek e Piatakóv exigiram de Trotski a autorização para convocar uma pequena conferência de trotskistas, umas 30 ou 40 pessoas, com o fim de os informar do caráter dessa plataforma, Trotski proibiu tal conferência, dizendo que não era conveniente falar do verdadeiro caráter da plataforma nem sequer a um punhado de trotskistas, porque essa "operação" podia provocar uma cisão.

"Dirigentes políticos" que ocultam as suas opiniões, a sua plataforma, não apenas à classe operária, mas à massa de trotskistas e não só à massa de trotskistas, como ao grupo dos dirigentes trotskistas — eis a fisionomia do trotskismo atual.

Daí resulta que não se pode mais dar ao trotskismo atual o nome de tendência da classe operária.

O trotskismo atual não é uma tendência política da classe operária, e sim, um bando, sem idéias nem princípios, de sabotadores, agentes diversionistas e de informação, espíões e assassinos, bando de inimigos declarados da classe operária, a sôlto dos órgãos de espionagem de Estados estrangeiros.

Tal é o resultado indiscutível da evolução que sofreu o trotskismo durante os últimos sete ou oito anos." (Stálin — *Luta contra o trotskismo*, págs. 11 a 13 — Horizonte, 1946.)

A ECONOMIA PLANIFICADA DA URSS

de A. Kurski

(Conclusão do número anterior)

2. DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA PLANIFICADA NA URSS

Na obra da planificação da economia nacional, têm grande importância os planos a longo prazo, cuja realização é calculada para vários anos. "Não se pode trabalhar — dizia Lênin —, sem adotar um plano calculado para um longo período e para progressos importantes". "Não podemos avançar — dizia Stálin —, sem conhecer o objetivo do nosso movimento. A questão dos planos a longo prazo da nossa edificação têm, para nós, importância de primeira ordem".

No período da intervenção militar estrangeira e da guerra civil (1918-1920), formularam-se, na planificação, em primeiro lugar, as tarefas de mobilização de todos os recursos necessários à defesa do país.

Ao mesmo tempo, nesse período, elaborou-se o primeiro plano a longo prazo de desenvolvimento da economia nacional: o plano de eletrificação do país (o plano Goelro), preparado pela Comissão Estatal de Planificação da Rússia, que foi criada, em 1920, por indicação de V. Lênin.

Quando se elaborou o plano de eletrificação do país, a economia nacional soviética, em consequência da guerra, encontrava-se destruída em grande parte e muito abaixo do nível de 1913. Isto é, em 1920, a indústria soviética dava uma produção quasi sete vezes menor do que em 1913. O Plano Goelro pretendia, não somente alcançar o nível de desenvolvimento da indústria de antes da guerra, mas, igualmente, duplicá-lo. Era um grandioso programa de reconstrução da economia nacional e de sua reestruturação na base de uma técnica mais moderna, programa calculado para a sua realização num período de 10 20 anos. Em 1935, as tarefas do Plano Goelro haviam sido cumpridas e consideravelmente superadas. Por exemplo, a potência das centrais elétricas de distrito estava projetada, segundo o Plano Goelro, para alcançar 1.755.000 quilowatts; efetivamente, em 1935, a potência das centrais elétricas de distrito chegava a 4.540.000 quilowatts. De acordo com o Plano Goelro, a produção global da indústria devia ultrapassar o nível de antes da guerra em duas vezes; efetivamente, em 1935, a produção industrial superava o nível de antes da guerra em quasi seis vezes.

Com o término da reconstrução da economia nacional da URSS, o crescimento da indústria estatal, a acumulação de experiências na planificação e em correspondência com a realização de grandes tarefas de construção tornaram necessária a elaboração sistemática de planos quinquenais e anuais de desenvolvimento da economia nacional. Em 1927, o Governo Soviético aprovou, pela primeira vez, as cifras de controle do desenvolvimento da economia nacional, e, em maio de 1929, o V Congresso dos Soviets da URSS aprovou o Primeiro Plano Quinquenal de desenvol-

vimento da economia nacional da URSS, calculado para o período de 1928 a 1932.

Que é um Plano Quinquenal? Qual era a missão do Primeiro Plano Quinquenal?

A missão fundamental do Primeiro Plano Quinquenal consistia em transformar o país soviético, que possuía, então, uma técnica atrasada e, às vezes, inclusive, medieval, num país orientado pelo caminho industrial em seu conjunto, e transformar a URSS de um país agrário num país industrial.

A missão do Primeiro Plano Quinquenal consistia, igualmente, em que, ao mesmo tempo que a URSS se transformava num país industrial e se ampliava a frente das formas sociais da economia, devia criar, em nosso país, uma indústria tal que fôsse capaz de reequipar e reorganizar, não apenas a indústria e o transporte, mas, ainda, a agricultura, no caminho da grande economia coletiva.

"Finalmente, a missão do Plano Quinquenal — dizia Stálin — consistia em criar, no país, tôdas as premissas técnicas e econômicas necessárias para dar o máximo impulso à capacidade defensiva do país, de forma a permitir rechazar, de maneira decidida, qualquer tentativa de intervenção estrangeira, qualquer tentativa de agressão militar do exterior".

O Primeiro Plano Quinquenal foi cumprido antes do prazo marcado: em quatro anos e três meses. Ao terminar o Primeiro Plano Quinquenal, haviam sido criados ramos da indústria tão importantes como os da produção de tractores, automóveis, máquinas-ferramentas, aviões, siderurgia e outros.

Dedicou-se grande interesse à criação de ramos da moderna indústria de guerra. Em fins do quinquênio, toda uma série de fábricas havia sido transformada especialmente para a produção de material de guerra. "Essa operação — dizia Stálin — levou a que cumpríssemos, em sua totalidade, o objetivo de assegurar a capacidade defensiva do país".

A distribuição planificada da indústria por todo o país teve a maior importância econômico-militar. A distribuição da indústria, na Rússia tsarista, era extremamente desigual. Assim, três quartas partes da produção de ferro encontravam-se concentradas no sul, cerca de 90 % (noventa por cento) da extração de carvão eram obtidos no Donbass e dois terços da indústria manufatureira estavam situados na região central.

A economia planificada tornou possíveis a criação de novos e poderosos centros industriais, a distribuição regular das forças produtivas por todo o país, a aproximação da indústria em relação às fontes de matérias primas e aos centros de consumo, a liquidação do atraso econômico das zonas povoadas por diferentes nacionalidades e, ao mesmo tempo, o fortalecimento da capacidade defensiva do país. O deslocamento fundamental na distribuição das forças produtivas foi dirigido na direção leste. A industrialização soviética do país, como Stálin frequentemente tem indicado, não podia apoiar-se numa única base carbonífero-metalúrgica, situada no sul. Por esse motivo, foi criada, no leste, a segunda base carbo-

nífero-metalúrgica da URSS, por meio da exploração das ricas jazidas de carvão e de diversos minerais dos Urais e da Sibéria.

Em fins do quarto ano do Primeiro Plano Quinquenal, o programa da produção industrial, calculado para cinco anos, havia sido cumprido em 94 %. Com isso, a produção industrial havia aumentado em mais de três vezes, em comparação com o nível de 1928. O peso específico da produção industrial, em relação a toda a produção da economia nacional, elevou-se de 48 %, no começo do quinquênio, para 70 % em fins do quarto ano. Dêsse modo, a URSS transformou-se de um país agrário num país industrial, e, ao mesmo tempo, a indústria socialista converteu-se na única forma de economia da União Soviética.

No campo da agricultura, como resultado do Primeiro Plano Quinquenal, foram organizadas aproximadamente 5.000 soviets de cereais e pecuária, e surgiram mais de 200.000 economias coletivas. Em quatro anos, a superfície de semeadura foi aumentada de 21 milhões de hectares. Nos kolrózes, em fins do quarto ano do Plano Quinquenal, haviam ingressado mais de 60 % das economias camponesas, que abrangiam mais de 70 % da superfície trabalhada, o que significava ultrapassar o plano do primeiro quinquênio em três vezes. Dêsse modo, a URSS transformou-se no país da agricultura mais poderosa do mundo.

O incremento da indústria e da agricultura, no primeiro quinquênio, melhorou radicalmente a situação material dos trabalhadores. Liquidou-se o desemprego entre operários e empregados. Em consequência do ingresso, nos kolrózes, da massa fundamental dos produtores agrícolas, ficaram eliminados o depauperamento e o desemprego no campo.

Durante o primeiro quinquênio, foi duplicado o número de operários e empregados da grande indústria. O salário médio anual dos operários e empregados na grande indústria havia aumentado, em 1932, em 67 % em comparação com 1928, o que significava ultrapassar o plano do quinquênio em 18 %. O fundo de seguro social cresceu de 29 % em comparação com o existente em 1928, o que permitiu superar o nível do Plano Quinquenal em 111 %. Ampliou-se a rede de restaurantes públicos, abrangendo 70 % dos operários nos sectores decisivos da indústria, o que significava superar em seis vezes o plano projetado para o quinquênio.

A vitória do regime kolroziiano elevou, em grande escala, a importância da direção planificada e ofereceu a possibilidade de planificar diretamente a produção, não somente da indústria, mas, igualmente, da agricultura.

O Segundo Plano Quinquenal foi calculado para o período de 1933 a 1937 e abrangia, com planificação direta, todos os aspectos da economia nacional da URSS.

A missão principal e decisiva do Segundo Plano Quinquenal consistia na reconstrução técnica de toda a economia nacional da URSS. Essa missão foi cumprida com êxito. Renovou-se, de modo radical, todo o aparelho de produção da economia nacional. A indústria fundamental e a agricultura foram equipadas com a técnica mais moderna: em 1937, mais de 80 % de toda a produção industrial tinham sido obtidos nas novas fábricas construídas ou reconstruídas no período do Segundo Plano Quin-

qüenal. O ritmo médio de crescimento anual da indústria, no segundo qüinqüênio, alcançou 17 %, contra 16,5 % estabelecidos no plano. A produção dos centros de construção de maquinária e de elaboração de metais aumentou quasi três vêzes.

Foi cumprida, igualmente, a tarefa estabelecida no Segundo Plano Qüinqüenal, de realizar, no fundamental, a eletrificação da indústria, mediante o aproveitamento mais amplo dos mais novos métodos de construção de instalações elétricas. Essa eletrificação foi levada a cabo, em todos os ramos da indústria, especialmente na metalurgia e na química. A produção de energia elétrica, em 1936, havia aumentado 17,3 vêzes em comparação com 1913 e elevava-se a 32.800.000 quilowatts-hora.

A potência das fontes de energia elétrica para a indústria, por operário, aumentou, no conjunto dos anos do Plano Qüinqüenal, de 2.100 quilowatts-hora para 4.370. Foram mecanizados os trabalhos e os processos de produção mais pesados, como o corte de carvão, a extração de petróleo, turfa, etc.

A aplicação da técnica mais moderna na indústria permitiu a montagem da produção em série do armamento mais moderno e de primeira classe para fornecimento ao exército, e, ao mesmo tempo, o emprêgo, em vasta escala, de maquinária mais moderna, em todos os sectores da economia nacional.

O programa de desenvolvimento da indústria de guerra e de outras indústrias, estabelecido nesse Plano Qüinqüenal, foi consideravelmente superado. De 1933 a 1938, a indústria de guerra da URSS cresceu quasi quatro vêzes, especialmente a indústria aero-naval, que aumentou 5,5 vêzes. Em princípios de 1939, dois terços da indústria aero-naval correspondiam às fábricas que haviam sido construídas durante os anos do segundo qüinqüênio.

Nos distritos orientais do país, a indústria realizou, no segundo qüinqüênio, um desenvolvimento ainda mais rápido.

Em fins do Segundo Plano Qüinqüenal, a extração de carvão, nas zonas dos Urais, Sibéria e Kazarstán, era maior do que a extração de carvão no Donbass, na época tsarista, e a fundição de ferro superava num milhão de toneladas a que se obtinha no sul da Rússia tsarista. A bacia do Kuzniets, que produzia, em 1913, somente 770.000 toneladas de carvão, aumentou a extração para 17.400.000 toneladas, em 1938. Os Urais, que, em 1913, produziam 900.000 toneladas de ferro, produziram 2.600.000 toneladas em 1937. Foram organizados, nos distritos orientais, novos centros de construção de maquinária e da indústria química.

Durante o segundo qüinqüênio, completou-se a construção de empresas tão importantes, como as de Magnitogórski, o combinado metalúrgico de Kuzniets, a fábrica de tractores de Tcheliabinski, a fábrica de automóveis de Górkí, os combinados de Solikan e Bereznikov e muitas outras, que figuram entre as maiores empresas do país.

Os kolrózes da bacia do Volga, dos Urais, da Sibéria, do Kazarstán e da Ásia Central cultivaram novas e enormes extensões de terras. Somente nos Urais, no Kazarstán e na Sibéria, a superfície total de sementeira aumentou de 18.600.000 hectares, em 1930, para 32.800.000 em

1940. Desenvolveu-se, nos distritos orientais, a construção de novas fábricas de açúcar. Novas linhas ferroviárias ampliaram as comunicações entre os diversos distritos do oriente, do centro e do sul do país. Mudou, igualmente, a distribuição da população da URSS. Surgiram, nos distritos orientais, novas cidades e bairros operários, e cresceu a população das Repúblicas e das regiões nacionais.

Como resultado do desenvolvimento do Segundo Plano Quinquenal, a agricultura foi dotada de novos meios técnicos. Cresceu impetuosamente o número de tratores, máquinas agrícolas combinadas e outras, facilitadas aos kolrózes e sovrórozes. Em 1938, trabalhavam na agricultura 483.000 tratores com uma força de 9.256.000 cavalos, 153.000 máquinas agrícolas combinadas, 130.000 trilhadoras e 196.000 caminhões.

Durante o segundo quinquênio, foram obtidos grandes êxitos no domínio da agricultura, ultrapassando os planos de produção de cereais e algodão. A colheita de cereais, em 1937, foi de 7.300 milhões de *puds*, enquanto, no plano estabelecido para o segundo quinquênio, era de 6.400 milhões. O plano de safra de algodão, no segundo quinquênio, foi superado quatro vezes.

Como resultado do cumprimento dos Primeiro e Segundo Planos Quinquenais, a URSS transformou-se num país técnico e economicamente independente, que satisfazia, por si mesmo, todas as necessidades de sua economia e de sua defesa, com toda a maquinaria, ferramentas e armas necessárias.

O considerável desenvolvimento das forças produtivas, no período do segundo quinquênio, permitiu resolver, eficazmente, a tarefa de elevar o nível material e cultural dos trabalhadores, aumentando o consumo nacional duas vezes.

Não obstante o aumento do número de operários e empregados em 18 %, o fundo de salários, em toda a economia nacional, aumentou 151 %, contra 55 %, que haviam sido projetados no plano do segundo quinquênio. Durante o segundo quinquênio, o salário real aumentou 101 %. Os rendimentos em dinheiro dos kolrózes aumentaram de 5.661.900.000 rublos, em 1933, para 14.180.100.000 em 1937.

Os investimentos do Estado, para satisfazer as necessidades materiais e culturais de operários e empregados (em instrução, assistência médica, etc.) aumentaram de 4.300 milhões de rublos para 14.000 milhões.

Durante o segundo quinquênio, foi liquidado na URSS, quase totalmente, o analfabetismo, estabelecendo-se o ensino primário obrigatório. O número de alunos nas escolas aumentou de 23.800.000 em 1933 para 40 milhões em 1938. O número total de estudantes, na URSS, inclusive todos os tipos de instrução, elevou-se para 47 milhões. O número de estudantes que freqüentavam os centros de ensino superior alcançou a cifra de 350.000.

Em 1938, calculava-se, na União Soviética, em 70.000 o número de bibliotecas públicas, em 95.000 o número de clubes e em 790 o de teatros. Durante o período de 1933 a 1938, foram construídas mais de 20.000 escolas, das quais mais de 16.000 nas zonas rurais. Durante os primeiros

e segundo quinquênios, instruíram-se, nos estabelecimentos de ensino, 1.500.000 especialistas.

O desenvolvimento da rede de estabelecimentos científicos assumiu grandes proporções na União Soviética. A Academia de Ciências da URSS possuía, em 1939, sessenta institutos científicos, 10 filiais e bases, 5 observatórios, 42 estações experimentais e 24 museus. Desenvolveram-se as Academias de Ciências da RSS da Ucrânia, da RSS da Bielo-Rússia e a Academia de Ciências Agrícolas da URSS, que leva o nome de Lênin. Em princípios de 1941, foi inaugurada a Academia de Ciências da RSS da Geórgia; em 1944, a Academia de Ciências da RSS da Armênia. Foram inauguradas filiais da Academia de Ciências da URSS no Azerbaidjão e nas Repúblicas da Ásia Central.

Ademais, existem, na URSS, mais de 700 institutos de investigação científica. Se se contam os laboratórios de pesquisas das fábricas e outros estabelecimentos de investigação, o número de instituições de investigação científica na URSS eleva-se, então, a 2.265.

A planificação alcança maior maturidade ainda no período do Terceiro Plano Quinquenal. O plano do terceiro quinquênio foi calculado para o período de 1938 a 1942 e devia constituir um passo importante no caminho da realização da tarefa econômica fundamental da URSS: alcançar e ultrapassar os países mais desenvolvidos na produção *per capita* de ferro, aço, combustível, energia elétrica, máquinas e outros, bem como na produção de artigos de consumo.

Relativamente a uma maior elevação do nível cultural e material das massas trabalhadoras, o Terceiro Plano Quinquenal formulava a tarefa de aumentar o consumo nacional uma vez e meia ou duas vezes, proporcionalmente ao aumento do número de trabalhadores e empregados previsto pelo plano, ao aumento do salário e ao considerável crescimento das inversões estatais para satisfazer as necessidades materiais e culturais dos trabalhadores da cidade e do campo. No terceiro quinquênio, devia ser dado grande passo à frente na tarefa de elevar o nível técnico-cultural dos operários até o nível do trabalho técnico-engenheiro.

Realizando esse programa de desenvolvimento da economia nacional e da edificação social-cultural, o Terceiro Plano Quinquenal previa ao mesmo tempo um maior fortalecimento da capacidade defensiva da União Soviética. Em referência a isso, concedia-se, no plano, grande importância ao desenvolvimento da indústria de guerra, à construção da maquinaria, à indústria química, à fundição de aços especiais, à criação de grandes reservas de matérias primas, de combustível e de produtos alimentícios e artigos industriais, a um amplo desenvolvimento da construção de empresas médias e pequenas, à instalação de empresas nos distritos orientais, nos Urais e na bacia do Volga.

Em 1940, o Governo Soviético encarregou a Comissão Estatal de Planificação da U.R.S.S. de elaborar um plano geral de desenvolvimento da economia nacional para 15 anos. Na base desse plano, deveria iniciar-se a realização da tarefa econômica fundamental da U.R.S.S.: alcançar e ultrapassar, na produção *per capita*, os países mais desenvolvidos.

A agressão da Alemanha hitlerista contra a U.R.S.S. interrompeu essa gigantesca edificação pacífica da União Soviética. A guerra obrigou a adaptar toda a economia nacional às necessidades bélicas, colocando novas tarefas diante da planificação econômica nacional.

3. A IMPORTÂNCIA DA ORGANIZAÇÃO PLANIFICADA DA ECONOMIA NACIONAL NO PERÍODO DA GRANDE GUERRA PATRIÓTICA.

A guerra patriótica do povo soviético contra os ocupantes germanofascistas demonstrou, com toda a evidência, a vantagem da organização planificada da economia nacional da U.R.S.S..

A planificação soviética tornou possível a criação, já nos anos de edificação pacífica, de uma sólida base econômico-militar para a U.R.S.S. e o fortalecimento da capacidade defensiva do Estado soviético.

No transcurso dos quinquênios, foram mobilizadas forças internas de acumulação e de redistribuição planificada dos recursos de trabalho e finanças, com o objetivo de desenvolver, antes de tudo, a indústria de guerra.

Simultaneamente com o rápido crescimento da construção de maquinaria e da indústria de guerra, estabeleceu-se uma poderosa base metalúrgica, de combustíveis e energia, para a economia nacional. Ao mesmo tempo, desenvolveram-se, extraordinariamente, as indústrias alimentícia e leve. Em todas as Repúblicas, territórios e regiões, desenvolveram-se amplamente a indústria local e cooperativa de produção de artigos de primeira necessidade.

Somente uma indústria tão desenvolvida, sob todos os aspectos, podia dar um impulso fundamental à capacidade defensiva do país.

Graças à direção planificada da economia nacional, a agricultura foi dotada de novos meios técnicos. Milhões de economias camponesas fundiram-se em grandes economias: os kolrózes. Tudo isso elevou, impetuosamente, o rendimento das colheitas na agricultura e, ao mesmo tempo, fortaleceu a capacidade defensiva do país.

A organização planificada da economia nacional reforçou a capacidade defensiva do país, através da distribuição racional das forças produtivas. Os deslocamentos fundamentais na distribuição das forças produtivas foram dirigidos para o interior do país, para leste, onde foram criados novos e poderosos centros industriais e assimiladas enormes extensões de terras para o cultivo. Novas linhas ferroviárias ligaram os distritos do oriente ao centro e ao sul do país.

A organização planificada da economia nacional fortaleceu a capacidade defensiva do país, através da mobilização de forças e recursos para a elevação do nível cultural da população, para a preparação em massa de pessoal especializado e operários qualificados.

O papel do plano adquiriu importância particularmente no período da Grande Guerra Patriótica contra os ocupantes hitleristas. A guerra exigiu uma gigantesca reorganização de toda a economia nacional. -A

conversão da economia soviética em economia de guerra foi realizada nas mais difíceis condições criadas pela agressão inopinada da Alemanha fascista contra a U.R.S.S. e pela ocupação temporária de toda uma série de centros industriais fundamentais para o país. Apesar disso, a organização da economia nacional no sentido das necessidades da guerra foi realizada com êxito e num prazo inacreditavelmente curto.

No período da guerra, os fios fundamentais da planificação e direção da economia estiveram nas mãos do Comitê de Defesa do Estado, sob cuja direção passaram a trabalhar a Comissão Estatal de Planificação e os organismos econômicos.

A guerra exigia, antes de tudo, a redistribuição dos recursos de toda espécie da economia nacional, para assegurar, em primeiro lugar e totalmente, as necessidades da frente. Em toda a extensão da economia nacional, mudaram a proporção e a distribuição dos elementos materiais da produção — fundos básicos e fundos de circulação —, a distribuição da mão de obra e dos recursos financeiros entre os diferentes ramos.

A economia planificada permitiu, no prazo mais curto e sem interrupções, adaptar todas as empresas criadas durante os anos de edificação pacífica às necessidades da guerra. Esta tarefa, bem como a adaptação de grande número de empresas da chamada indústria civil à produção de guerra (empresas produtoras de artigos de primeira necessidade para a população civil), foi resolvida, na U.R.S.S., por meio da conversão das empresas dos mais diferentes ramos da economia em produção de guerra.

Durante a guerra, na base das fábricas de tractores e de maquinária pesada, foi criada uma poderosa indústria de construção de tanques; na base das fábricas de maquinária em geral, desenvolveu-se a produção, em série, de morteiros; as usinas metalúrgicas desenvolveram a produção em série de metais de alta qualidade para os tanques, aviões e projéteis. As empresas de elaboração do petróleo elevaram impetuosamente a produção de combustíveis de alta qualidade para as necessidades da frente. As empresas da indústria leve adaptaram-se à produção de guerra, fabricando artigos para o abastecimento da máquina do Exército Vermelho.

A conversão da indústria para a produção, em série, de armamento para a frente de batalha exigia um desenvolvimento da cooperação industrial. Esta cooperação consistia na ação combinada das empresas que produzem peças acabadas com as que fornecem peças por acabar. O facto de que a economia nacional fôsse socializada e estivesse dirigida por um plano único facilitou enormemente a cooperação. A cooperação dentro dos limites de cada ramo foi realizada pelos Commissariados do Povo, que entregavam as tarefas do plano correspondente a cada uma de suas empresas. A cooperação entre empresas de diferentes ramos da economia foi organizada pela Comissão Estatal de Planificação da U.R.S.S.. Com o objetivo de limitar os transportes inúteis, os órgãos de planificação estabeleceram, habitualmente, a cooperação entre as empresas situadas dentro das fronteiras de um distrito econômico dado.

A cooperação tornou possível dedicar à produção de guerra inúmeras empresas dos diversos ramos, acelerar a produção de material de guerra e obter, em prazos muito curtos, a produção em massa de novos tipos de armamento, de aviões, de tanques, de munições.

A economia planificada tornou possível a distribuição dos recursos em matérias primas, materiais, combustível e produtos alimentícios de forma tal que assegurasse, em primeiro lugar, o abastecimento ininterrupto da indústria de guerra.

Por meio do abastecimento centralizado, eram satisfeitas as necessidades do exército e da população, em produtos alimentícios, abastecendo-se, naturalmente, em primeiro lugar, os operários dos principais ramos da indústria de guerra.

A planificação de toda a economia nacional permitiu a distribuição e utilização dos recursos de mão de obra do país para o aumento da produção de guerra, para resolver o problema da mão de obra do período da guerra. Os planos de distribuição da mão de obra aprovados pelo Governo pressupõem o encaminhamento da parte fundamental dos novos operários para a produção e construção de guerra, para a indústria metalúrgica, para as centrais elétricas e para o transporte ferroviário.

As fontes principais que supriram a indústria com mão de obra suplementar foram:

- 1) a instrução de novos operários das fileiras juvenis, por meio do sistema das reservas estatais de trabalho (nas escolas de instrução fabril, escolas de aprendizagem e escolas ferroviárias);

- 2) a inclusão, na produção de guerra, daquela parte da população urbana e rural que não se encontrava ocupada;

- 3) a redistribuição da força operária entre os diferentes sectores da economia e os diversos distritos do país.

De maio de 1941 a outubro de 1943, as escolas de aprendizagem e as escolas de instrução fabril prepararam e proporcionaram à indústria, ao transporte e à construção mais de 1.500.000 jovens operários.

Aproximadamente 800.000 metalistas, 300.000 operários da construção, 140.000 ferroviários, 100.000 mineiros, 33.000 metalúrgicos, dezenas de milhares de operários químicos, petroleiros, de comunicações, etc. foram instruídos pelas escolas de ofícios e pelas escolas de ensino fabril, nesse lapso de tempo.

Foi, também, desenvolvida amplamente a instrução direta no preparo de operários qualificados, por meio do ensino individual, bem como através de diferentes tipos de cursos.

O plano econômico nacional estabelecia tarefas específicas para os Comissariados do Povo, relativamente à instrução de operários qualificados para as empresas.

Para assegurar à indústria de guerra um pessoal operário permanente, decidiu-se, por decreto do *Presidium* do Supremo Soviet da U.R.S.S., de 26 de dezembro de 1941, que todos os operários e empregados dos ramos fundamentais da indústria de guerra, de acordo com o princípio da cooperação, fossem considerados como mobilizados no período de guerra e postos em serviço permanente, nas empresas em que trabalhavam.

A economia planificada tornou possível, através do orçamento do Estado, a redistribuição dos recursos financeiros, para atender às necessidades de guerra.

No segundo semestre de 1941, os gastos de guerra aumentaram, em comparação com o primeiro semestre, para 20.600 milhões de rublos. Em 1942, os gastos de guerra, segundo o orçamento do Estado, elevaram-se a 108.000 milhões de rublos; em 1943, a 125.000 milhões, e, em 1944, foram estabelecidos em 128.400 milhões de rublos.

As fontes fundamentais para o financiamento dos gastos de guerra foram as acumulações na economia nacional.

A receita, no orçamento do Estado, proveniente de impostos sobre a circulação e de descontos sobre os rendimentos, elevou-se, em 1943, a cerca de 90.000 milhões de rublos.

A diminuição do preço de venda e a baixa do custo na produção de guerra proporcionaram, durante a guerra, uma economia de aproximadamente, 35.000 milhões de rublos.

Uma fonte importante para o financiamento dos gastos de guerra foi a mobilização dos recursos dos trabalhadores para a defesa do país, através do orçamento do Estado. Durante dois anos e meio de guerra, por intermédio dos empréstimos e loterias e do imposto de guerra, entraram, no orçamento do Estado, mais de 70.000 milhões de rublos.

O plano econômico nacional, submetido à prova das tarefas impostas pela guerra, foi levado até cada empresa e até cada operário do país soviético, o que tornou possível que cada cidadão soviético mobilizasse todas as suas forças contra o inimigo e lhe assestasse, com seu trabalho na retaguarda, golpes demolidores na frente.

A compensação das perdas causadas pela ocupação temporária pelos alemães, de parte do território da U.R.S.S. e o aumento dos recursos da indústria foram obtidos na base da reinstalação da indústria no leste.

No segundo semestre de 1941, quando as tropas germano-fascistas conseguiram ocupar, temporariamente, toda uma série de importantes centros industriais do país, foi levada a efeito a evacuação em massa das empresas, maquinária, matérias primas, mão de obra, etc. para os distritos da retaguarda do país. Num prazo muito breve, aproximadamente em meados de 1942, grande parte das empresas evacuadas haviam sido reconstruídas em novos locais. Os distritos orientais e, em primeiro lugar, os Urais converteram-se na base fundamental que atendia às necessidades da frente e da retaguarda.

Para compreender toda a grandiosidade dessa obra, é necessário saber que a evacuação se realizava de centros industriais tão importantes como a bacia carbonífera do Doniets, a bacia de minérios de ferro de Krivói Róg, as bases metalúrgicas de Dniepropetróvski e Zaporójie, etc.. O problema consistia, não do transporte de milhares, mas no de dezenas e centenas de milhares de vagões com máquinas e materiais.

Juntamente com a maquinária, transportava-se para os novos locais o pessoal fabril. Com enorme entusiasmo, esquecendo a falta de comodidades pessoais, os operários e empregados, imediatamente após a chegada ao novo local, dedicavam-se à construção das fábricas.

Criou-se o grande centro de produção de tanques — Tankograd —, como resultado da reunião de uma fábrica local, da fábrica de tanques Kírov (de Leningrado) e das fábricas de tratores de Rákov e Stalinograd. Nessas fábricas, o trabalho quase não se interrompeu. Em outubro de 1941, contruíram-se tanques em Rákov e Leningrado; em novembro e dezembro de 1941, já eram produzidos no novo local de instalação. Muitas brigadas começaram a trabalhar nas máquinas-ferramentas, em oficinas, ainda sem vidros, sem teto e sem portas.

A fábrica Engels, evacuada de Zaporójie, começou a produzir, 20 dias após a chegada da maquinária ao novo local de instalação, e logo deixou para trás o nível de produção de antes da guerra. O pessoal de uma das fábricas de aviação evacuada na bacia do Volga necessitou de 15 dias ao todo para realizar todos os trabalhos de construção e montagem necessários para começar a produzir regularmente e em quantidades crescentes cada mês. Nessa fábrica, foram ultrapassados, rapidamente e em grande proporção, os níveis de produção de antes da guerra.

O segredo da rápida reinstalação da indústria no oriente, em plena guerra, residiu na organização planificada da economia soviética.

O papel dirigente, na reinstalação da indústria, esteve a cargo do Comitê de Defesa do Estado.

Por determinação do Comitê de Defesa do Estado, foram planificados e organizados os transportes de enormes massas de maquinária e operários, foram distribuídas as fábricas evacuadas, e as fábricas reconstruídas abastecidas de matérias primas e combustíveis. Para a reinstalação das empresas evacuadas para o oriente, foram realizadas enormes obras, nas quais se empregaram métodos rapidíssimos de construção.

Como resultado da reinstalação da indústria, modificou-se, essencialmente, a proporção dos ramos da indústria na economia nacional dos distritos orientais. Prevendo-se essa desproporção, projetou-se e concretizou-se toda uma série de medidas para o abastecimento da indústria dos distritos orientais com o metal, o combustível e a energia elétrica necessários.

Durante a Guerra Patriótica, foi demonstrada a excepcional capacidade de manobra da economia planificada. Graças a isso, conseguiram-se resolver problemas tão importantes para a economia de guerra como os do abastecimento de metal, de combustível, de energia elétrica e o do transporte nos Urais.

A solução dos problemas da siderurgia, durante a guerra, no período da ocupação temporária, pelo fascismo alemão, da base carbonífero-metalúrgica do sul do país, exigia, antes de tudo, uma mudança no peso específico do metal de qualidade, na produção total de metais para a fabricação de tanques, aviões e munições. Era necessário mudar a especialização dos aços de então e das máquinas laminadoras da metalurgia do leste e elaborar e dominar uma nova tecnologia da produção.

Graças à iniciativa e ao espírito criador dos diretores das empresas, dos colaboradores técnicos e engenheiros e dos operários starranovistas, as empresas metalúrgicas de leste solucionaram, num prazo extraordinariamente curto, os mais complicados problemas técnicos. O combinado

metalúrgico de Kuzniets, na Sibéria ocidental, já nos primeiros meses de guerra, soube obter fundições de aço de tipos especiais; suas oficinas de laminação começaram a produzir metal para blindagens. O pessoal técnico da fábrica de Magnitogórski, sob a direção de seu diretor, Nosov, laureado com o Prêmio Stálin, elaborou e empregou na produção uma nova tecnologia para a obtenção de aços de blindagem com o equipamento existente. Passou-se, igualmente, à produção em massa de metais para a fabricação de aviões e motores.

Para isso, foi necessário, da parte dos organismos de planificação, organizar o abastecimento de materiais e maquinária de preferência para a siderurgia; foi necessário assegurar, totalmente e a tempo, o abastecimento de carvão para a preparação de coque, de minérios de ferro e de manganês, de escória e de materiais refratários.

A solução planificada dos problemas do metal exigiu o fortalecimento da capacidade produtiva da metalurgia oriental. Isto foi conseguido com rigorosa concentração dos recursos de metal, de madeira, de cimento e de outros materiais de construção, da mão de obra, bem como dos investimentos de capital para uma ampla construção de centros metalúrgicos.

Durante a guerra, com o objetivo de aumentar os recursos de matérias primas, empreenderam-se amplos trabalhos de pesquisa de novas riquezas naturais. A Academia de Ciências da U.R.S.S., com a participação de destacados cientistas, realizou importante e complexo estudo dos recursos materiais dos Urais, da Sibéria ocidental e do Kazarstán. Foram realizados trabalhos para o aproveitamento do manganês das jazidas orientais, para assegurar uma base de matérias primas ao combinado metalúrgico de Kuzniets com os minérios locais de ferro e manganês. Realizaram-se, igualmente, estudos de novas zonas petrolíferas nos distritos orientais.

Para satisfazer as necessidades de combustível, no período de ocupação de Donbass, foram adotadas importantes medidas de planificação do desenvolvimento das bacias carboníferas orientais, da bacia carbonífera de Moscou, para assegurar à indústria carbonífera a maquinária, os materiais e a mão de obra necessários; para o aumento do corte de lenha, a substituição do óleo cru por um combustível sólido; para a centralização da distribuição do combustível e a redução dos níveis de seu consumo.

Nos Urais, onde, em relação com o transporte de grande quantidade de emprêsas evacuadas e com o rápido crescimento da indústria, se verificava um atraso nas bases de energia elétrica, projetou-se e concretizou-se o rápido funcionamento de novas centrais elétricas, reconstruiu-se a produção de maquinária elétrica e levou-se a cabo rigorosa economia de energia elétrica.

O trabalho ininterrupto do transporte ferroviário foi assegurado pelo abastecimento, com prioridade, de combustível, por uma rigorosa planificação das cargas, por um perfeito desenvolvimento da indústria local, por uma justa distribuição e cooperação entre as emprêsas com o objetivo de reduzir os transportes.

Durante a guerra, as tarefas de planificação da agricultura adquiriram a maior importância.

A agricultura devia abastecer a frente e a retaguarda com produtos alimentícios, fornecer matérias primas à indústria da U.R.S.S., quando o inimigo havia conseguido apoderar-se, temporariamente, de toda uma série de importantes zonas agrícolas do país. O peso específico das superfícies de semeadura dos kolrózes, no território temporariamente ocupado pelo inimigo, constituía, antes da guerra, 40 % da superfície total semeada de toda a U.R.S.S.. Nesses distritos, encontravam-se 30 % da superfície de semeadura de todas as lavouras de cereais do país e 83 % da área dedicada à beterraba de açúcar.

Apesar das grandes dificuldades impostas pela guerra, da falta de força de tração mecânica e animada, da insuficiência de braços, o camponês kolroziiano conseguiu aumentar a superfície de semeadura nos distritos orientais. Dêsse modo, em 1942, a área semeada da U.R.S.S. havia aumentado, em comparação com a de 1941, em dois milhões de hectares. Em 1944, a superfície de semeadura havia aumentado em mais de oito milhões de hectares, em comparação com a de 1943.

A economia planificada tornou possível realizar, durante a guerra, a redistribuição da produção das mais importantes lavouras técnicas, nos distritos orientais, e, ao mesmo tempo, compensar, de certa forma, as perdas causadas pela ocupação alemã dos distritos agrícolas ocidentais. Foram criadas, no oriente, importantes bases de produção de beterraba de açúcar, de óleo de mamona, de *marrorka* (tabaco grosseiro e forte) e outras plantas industriais.

A ampliação da produção agrícola foi obtida graças ao sistema de medidas planificadas que foram adotadas para ajudar a agricultura.

Em primeiro lugar, foram adotadas medidas para o emprêgo, nos trabalhos agrícolas, de mão de obra suplementar, nos períodos de maior intensidade dos trabalhos no campo. Grande parte da população local da cidade e do campo, dos diferentes distritos, apta para o trabalho, foi enviada aos kolrózes, aos soverrózes e às estações de máquinas e tratores.

Das empresas industriais foram enviadas brigadas de ajustadores, soldadores, forjadores e carpinteiros para as estações de máquinas e tratores e para os soverrózes, a fim de repararem, no trabalho, as máquinas agrícolas combinadas e as colhedoras. O pessoal técnico e os operários especializados foram mobilizados para um período de mês e meio ou dois meses, na qualidade de mecânicos, ajudando os condutores de máquinas combinadas e tratores a consertar suas máquinas.

Ao mesmo tempo, foi organizado o ensino de novo pessoal para a agricultura mecanizada. Centenas de milhares de mulheres kolrozianas adquiriram os conhecimentos técnicos indispensáveis e substituíram, na agricultura, os homens que haviam sido incorporados ao exército. Dêsse modo, de acordo com o plano de 1942, foram instruídos 245.000 tratoristas, 49.000 condutores de máquinas agrícolas combinadas, 11.000 mecânicos e 20.000 chefes de brigadas de tratores.

Foram igualmente adotadas medidas sobre o aumento da responsabilidade dos trabalhadores da agricultura relativamente ao estado e ao aproveitamento das máquinas agrícolas, à elevação do rendimento das colheitas das diversas lavouras e à melhoria da pecuária. (A disposição, de 1.º de

janeiro de 1942, "Sobre o pagamento suplementar aos tractoristas das estações de máquinas e tractores e aos kolroizianos que trabalham nas máquinas agrícolas, pela elevação do rendimento da colheita das lavouras agrícolas"; a disposição "Sobre a preparação dos tractores, máquinas agrícolas combinadas e máquinas agrícolas em geral para os trabalhos da temporada no campo", e outras).

Isso ajudou o camponês kolroiziano a elevar o rendimento das colheitas de seus campos e a abastecer, sem sérias irregularidades, o exército e a população com produtos alimentícios, e a indústria com matérias primas.

No dia do XXVII aniversário da Grande Revolução de Outubro, disse Stálin: "O exército não pode combater e nem vencer sem pão, sem víveres. O Exército Vermelho, no quarto ano de guerra, graças ao trabalho do camponês kolroiziano, não experimenta insuficiência de víveres. Os kolroizianos e kolroizianas abastecem de víveres os operários e os intelectuais, em matérias primas a indústria; asseguram o trabalho normal nas fábricas que produzem o armamento e o equipamento para a frente. Nossos camponeses kolroizianos mais ativos, com plena consciência de seu dever para com a pátria, colaboram com o Exército Vermelho na conquista da vitória sobre o inimigo".

A guerra impôs, com especial agudeza, a necessidade do mais rigoroso controle na economia nacional, uma vez que, junto aos gastos de guerra, era preciso cumprir o grande programa de reconstrução e de ampliação do rendimento dos fundos básicos na economia nacional.

Como resultado da grande atividade planificadora e organizadora dos Comissariados do Povo e das empresas, como resultado da energia e da iniciativa dos colaboradores técnicos e dos operários, elevou-se, durante a guerra, o rendimento da maquinária, e foi aumentada, consideravelmente, a economia de metal, de combustível e de energia elétrica.

A partir de meados de 1942, o rendimento do trabalho na indústria aumentou de mais de 40 %. A simplificação dos processos de trabalho, em conexão com a aplicação de uma nova tecnologia, desempenhou, igualmente, importante papel no aumento do rendimento do trabalho.

No período da Guerra Patriótica, foram introduzidos novos processos de trabalho nas indústrias de guerra e metalúrgica (novos métodos na produção de munições, o estampado e a solda na fabricação de armamentos, novos métodos de fundição, nova tecnologia na produção de aços de qualidade, etc.).

Realizou-se ampla modernização da maquinária elaboradora de metais, mediante o emprego de novos dispositivos e novos tipos de máquinas-ferramentas na produção em massa de material de guerra.

Aperfeiçoaram-se, radicalmente, os processos de produção na indústria petrolífera e nas indústrias elaboradoras do ferro e do cobre.

A planificação permitiu ampla utilização das descobertas feitas pelos cientistas soviéticos nos diversos sectores da economia nacional; a divulgação das experiências das melhores fábricas para a solução dos problemas da economia de guerra.

Durante a guerra, como resultado do gigantesco trabalho de organização realizado pelos órgãos estatais de planificação, com a ajuda de todo

o povo soviético, foi criada uma sólida economia de guerra, que crescia com rapidez e proporcionou ao Exército Vermelho todo o armamento, munições e víveres de que necessitava cada vez em maiores proporções.

Na União Soviética, não obstante os crescentes gastos de guerra, elevou-se a acumulação na economia nacional, colocando-se em ação novos centros produtores, aumentando-se a produção de metal e de carvão e incrementando-se a produção de outros ramos da indústria.

De acordo com o orçamento estatal da U.R.S.S., as despesas para o financiamento da economia nacional aumentaram de 31 bilhões e 100 milhões, em 1943, para 44 bilhões e 700 milhões, em 1944.

Durante a guerra, realizou-se intenso trabalho de construções fundamentais, especialmente em sectores como a siderurgia, a indústria carbonífera e as centrais elétricas.

Em 1944, a quantidade total de gastos, no orçamento do Estado, para obras de caráter fundamental, ascendeu à soma de 20 bilhões e 786 milhões de rublos.

Para a planificação das construções fundamentais em plena guerra, são necessárias uma rigorosa concentração dos investimentos de capital e de materiais nos sectores e instalações mais importantes, a aplicação intensa de métodos rápidos de construção e a redução do custo dos trabalhos de construção. Nos Urais, somente no ano de 1943, foram construídos 10 fornos Martin, 4 minas, 2 baterias de fabricação de coque, e posto em funcionamento o alto forno número 6 da fábrica de Magnitogórski, o de maior capacidade na União Soviética e em toda a Europa. Foi colocada em exploração, igualmente, toda uma série de centrais elétricas e de minas de carvão.

Em 1943, foram postas em exploração, na bacia de Kuznets, 375 instalações industriais. Realizou-se, também, grande trabalho de construção noutros distritos orientais do país.

Uma das tarefas mais importantes da planificação é a reconstrução da economia nos distritos libertados da ocupação alemã.

Para a direção dos trabalhos de reconstrução da economia, nos distritos libertados da ocupação alemã, foi criado, dentro do Conselho de Ministros da U.R.S.S., um comitê especial.

Para a mais rápida reconstrução da economia e para uma eficaz ajuda à população dos distritos libertados, o Governo Soviético destinou aos kolrózes desses distritos considerável quantidade de sementes e créditos. Para as zonas libertadas, foram enviados mais de 6.000 agrônomos, zootécnicos, mecânicos, engenheiros e outros especialistas. Foram enviados, igualmente, mais de 22.000 tractores, mais de 30.000 máquinas agrícolas de diferentes tipos e mais de 2.300.000 cabeças de gado.

Muitos distritos do Kuban, do Don, da Ucrânia e também das regiões de Moscou, Kalinin e outras restabeleceram, completamente, a superlície de semeadura de antes da guerra. Foram reconstruídas 3.080 estações de máquinas e tractores (antes da guerra, havia 3.150).

O orçamento estatal de 1944 dedicava à reconstrução dos distritos libertados dos ocupantes alemães cerca de 16 bilhões de rublos.

Graças à direção planificada, os trabalhos de reconstrução desenvolveram-se, em ritmos rápidos, nos distritos libertados da Ucrânia, Bielo-Rússia, Cáucaso setentrional, em Stalingrado, na região de Smolensk e na de Orel.

Em outubro de 1943, o Donbass foi libertado da ocupação alemã. Em janeiro de 1944, nas fábricas de Stalino e Enakiev, já estavam reconstruídos os fornos Martin.

Em Enakiev, os alemães, antes de sua partida, fizeram explodir a usina metalúrgica. Em abril de 1944, essa usina já funcionava em todas as fases do ciclo metalúrgico. Foi a primeira usina metalúrgica do Donbass reconstruída depois da sua libertação.

Em fins de 1944, nas fábricas metalúrgicas da Ucrânia, foram reconstruídos 8 altos fornos, 37 fornos Martin, 23 instalações de laminação e 55 baterias de fabricação de coque. Os mineiros da bacia de Krivói-Róg reconstruíram e puseram em exploração 18 minas de ferro. Desenvolveu-se intensa atividade na reconstrução das cidades e aldeias.

A 1.º de janeiro de 1944, somente em nove das regiões libertadas da ocupação alemã, haviam sido reconstruídas ou construídas de novo..... 326.461 casas, nelas se instalando 1.813.614 pessoas.

A reconstrução de muitas empresas é realizada com a força dos próprios trabalhadores das fábricas. Os mineiros, fundidores e laminadores de ontem adquirem profissões complementares, como as de pedreiros, especialistas nos trabalhos de cimento, montadores, carpinteiros, etc.. Numa fábrica da bacia do Dnieper, foram instruídos 2.000 operários como especialistas de construção.

As empresas industriais, os kolrózes e sovérrozes das regiões orientais e centrais da União Soviética enviam à população dos distritos libertados trens com máquinas-ferramentas, maquinária de toda espécie, materiais para a indústria e transporte e máquinas e instrumentos agrícolas.

As fábricas e os kolrózes, em emulação socialista, comprometem-se a prestar ajuda sistemática à reconstrução desses distritos. Assim, por exemplo, os combinados metalúrgicos de Magnitogórski e de Kuznets prestaram ajuda à rápida reconstrução das usinas metalúrgicas e químicas e das instalações de fabricação de coque de Makeiev e Enakiev, no Donbass.

As grandes fábricas da bacia carbonífera de Kuznets apadrinharam as empresas similares do Donbass. Dêsse modo, os planos de reconstrução da economia nos diferentes distritos libertados da ocupação alemã são concretizados com a participação direta de amplos sectores operários, como uma tarefa de todo o povo.

A reconstrução da economia nos distritos libertados é coordenada, no plano econômico nacional, com o ulterior desenvolvimento da base militar-econômica na retaguarda.

O objetivo desse grandioso trabalho não consiste, apenas, no restabelecimento do nível de desenvolvimento industrial de antes da guerra, mas, ainda, na elevação da capacidade, do nível técnico das empresas, e na criação de relações mais racionais na cooperação, para evitar os gastos inúteis nos transportes de matérias primas e produtos acabados.

O Pensamento de Engels



A vida não é, pois, por sua vez, mais do que uma contradição albergada nas coisas e nos fenômenos e que se está produzindo e resolvendo incessantemente: ao cessar a contradição, cessa a vida e sobrevém a morte. (Engels — *Anti-Dühring*, pág. 116, Tr. Roces.)

“A negação da evolução, como processo da morte do velho e nascimento do novo, é característica do metafísico. De seu ponto de vista, a evolução é o movimento de objetos feitos, dados de uma vez para sempre, um movimento “num círculo eternamente homogêneo, que se repete, incessantemente.” (Engels.)

Para o metafísico, os objetos e suas imagens no pensamento, os conceitos, são objetos de investigação isolados, fixos, imóveis, focalizados um atrás do outro, qual alguma coisa dada e perene. Pensa em toda uma série de antíteses inconexas; para êle, uma de duas: sim, sim; não, não e o que há de mais sobra. Para êle, uma coisa existe ou não existe: um objeto não pode ser, ao mesmo tempo, o que é e outro distinto. O positivo e o negativo excluem-se reciprocamente, em absoluto. A causa e o efeito revestem, do mesmo modo, a seus olhos, a forma de rígida antítese. (Engels — *Do socialismo utópico ao socialismo científico*, págs. 49-50, ed. em hespanhol, Moscou, 1941.)

“Todas as diferenças qualitativas na natureza”, escreve Engels, “se baseiam ou numa composição química diferente ou em diferentes quantidades ou formas de movimento (energia), ou, o que é quasi sempre o caso, em ambas” (Engels — *Dialética e Natureza*, pág. 38 — Ed. “Problemas”).

De Tudo, um Pouco...

...“os bolcheviques, se verdadeiramente querem ser bolcheviques, devem ter o valor de reconhecer francamente seus erros, descobrir suas causas, apontar os meios para sua correção e, com isso, ajudar o Partido a dar aos quadros a instrução e a educação política justas. Porque somente seguindo este caminho, só num ambiente de autocritica franca e leal se podem educar quadros verdadeiramente bolcheviques, se podem educar os verdadeiros chefes bolcheviques.” (Stálin — *Luta contra o trotskismo* pág. 39 — Edições Horizonte Ltda. — 1945.)

“À medida que os progressos da indústria moderna se desenvolviam e se estendiam, estendia-se e desenvolvia-se também o antagonismo de classe entre o capital e o trabalho; o Estado tomava mais e mais o caráter de poder nacional do capital sobre o trabalho, de uma força pública organizada para manter a escravidão social, de uma máquina de despotismo de classe. Marcando, depois de cada revolução, uma fase progressiva no esforço de classe, o caráter repressivo do poder do Estado mais se destacava”. (Carlos Marx — *A Guerra civil na França in Sobre a Comuna Parisiense de 1871*, — Editorial Calomino — Colaboração de Maval).

“Na sociedade atual, o proletariado, economicamente submetido pelo capital, não pode dominar politicamente sem ter destruído as cadeias que o sujeitam ao capital”. (Lénin — *A memória da Comuna in A Gazeta Operária*, n.º 4, de 28-4-911 — Editorial Calomino — Colaboração de Maval).

“Para que uma revolução social possa triunfar são necessárias, pelo menos, duas condições: o nível elevado das forças produtivas e a preparação do proletariado”. (Lénin — *A memória da Comuna in A Gazeta Operária*, n.º 5, de 15-4-911 — Editorial Calomino — Colaboração de Maval).

“O proletariado não deve desdenhar os meios pacíficos que servem à defesa dos interesses cotidianos e são necessários em período de preparação revolucionária, mas, também, não deve olvidar jamais que a luta de classes se transforma, em determinadas condições, em luta armada e em guerra civil; há momentos em que os interesses do proletariado exigem a exterminação implacável do inimigo nos combates declarados”. (Lénin — *As lições da Comuna in A Gazeta do Estrangeiro*, n.º 2, 30-3-908 — Editorial Calomino — Colaboração de Maval).

Pegueno Dicionário Marxista

Publicaremos nesta secção esboços de verbetes, que, desenvolvidos futuramente, figurarão no Dicionário-Enciclopédia de Estudos Sociais, ainda em organização. Convidamos quantos se interessarem em contribuir para essa obra, graciosa ou remuneradamente, a procurar-nos

HISTORIA (O papel do individuo na) — “Na segunda metade da década dos 70, o finado Kablitz (1) escreveu um artigo intitulado *A inteligência e o sentimento como factores de progresso*, no qual, invocando Spencer, demonstrava que o principal papel no movimento ascendente da humanidade correspondia ao sentimento, enquanto que a inteligência desempenhava papel secundario, um papel completamente subordinado. Um “notavel sociologo” (2) refutou Kablitz, denotando surpresa zombeteira em relação à teoria que relegava a inteligência a um segundo plano. O “notavel sociologo” tinha razão, naturalmente, quando defendia a inteligência, mas a teria ainda em maior grau se, não entrando na essência da questão levantada por Kablitz, tivesse mostrado até que ponto era impossível e inadmissível o simples levantamento de uma tal questão. E, na realidade, a teoria dos “factores” é em si mesma inconsistente, porque destaca arbitrariamente os diferentes aspectos da vida social e os isola, convertendo-os em forças independentes, as quais, a partir de pontos diferentes e com resultados desiguais, arrastam o ser social pelo caminho do progresso. Mas esta teoria é mais infundada ainda na forma que adquiriu no artigo de Kablitz, o qual converteu em hipostases socio-

logicas especiais não mais estes ou outros aspectos da atividade do ser social mas os diferentes dominios da consciencia individual. São verdadeiras colunas de Hercules da abstracção; não se pode ir mais longe porque ali começa o reino grotesco do mais claro dos absurdos. Sobre isto é que o “notavel sociologo” deveria chamar a atenção de Kablitz e de seus leitores. Ao mostrar o emaranhado de abstracções a que foi levado Kablitz pela sua aspiração de encontrar um “factor” dominante na Historia, o “notavel sociologo”, impensadamente tambem teria feito algo talvez pela critica da propria teoria dos factores. Isto teria sido mais proveitoso para todos nós naquele tempo. Mas ficou provado não estar à altura dessa missão. Ele mesmo participava daquela teoria, diferenciando de Kablitz unicamente por sua inclinação para o *ecleticismo*, razão porque todos os “factores” pareciam a ele de igual importancia. As propriedades ecleticas de seu espirito manifestaram-se logo com bastante clareza nos seus ataques contra o materialismo dialectico, no qual via uma doutrina que sacrificava ao “factor” economico todos os demais e reduzia a zero o papel do individuo na Historia. Ao nosso “notavel sociologo” nem sequer ocorreu que o ponto de vista dos “factores” é de todo estranho ao

materialismo dialético e só a falta absoluta de capacidade de pensar logicamente permite ver nele uma justificação do chamado *quietismo*. E' preciso notar, entretanto, que esta falta do "notavel sociologo" não tem nada de original: muitos outros a cometeram, cometem e, certamente, continuarão a cometer. . . . Aos materialistas já se começou a criticar a inclinação ao quietismo quando não tinham ainda formada a sua concepção dialética da natureza e da Historia. Sem nos internar na "bruma dos tempos", devemos lembrar a controversia do conhecido sabio inglês Priestley com Price. Analizando a doutrina de Priestley, demonstrava Price, entre outras coisas, que o materialismo é incompatível com o conceito de liberdade e elimina toda iniciativa individual. Em resposta a isto, Priestley invocou a experiencia diaria. "Não falo de mim mesmo, porque, naturalmente, não me posso qualificar como o mais inerte dos animais (*am not the most torpid and lifeless of all animals*), mas pergunto: aonde encontrareis mais energia mental, mais atividade, mais força e tenacidade na consecução dos objetivos principais senão entre os partidarios da doutrina do determinismo"? Priestley referia-se à seita religiosa democratica que então se chamava *christian necessarians* (3). Não sabemos se realmente esta seita era tão ativa como pensava seu adepto Priestley. Mas isto não tem importancia. E' fora de duvida que a concepção materialista da vontade do homem concorda perfeitamente com a mais energica atividade pratica. Lanson faz notar que "todas as doutrinas, que mais exigencias impunham à vontade humana, afirmavam, em principio, a importancia da vontade; elas negavam a liberdade e subordinavam o mundo à fatalidade" (4). Lanson não tem

razão quando pensa que toda negação do chamado livre arbitrio conduz ao fatalismo; mas isto não o impediu de notar um facto historico de alto interesse: com efeito, a Historia demonstra que, inclusive o fatalismo, não só não impediu sempre a ação energica na atividade pratica como até, pelo contrario, em determinadas epocas, tem sido a *base psicologica indispensavel dessa ação*. Recordemos, por exemplo, que os puritanos, por sua energia, superaram os outros partidos da Inglaterra do seculo XVII e os adeptos de Maome submeteram ao seu poder, num curto prazo, um enorme territorio desde a Índia até a Espanha. Enganam-se redondamente os que pensam ser suficiente estar convencidos do advento inevitavel de uma serie de acontecimentos para que desapareça toda nossa possibilidade psicologica de contribuir para eles ou a eles nos opormos (5). Tudo depende de saber se minha propria atividade constitue o elo indispensavel na cadeia dos acontecimentos necessarios. Se a resposta é afirmativa tanto menores serão minhas vacilações e tanto mais energicos meus atos. Nisto não ha nada de surpreendente: quando dizemos de determinado individuo que ele considera sua atividade como um elo necessario na cadeia dos acontecimentos necessarios, isto significa, entre outras coisas, que a falta de livre arbitrio equivale para ele à total incapacidade de permanecer inativo e que essa falta de livre arbitrio se reflete em sua consciencia sob a forma de *impossibilidade de agir de um modo diferente do que age*. E' precisamente este o estado psicologico que pode ser expresso com a famosa frase de Lutero: "*Hier stehe ich, ich Kann nicht anders*" ("assim sou e assim serei") e, graças a ele, os homens revelam a energia mais indomavel e realizam as

façanhas mais prodigiosas. Para Hamlet era desconhecido este estado de espírito: por isso não foi capaz sinão de gemer e duvidar. E, por isso mesmo, Hamlet jamais teria admitido uma filosofia, segundo a qual a liberdade não é mais do que a necessidade feita consciencia. Com razão dizia Fichte: *"tal como é o homem assim é a sua filosofia"*. II — Alguns de nós tomaram a serio a observação de Stammler sobre a pretensa contradição insolúvel que, segundo parece, é propria de determinada doutrina politico-social do Ocidente. Referimo-nos ao conhecido exemplo do eclipse da lua. Na realidade, é um exemplo demasiado absurdo. Entre as condições, cuja combinação é indispensavel para que se produza um eclipse da lua, a atividade humana não intervem, nem pode intervir de modo algum e, por esse unico facto, somente num manicomio se poderia formar um partido que se propusesse contribuir para o eclipse da lua. Mas, ainda que a atividade humana fosse uma dessas condições, nenhum dos que, desejando ver o eclipse da lua, estivessem ao mesmo tempo convencidos de que ele fatalmente se produziria, mesmo *sem sua participação*, aderiria ao referido partido. Neste caso, seu "quietismo" não seria mais que a abstenção de *uma ação superflua*, isto é, *inutil*, e não teria nada a ver com o verdadeiro quietismo. Para que o exemplo do eclipse deixasse de ser absurdo no caso acima mencionado, seria preciso mudar totalmente a sua natureza. Ter-se-ia de imaginar que a lua é dotada de consciencia e a situação que ocupa no espaço, graças à qual se verifica o seu eclipse, aparece como fruto de seu livre arbitrio e não só lhe produz enorme prazer, como é ainda absolutamente indispensavel para sua tranquillidade moral, motivo por que é levada, sempre, apaixonadamente, a

ocupar esta posição (6). Depois de imaginarmos tudo isso, deveríamos perguntar-nos que sentiria a lua se descobrisse, finalmente, que, na realidade, não é a vontade nem são os seus "ideais" que determinam seu movimento no espaço, mas que, pelo contrario, é o seu movimento que determina sua *v o n t a d e* e seus "ideais"? Segundo Stammler, essa descoberta a tornaria incapaz, com toda certeza, de se mover, a não ser que lograsse sair do emaranhado graças a alguma contradição logica. Mas esta hipotese carece de toda base. Essa descoberta poderia constituir um dos fundamentos formais do mal estar da lua, de seu desacordo moral consigo mesma, da contradição entre seus "ideais" e a realidade mecanica. Mas como nós supomos que, em geral, o "estado psiquico da lua" está condicionado, afinal de contas, por seu movimento, é no movimento que se deveria buscar a origem de seu mal estar espiritual. Examinando atentamente a questão, concluir-se-ia, na melhor das hipoteses, que, quando se encontra em seu apogeu, a lua sofre porque sua vontade não está livre e, encontrando-se no perigeu, a mesma circunstancia constitue para ela nova fonte formal de gozo e de um estado moral elevado. Podia tambem acontecer o contrario: que fosse em seu apogeu e não no perigeu que ela encontrasse os meios de conciliar a liberdade com a necessidade. Mas, de qualquer maneira, é fora de duvida que tal conciliação é perfeitamente possivel; que a consciencia da necessidade concorda perfeitamente com a mais energica ação pratica. Em todo o caso, assim tem acontecido, até agora, na Historia. Os homens que negavam o livre arbitrio superavam frequentemente a todos os contemporaneos pela força de sua propria vontade, da qual exigiam sempre mais. Os

exemplos são numerosos e bem conhecidos. Só é possível esquecer, como, pelo que vimos, o faz Stammler, quando intencionalmente não se quer ver a realidade histórica tal como é. Semelhante falta de interesse manifesta-se com muita força, por exemplo, entre nossos subjetivistas e alguns filisteus alemães. Mas os filisteus e os subjetivistas não são homens, mas simples fantasmas, como diria Belinski (7). Examinemos, contudo, mais de perto, o caso em que as ações do homem — passadas, presentes ou futuras — se lhe aparecem claramente sob a forma de necessidade. Já sabemos que, neste caso, o homem — considerando-se a si mesmo um enviado de Deus, como Maomé, ou um eleito pelo destino inelutável, como Napoleão, ou um portador de uma força invisível do movimento histórico, como alguns homens públicos do século XIX — manifesta uma força de vontade quase cega, destruindo como castelo de cartas todos os obstáculos levantados em seu caminho pelos Hamlets (8) grandes e pequenos de toda a comarca (9). Mas este caso, agora, interessa-nos sob outro aspecto, que é o que vamos analisar. Quando a consciência da falta de liberdade de minha vontade se me apresenta unicamente sob a forma de uma impossibilidade total, subjetiva e objetiva, de proceder de modo diferente do que faço, e, quando minhas ações se me aparecem, ao mesmo tempo, como as ações mais desejáveis entre todas as possíveis, em tal caso a necessidade se identifica em minha consciência com a liberdade, e a liberdade com a necessidade, e, então, não sou livre unicamente no sentido de que *não posso destruir esta identidade entre a liberdade e a necessidade; não posso opor uma à outra; não posso sentir-me subjugado pela necessidade. Mas esta falta de liberdade é, ao mes-*

mo tempo, a manifestação mais completa da liberdade. Simmel diz que a liberdade é sempre liberdade em relação a alguma coisa e, quando não se concebe a liberdade como algo oposto a um entrave, deixa ela de ter sentido. Isto, naturalmente, é certo. Mas não é possível, baseando-se nesta pequena verdade elementar, refutar a tese de que a liberdade é a necessidade feita consciência, tese que constitui uma das descobertas mais geniais do pensamento filosófico. A definição de Simmel é muito estreita: refere-se unicamente à liberdade não submetida a entraves exteriores. Enquanto se trata somente de tais entraves, a identificação da liberdade com a necessidade seria extremamente ridícula: o ladrão não é livre de subtrair-nos nem sequer o lenço do bolso se o impedirmos e se ele não vencer, de um modo ou de outro, a nossa resistência. Mas, além desta noção elementar e superficial da liberdade, existe uma outra incomparavelmente mais profunda. Para as pessoas incapazes de pensar de um modo filosófico, esta noção não existe de modo algum, uma pessoa capaz de pensar assim entende esta noção unicamente quando consegue se desprender do dualismo e compreender que, entre o sujeito, de um lado, e o objeto, de outro, não existe, na realidade, o abismo que supõem os dualistas. O subjetivista russo opõe seus ideais utópicos à nossa realidade capitalista e não vai além. Os subjetivistas pararam atolados no dualismo. Os ideais dos chamados "discípulos" (10) russos parecem-se com a realidade capitalista incomparavelmente menos que os ideais dos subjetivistas. Apesar disso, os "discípulos" souberam achar uma ponte para unir os ideais com a realidade. Os "discípulos" elevaram-se até o monismo. De acordo com eles, o capitalismo, no seu desenvolvimento,

conduzirá à sua própria negação e à realização dos ideais dos "discipulos" russos e não só dos russos. É uma necessidade histórica. O "discipulo" é um instrumento desta necessidade e não pode deixar de se-lo, tanto por sua situação social como por seu caráter intelectual e moral criado por esta situação. Isto também é um aspecto da necessidade. Mas, desde o momento em que sua situação social formou nele precisamente este caráter e não outro, ele não só serve de instrumento à necessidade, e não só não pode deixar de servi-la, como também quer apaixonadamente e não pode deixar de querer servi-la. Este é um aspecto da liberdade, uma liberdade surgida da necessidade ou, mais exatamente, uma liberdade que se identificou com a necessidade, que é a necessidade feita liberdade (11). Semelhante liberdade é também uma liberdade que se refere a algum entrave; ela também se opõe à uma restrição da liberdade: as definições profundas não refutam as superficiais, mas, completando-as, as englobam. Mas, de que entraves, de que restrição da liberdade se pode, pois, tratar neste caso? A coisa está clara; pode-se tratar das restrições morais que freiam a energia dos homens não despojados do dualismo; das restrições que constituem um motivo de sofrimento para os que não souberam estender uma ponte através do abismo separador dos ideais da realidade. Enquanto o indivíduo não conquista esta liberdade, mediante o esforço viril do pensamento filosófico, não é ainda plenamente dono de si mesmo e, com seus próprios sofrimentos morais, paga tributo vergonhoso à necessidade exterior que enfrenta. Mas, em troca, tão logo este mesmo indivíduo se liberta do jugo dos entraves desorientadores e vergonhosos, nasce para uma vida nova, plena, desconhecida até en-

tão e a sua livre atividade converte-se numa expressão consciente e livre da necessidade (12). O indivíduo converte-se numa grande força social e nenhum obstáculo já lhe poderá impedir de lançar-se com a fúria dos deuses sobre a perfida iniquidade. III — Repetimo-lo uma vez mais; a consciência da necessidade absoluta de um determinado fenômeno só pode aumentar a energia do homem que simpatiza com o mesmo e se considera, a si próprio, como uma das forças originais do dito fenômeno. Se este homem, consciente da necessidade de tal fenômeno, cruzasse os braços, demonstraria com isto conhecer mal a aritmética. Suponhamos, com efeito, que o fenômeno "A" tem de se produzir necessariamente se existir uma determinada soma de condições. Vós me haveis demonstrado que esta soma, em parte, já existe e, em parte, será assegurada, num determinado momento "T". Convencido disso, eu, o homem que simpatiza com o fenômeno "A", exclamo: "Muito bem", e ponho-me a dormir até o dia feliz em que se produza o acontecimento predito por vós. Que resultará disto? O seguinte: de acordo com vossos cálculos, a soma necessária para que se produza o fenômeno "A" compreendia também a minha atividade, igual, por exemplo, a "a". Mas, como me puz a dormir, no momento "T", a soma de condições favoráveis para o advento de dito fenômeno já não será "S", mas "S — a" ("S menos a"), o que altera a situação. Meu lugar será provavelmente ocupado por outro homem, que também se achava próximo à inatividade, mas sobre o qual exerceu influência saudável o exemplo de minha apatia, que lhe pareceu repulsiva. Neste caso, a força "a" será substituída pela força "b" e se "a" é igual a "b" ($a=b$) a soma de condições que favorecem

o advento de "A" ficará igual a "S" e o fenómeno "A" se produzirá no mesmo momento "T". Mas, se minha força não é igual a zero, se sou um militante habil e capaz e se ninguém me pode substituir, então a soma "S" não ficará completa e o fenómeno "A" ou se produzirá mais tarde do que havíamos calculado, ou não se produzirá tal como esperávamos, ou mesmo não se produzirá de modo algum. Isto é claro como a luz do dia, e, se eu não o compreendo, se penso que "S" continuará sendo "S" depois de ser eu substituído, deve-se unicamente ao facto de que não sei somar. Mas serei acaso o unico que não sabe somar? Vós, que haviéis antecipado que a soma "S" se produziria necessariamente no momento "T", não haviéis previsto que eu me poria a dormir imediatamente depois de nossa conversa; estaveis seguros de que eu continuaria sendo até o fim um bom militante; considerastes uma força menos segura como se fosse uma mais segura. Por conseguinte, também vós calculastes mal. Mas suponhamos que acertastes em tudo, que tomastes tudo em conta. Em tal caso, os nossos calculos adquirirão o seguinte aspecto: dizia-se que, no momento "T", teríamos a soma "S". Nesta soma de condições entrará a minha substituição como um *valor negativo*; entrará mesmo assim como *valor positivo* a ação estimulante que, nos homens de espirito forte, produz a segurança de que suas aspirações e ideais são uma expressão subjetiva da necessidade objetiva. Neste caso, teremos a soma "S", no momento previsto e o fenómeno "A" se produzirá. Tudo parece claro. Mas, então, por que me desconcertou a idéa da inevitabilidade do fenómeno "A"? Por que me pareceu que ela me condenava à inatividade?

Por que, refletindo a seu respeito, me esqueci das mais simples regras da aritmetica? Provavelmente porque a minha educação foi tal que, já antes, a inatividade me atraia fortemente e nossa conversação não foi sinão a gota que fez transbordar o frasco que abrigava esta tão louvável aspiração. Isto é tudo. *Só neste sentido, no sentido de um pretexto para revelar minha debilidade e incapacidade moral, figurava aqui a consciencia da necessidade.* Mas esta não pode, de maneira nenhuma, ser considerada como causa de minha debilidade. A causa não reside nela, mas nas condições de minha educação. Logo, a aritmetica é uma ciencia extraordinariamente util e respeitavel, cujas regras não devem esquecer nem mesmo os senhores filosofos, e, precisamente, de um modo especial, os senhores filosofos. E, como age a consciencia da necessidade de um fenomeno determinado sobre o homem forte que não *simpatiza* com o mesmo e se *opõe* ao seu advento? Aqui as coisas mudam um pouco. E' muito provavel que a consciencia *debilitará* a energia de sua resistencia. Mas quando é que os inimigos de um fenomeno determinado se convencem de sua inevitabilidade? Quando as circunstancias que o favorecem se fazem muito numerosas e muito fortes. A consciencia que os inimigos desse fenomeno adquirem de sua inevitabilidade e o debilitamento de suas energias não são mais do que a manifestação da *força* e das condições que lhe são favoraveis. Tais manifestações constituem, por sua vez, uma parte destas condições favoraveis. Mas a energia da resistencia não diminuirá em todos os adversarios; nalguns aumentará como consequencia do reconhecimento de sua inevitabilidade, transformando-se na energia do *desespero*. A Historia, em geral, e a

Historia da Russia, em particular, oferece-nos muitos exemplos instrutivos de energia deste genero. Confiamos que o leitor os tenha presentes sem nossa ajuda. Aqui nos interrompe o senhor Karéiev (professor de Historia na Universidade de Petersburgo) que, embora, naturalmente, não concorde com nosso ponto de vista sobre a liberdade e a necessidade e, além disso, não aprove nossa paixão pelos "excessos" dos homens fortes, vê, não obstante, com simpatia, a ideia que defende nossa revista de que o individuo pode converter-se numa grande força social. O respeitavel professor exclama satisfeito: "Eu sempre o disse". E' verdade. O senhor Karéiev e todos os subjetivistas atribuíram sempre ao individuo papel muito importante na Historia. Houve tempo em que isto despertava simpatias no seio da juventude avançada, que aspirava levar a cabo nobres empresas pelo bem comum e, por isso, estava naturalmente inclinada a estimar em alto grau a importancia da iniciativa pessoal. Mas, no fundo, os subjetivistas não souberam, não digo resolver, mas nem sequer colocar com acerto a questão do papel do individuo na Historia. Opunham a "atividade dos espiritos criticos" à influencia das leis do movimento historico da sociedade, criando, assim, uma nova variedade da teoria dos factores; os "espiritos criticos" constituíam *um dos factores* sendo o *outro* as leis proprias do dito movimento. Como resultado disso chegou-se a uma dupla incongruencia, que podia satisfazer tão somente enquanto a atenção dos "individuos" ativos estivesse concentrada sobre os problemas praticos do dia, enquanto não lhes sobrasse tempo para occupar-se dos problemas filosoficos. Mas,

desde o momento em que a calmaria, sobrevindo na decada de 80, trouxe aos que possuíam capacidade de pensar um momento de descanso forçado, para se entregar a reflexões filosoficas, a doutrina subjetivista começou a estalar todas as juntas e a cair aos pedaços, como o famoso capote de Akaki Akákievich (personagem do conto de Gogol: *O capote*). Os remendos de nada serviam e os **homens** de pensamento começaram, um após outro, a renunciar ao subjetivismo como uma doutrina perfeita e evidentemente inconsistente. Mas, como succede frequentemente em tais casos, a reação contra o subjetivismo conduziu a alguns de seus adversarios ao extremo oposto. Enquanto alguns dos subjetivistas, tratando de atribuir ao "individuo" um papel na Historia, o mais amplo possivel, se negavam a reconhecer o movimento historico da humanidade como um processo regular, alguns de seus novissimos adversarios, procurando recalcar o mais possivel esse carater regular do movimento, estavam prontos, naturalmente, a esquecer que a *Historia é feita pelos homens e, portanto, a atividade dos individuos não deixa de ter sua importancia*. Consideravam o individuo como uma *quantité negligible* (uma quantidade desprezível). Teoricamente, este extremismo é tão inadmissivel como aquele a que chegaram os mais furibundos subjetivistas. E' tão inconsistente sacrificar a tese à antítese como esquecer-se da antítese em favor da tese. Unicamente se encontrará o ponto de vista certo quando se souber reunir, na síntese, as partes de verdade contidas naquelas (13). IV — Ha muito interessa-nos este problema e ha muito que queremos convidar o leitor a conosco aborda-lo. Mas retinham-nos

certos escrúpulos, pensávamos que talvez nossos leitores o houvessem já resolvido por si mesmos e que nossa proposta fosse considerada tardia. Agora, nossas apreensões desapareceram. Aliviaram-nos delas os historiadores alemães. Falamos completamente a sério. Acontece que, nestes últimos tempos, os historiadores alemães sustentaram polemica muito viva acerca das grandes figuras históricas. Uns inclinavam-se a ver na atividade política desses homens o instrumento principal e quase exclusivo do desenvolvimento histórico, enquanto outros afirmavam que semelhante ponto de vista é unilateral e a ciência histórica deve ter presente não só a atividade dos grandes homens e não só a história política, como também todo o conjunto da vida histórica em geral (*das Ganze des geschichtlichen Lebens*). Um dos representantes desta última corrente é Carlos Lamprecht, o autor da *Vitória do povo alemão*. Os adversários de Lamprecht acusavam-no de "coletivismo" e de materialismo, colocavam-no — *horrible dictu* (terrível afirmativa) — num mesmo plano inclusive com os "ateus social-democratas", segundo a expressão por ele usada no fim da discussão. Ao conhecermos seus pontos de vista, concluímos que as acusações lançadas contra o pobre sábio eram completamente infundadas. Ao mesmo tempo, convencemo-nos de que os historiadores alemães contemporâneos não são capazes de resolver a questão do papel do indivíduo na História. Foi assim que nos consideramos com direito a supor que o problema continuava ainda sem solução, inclusive para alguns leitores russos, e que, em relação a ele, ainda se pode dizer, agora, coisas não de todo desprovidas de interesse teórico e prático. Lamprecht

reuniu toda uma série de opiniões (*cine artige Sammlung*, segundo sua expressão) de destacados homens de Estado a respeito de sua atividade em relação com o ambiente histórico em que esta se desenvolveu; mas, em sua polemica, limitou-se até agora a citar alguns discursos e opiniões de Bismarck. Cita as seguintes palavras pronunciadas pelo Chanceler de Ferro no Reichstag da Alemanha do Norte no dia 16 de abril de 1869: "Não podemos, senhores, nem ignorar a História do passado, nem criar o futuro. Quisera preveni-los contra o erro que leva alguns a adiantar o relógio, imaginando que, desse modo, aceleram a marcha do tempo. Geralmente, exagera-se muito a minha influência sobre os acontecimentos nos quais me baseei, mas, apesar de tudo, a ninguém ocorrerá exigir de mim que eu faça a História. Isto me seria impossível, mesmo com vossa ajuda, ainda que, unidos, pudessemos enfrentar a todo um mundo. Mas nós não podemos fazer a História: devemos esperar até que ela se faça. Não aceleraremos o amadurecimento de frutos expondo-os ao calor de uma lâmpada, e arrancá-los verdes não é outra coisa senão o impedir seu crescimento e deita-los a perder". Baseando-se no testemunho de Joly, Lamprecht cita também as opiniões de Bismarck, expressas em mais de uma ocasião, durante a guerra franco-prussiana. Seu sentido geral é sempre o mesmo: "Não podemos provocar os grandes acontecimentos históricos, mas devemos ater-nos à marcha natural das coisas e limitarmo-nos a assegurar aquilo que já está amadurecido". Nestas palavras, Lamprecht vê uma verdade profunda e completa. O historiador não pode, segundo ele, pensar de outro modo, se é que sabe olhar

O fundo dos acontecimentos, sem limitar seu campo visual a um curto período de tempo. Poderia, acaso, Bismarck fazer retroceder a Alemanha à economia natural? Isto teria sido impossível mesmo quando se achava no apogeu de sua força. As condições históricas gerais são mais poderosas do que as personalidades mais fortes. O caráter geral de sua época é para o grande homem "*uma necessidade dada empiricamente*". Assim opina Lamprecht, chamando *universal* a sua concepção. Não é difícil observar o lado fraco desta concepção "*universal*". As citadas opiniões de Bismarck são muito interessantes como documentos psicológicos. Pode-se não simpatizar com a atividade do antigo chanceler alemão mas não se pode afirmar que esta carecia de importância, nem que Bismarck se distinguiu por seu "*quietismo*". Dele dizia Lassalle: "Os servidores da reação não são eloquentes, mas queira Deus que a causa do progresso disponha de um maior número de servidores como esses". Deste modo é que este homem que deu, mais de uma vez, provas de uma energia verdadeiramente de ferro, se considerava absolutamente impotente ante o curso natural das coisas; é evidente que ele se considerava como um simples instrumento do desenvolvimento histórico: isto demonstra, uma vez mais, que se pode focalizar os fenômenos à luz da necessidade e ser, ao mesmo tempo, um homem de ação muito energico. Mas só sob este aspecto é que são interessantes as opiniões de Bismarck; não podemos considerá-las como uma solução ao problema do papel do individuo na História. De acordo com Bismarck, os acontecimentos sobrevêm por si mesmos e nós não podemos garantir-nos nada mais que aquilo que eles prepa-

ram. Mas cada ato de "*garantia*" representa, em si, um acontecimento histórico também. Em que se diferenciam pois estes acontecimentos dos que sobrevêm por si mesmos? Na realidade, quasi todo acontecimento histórico é, ao mesmo tempo, também algo que "*garante*" a alguém os frutos já maduros do desenvolvimento anterior e um dos elos da cadeia dos acontecimentos que preparam os frutos do porvir. Como podem, pois, opor-se os atos de "*garantia*" à marcha natural dos acontecimentos? Pelo visto, Bismarck quis dizer que os individuos e grupos que atuam na História jamais foram nem serão onipotentes. Isto, naturalmente, está fora de toda duvida. Mas nós quiséramos saber, entretanto, de que depende sua força, que está longe, evidentemente, de ser onipotente; em que condições aumenta ou diminui. Nem Bismarck, nem o sábio defensor da concepção "*universal*" da História, que cita as suas palavras, nos dão a solução do problema. É verdade que, nos escritos de Lamprecht, encontramos citações mais explicitas (14). Por exemplo, ele transcreve as seguintes palavras de Monod, um dos representantes mais destacados da ciência histórica moderna da França: "Os historiadores acostumaram-se a prestar atenção exclusivamente às manifestações brilhantes, ruidosas e efêmeras da atividade humana, aos grandes acontecimentos e aos grandes homens, em vez de apresentar os grandes e lentos movimentos das condições economicas e das instituições sociais que constituem a parte realmente interessante e permanente no desenvolvimento da humanidade, a parte que, em certa medida, pode ser sintetizada em leis e submetida, até certo ponto, a uma análise exata. Com efeito, os grandes

acontecimentos e as grandes personalidades o são precisamente como signos e símbolos de diferentes etapas do dito desenvolvimento. Em troca, a maioria dos chamados acontecimentos históricos são para a verdadeira História o que são "para o movimento profundo e constante do fluxo e refluxo as ondas que nascem na superfície do mar e brilham um momento com sua luz viva para logo irem arrebatando-se contra a costa arenosa sem deixar rastro. Lamprecht declara-se de acordo com cada uma destas palavras de Monod. É sabido que os sábios alemães não gostam de estar de acordo com os sábios franceses nem estes com os alemães. Por esta razão, o historiador belga Pirenne faz ressaltar, com particular satisfação, na *Revue Historique*, esta coincidência das concepções históricas de Monod com as de Lamprecht. "Esta coincidência é muito significativa, observa Pirenne; ela demonstra, evidentemente, que o futuro pertence às novas concepções históricas". V — Não participamos das gratas esperanças de Pirenne. O futuro não pode pertencer a concepções confusas e indefinidas, tais como são as de Monod e, sobretudo, as de Lamprecht. Não é possível, naturalmente, deixar de saudar a tendência que proclama ser a tarefa primordial da ciência histórica o estudo das instituições sociais e das condições econômicas. Esta ciência progredirá muito quando tal tendência se firmar nela definitivamente. Mas, em primeiro lugar, Pirenne engana-se considerando que esta tendência é nova. Surgiu na ciência histórica já na segunda década do século IX: seus representantes mais destacados e responsáveis foram Guizot, Mignet, Augustin Thierry e, mais tarde, Tocqueville e outros. As

ideias de Monod e Lamprecht não são sinão uma cópia pálida de um original velho, mas muito notável. Em segundo lugar, por profundas que tenham sido, para sua época, as concepções de Guizot, Mignet e outros historiadores franceses, muitos pontos ficaram sem esclarecimento. Não dão solução precisa e completa à questão do papel do indivíduo na História. Ora, a ciência histórica deve resolver de maneira efetiva esta questão, se é que seus representantes querem libertar-se de uma concepção unilateral do objeto de sua ciência. O futuro pertence à escola que melhor resolver este problema. As ideias de Guizot, Mignet e outros historiadores pertencentes a esta tendência eram como que uma reação às ideias históricas do século XVIII e são a sua *antítese*. Os homens que naquele século se ocupavam da filosofia da História reduziam tudo à *atividade consciente dos indivíduos*. Certamente, existiam também, nessa época, algumas exceções à regra geral: o campo visual histórico-filosófico, por exemplo, de Vico, Montesquieu e Herder era muito mais amplo. Mas não nos referimos às exceções; a enorme maioria dos pensadores do século XVIII interpretavam a História tal como acabamos de expor. É muito interessante a este respeito voltar a ler, hoje, as obras históricas de Mably. Segundo este autor, foi Minos que organizou a vida política e social e os costumes dos cretenses, tendo Licurgo prestado esse mesmo serviço a Esparta. Se os espartanos "desprezavam" os bens materiais, isto se deve a Licurgo, que "penetrou, por assim dizer, até o coração mesmo de seus concidadãos e afogou neles todo germe de paixão pelas riquezas (*"descondit, pour ainsi dire, jusque dans le*

fond du coeur des citoyens", etc.) (15). E se, mais tarde, os espanhóis abandonaram o caminho mostrado pelo sábio Licurgo a culpa é de Lisandro, que os havia convencido de que "os tempos novos e as novas circunstâncias exigem novas leis e uma política nova" (16). As obras escritas segundo esse ponto de vista não tinham nada que ver com a ciência e escreviam-se, como sermões, unicamente tendo em vista as *lições morais* que deles se extraem. Contra estas concepções foi que se levantaram os historiadores franceses da época da Restauração. Depois das convulsões dos fins do século XVIII, era já, em absoluto, impossível considerar a História como obra de personalidades mais ou menos eminentes, mais ou menos nobres e ilustradas, que arbitrariamente inculcavam a uma massa ignorante, mas submissa, estes ou aqueles sentimentos e ideias. Contra tal filosofia da História rebelava-se também o orgulho plebeu dos teóricos burgueses. Eram os mesmos sentimentos que ainda no século XVIII se manifestaram na nascente dramaturgia burguesa. Na luta contra as velhas concepções históricas, Thierry empregava, entre outros, os mesmos argumentos que foram empregados por Beaumarchais e outros contra a velha estética (17). Por último, as tempestades que, pouco tempo antes, haviam desabado em França demonstravam claramente que a marcha dos acontecimentos históricos estava longe de ser determinada exclusivamente pela atividade consciente dos homens; só esta circunstância devia já sugerir a ideia de que os acontecimentos se dão sob a influência de certa necessidade latente, que atua de maneira cega, como as forças da natureza, mas de acordo com determinadas leis inexoráveis. E' interessante, — em-

bora até agora, que saibamos, ninguém o tenha assinalado — o facto de que a nova concepção da História, como processo que obedece a determinadas leis, tenha sido defendida, da maneira mais consequente, pelos historiadores franceses da época da Restauração, e precisamente nas obras dedicadas à Revolução Francesa. Tais foram, entre outras, as obras de Mignet. Chateaubriand deu o nome de *fatalista* à nova escola histórica. Eis como ele definia as tarefas que esta escola colocava ante os investigadores: "Este sistema exige que o historiador relate, sem indignação, as ferocidades mais atrozes, que fale sem amor das mais altas virtudes e, com seu frio olhar, não veja na vida social nada mais que a manifestação de leis inelutáveis, em virtude das quais todo fenómeno se produz precisamente como devia, inevitavelmente, se produzir (18). Isto, naturalmente, é inexato. A nova escola não exigia de nenhum modo a impassibilidade do historiador. Augustin Thierry declarou mesmo abertamente que as paixões políticas, aguçando o espírito do investigador, podem ser uma arma potente para a descoberta da verdade (19). Basta repassar as obras históricas de Guizot, Thierry ou Mignet para ver que eles estavam animados da simpatia mais viva em relação à burguesia, tanto na sua luta contra a aristocracia e o clero como em sua tendência a sufocar as reivindicações do proletariado nascente. Mas o indiscutível é que a nova escola histórica surgiu entre 1820 e 1830, ou, seja, numa época em que a aristocracia estava já vencida pela burguesia, embora ainda prosseguisse. E, como a burguesia jamais curasse restabelecer alguns de seus velhos privilégios. O orgulho, que lhes infundia a consciência da vitória de sua classe, refletia-se em todos os ra-

ciocínios dos historiadores da nova escola. E como a burguesia jamais se distinguiu por uma delicadeza cavalheiresca de sentimentos, é natural que, nos argumentos de seus sábios representantes, aparecesse às vezes, a crueldade para com o vencido. "*Le plus fort absorbe le plus faible, et il est de droit*" (o mais forte absorve o mais fraco, e isto é legítimo), diz Guizot num de seus panfletos. Não menos cruel é sua atitude em relação à classe operária. Esta crueldade, que, em determinadas épocas, adquiria a forma de uma impassibilidade tranqüila, induziu Chateaubriand a um erro. Além disso, não se via ainda claramente como devia conceber-se a regularidade do movimento histórico. Finalmente, a nova escola poderia parecer fatalista, precisamente porque, tratando de apoiar-se, decididamente, na regularidade, ocupava-se pouco com as grandes personalidades históricas (20). Isto é o que não podiam compreender facilmente as pessoas formadas nas ideias históricas do século XVIII. Sobre os novos historiadores concentraram-se as refutações procedentes de todos os lados e foi então que se abriu a discussão que, como vimos, se prolongou até nós. Em janeiro de 1826, Sainte-Beuve escreveu no *Globe*, por ocasião do aparecimento dos tomos V e VI da *História da Revolução Francesa* de Mignet: "Em dado momento, o homem pode, por uma decisão subita de sua vontade, introduzir na marcha dos acontecimentos uma força nova, inesperada e variável, capaz de imprimir-lhe outra direção. Entretanto, isoladamente, não pode ela ser medida, por causa de sua variabilidade". Não se deve pensar que Sainte-Beuve supunha que as "decisões subitas" da vontade do homem aparecem sem razão alguma. Não. Seria muito ingenuo. Ele não fez sinão afirmar que as qualidades

intelectuais e morais do homem que desempenha um papel mais ou menos importante na vida social, seu talento, seus conhecimentos, sua decisão, seu valor ou covardia, etc., não podiam deixar de exercer influencia notável sobre o curso e o resultado dos acontecimentos e, entretanto, estas qualidades não se explicam somente pelas leis gerais do desenvolvimento dos povos, mas formam-se sempre e em alta escala sob a influencia do que poderíamos chamar casualidades da vida particular. Citaremos alguns exemplos para esclarecer este pensamento, que nos parece, contudo, suficientemente claro: Na guerra de Sucessão da Áustria, as tropas francesas obtiveram algumas brilhantes vitórias, e a França teria podido, sem duvida, obter da Áustria um território bastante extenso daquela parte que hoje constitue a Bélgica; mas Luis XV não exigia esta anexação porque, conforme dizia, não combatia como mercador, mas como rei. Assim, a paz de Aquisgrán nada deu aos franceses. Mas, se o caráter de Luis XV fosse outro, o território da França teria aumentado, motivo pelo qual teria variado o curso de seu desenvolvimento econômico e político. Como se sabe, na Guerra dos Sete Anos, a França esteve aliada à Áustria. Costuma-se dizer que, para a conclusão dessa aliança, influuiu grandemente Madame Pompadour, a quem havia lisonjeado extraordinariamente o facto de que a orgulhosa Maria Teresa a chamara, em carta, sua prima ou amiga querida (*bien bonne amie*). Pode-se dizer, portanto, que, se Luis XV tivesse moral mais austera e não se tivesse deixado influenciar por suas favoritas, Madame Pompadour não teria exercido essa influencia sobre os acontecimentos e estes teriam tomado outro rumo. Na Guerra dos Sete Anos, os franceses não tiveram exito.

Seus generais sofreram varias derrotas vergonhosas. Em geral, a conduta seguida por eles foi muito estranha. Enquanto Richelieu se dedicava à rapina, Soubise e Broglie estorvavam-se mutuamente. Assim, quando Broglie atacou o inimigo, em Willinghausen, Soubise, que tinha ouvido os disparos de canhão, não acudiu em socorro de seu companheiro, como estava combinado e como, sem duvida, devia ter feito, e, desse modo, Broglie foi obrigado a se retirar (21). Ora, Soubise, embora incompetente, era protegido por Madame Pompadour. E pode-se dizer, ainda outra vez, que, se Luis XV tivesse sido menos voluptuoso ou se sua favorita não tivesse intervindo na politica, os acontecimentos não teriam sido tão desfavoraveis para a França. Os historiadores franceses afirmam que a França não devia em absoluto lutar no continente europeu, mas que devia concentrar todos seus esforços no mar para defender suas colonias da cobiça da Inglaterra. Bem, se a França agiu de outra maneira, a culpa é ainda uma vez da inevitável Madame Pompadour que queria agradar "sua querida amiga" Maria Teresa. Por causa da Guerra dos Sete Anos, a França perdeu suas melhores colonias, o que, sem duvida, influenciou fortemente o desenvolvimento de suas relações economicas. A vaidade feminina aparece aqui como um "factor" influente do desenvolvimento economico. São necessarios outros exemplos? Citaremos mais um, talvez o mais surpreendente. Em agosto de 1761, durante a mesma Guerra dos Sete Anos, as tropas austriacas, depois de se unirem com as russas na Silesia, cercaram Frederico perto de Striegau. A situação de Frederico era desesperadora, mas os aliados não se apressaram a atacar e o general Buturlin, depois de permanecer vinte dias inativo em frente ao

inimigo, retirou-se da Silesia deixando unicamente uma parte das tropas como reforço às do general Laudon. Este, ocupou Schweidnitz, em cujas proximidades se encontrava Frederico. Este exito foi, entretanto, de pouca importancia. Mas, que teria acontecido se Buturlin possuísse caracter mais energico, se os aliados tivessem atacado Frederico sem lhe dar tempo de se fortificar? E' possivel que tivesse sido derrotado poucos meses antes de um novo facto ocasional, a morte da imperatriz Elisabeth, facto que modificou, de modo subito e radical, a situação em favor de Frederico. Cabe aqui a pergunta: que teria sucedido se Buturlin tivesse sido mais energico ou se, em seu lugar, tivesse havido um Suvoróv? Em sua analise da concepção dos historiadores "fatalistas" Sainte-Beuve formulou tambem outro raciocinio que convem tomar em consideração. No citado artigo sobre a *Historia da Revolução Francesa*, de Mignet, demonstra que o curio e o desenlace da Revolução Francesa não só foram condicionados pelas causas gerais que a originaram e pelas paixões que ela, por sua vez, desencadeou, como tambem por uma serie de outros pequenos fenomenos que escapam à atenção do investigador e, inclusive, nem sequer faziam parte dos fenomenos sociais propriamente ditos. "No momento em que estas paixões agiam (provocadas pelos fenomenos sociais) — escrevia ele — as forças fisicas e fisiologicas da natureza tambem não ficavam inativas: a pedra continuava submetida à força da gravidade, o sangue não cessava de circular nas veias. Ter-se-ia, por exemplo, modificado o curso dos acontecimentos se Mirabeau não tivesse morrido atacado pela febre, ou se a queda inesperada de uma pedra, ou, então, a apoplexia tivesse morto a Bonaparte? Ou

de causas fisiologicas, obscuras e im-perceptiveis. E teria razão. Mas, nes-se caso, acontece que estas causas fi-siologicas obscuras, ao influir na mar-cha e no desfecho da Guerra dos Sete Anos, influíram tambem sobre o de-senvolvimento ulterior da França, que teria seguido outro rumo se a men-cionada guerra não a tivesse feito perder a maior parte de suas colonias. Cabe perguntar se esta conclusão não contradiz a ideia do desenvolvimento da sociedade conforme determinadas leis. De modo nenhum, mesmo que a ação das particularidades individuais fosse inegável nos casos indicados, não é menos certo que uma tal coisa po-deria realizar-se unicamente sob deter-minadas *condições sociais*. Depois da batalha de Rosbach, os franceses fi-caram bastante indignados com a pro-tetora de Soubise, que diariamente re-cebia grande numero de cartas ano-nimas, cheias de ameaças e insultos. Madame Pompadour atormentava-se; começou a sofrer de insônia (23). Continuou, contudo, a proteger Sou-bise. Em 1762, numa das cartas a ele dirigidas, depois de dizer-lhe que não correspondera às esperanças nele depositadas, acrescentou: "Apesar dis-so, não temais nada, tomarei ao meu cuidado vossos interesses e esforçar-me-ei para reconciliar-vos com o rei" (24). Como se vê, ela não cedeu à opinião publica. Por que não o fez? Indubitavelmente, porque a socieda-de francesa não estava em condições de obriga-la a ceder. Mas por que a sociedade francesa daquela epoca não estava em condições de faze-lo? Por-que era impedida por sua organiza-ção, a qual, por sua vez, dependia da correlação das forças sociais da Fran-ça daquela epoca. Por conseguinte, é a correlação destas forças que, em úl-tima instancia, explica o facto de que o carater de Luis XV e os caprichos de suas favoritas puderam exercer in-

fluencia tão nefasta sobre os destinos da França. Se não fosse o rei, mas qualquer um de seus cozinheiros ou pagens, que se tivesse caracterizado por essa debilidade em relação ao sexo feminino, esta não teria tido nenhu-ma importancia historica. E' eviden-te que não se trata aqui de debilida-de, mas, sim, da situação social do individuo que se ressentia dela. O lei-tor compreenderá que estes raciocí-nios podem ser aplicados a todos os outros exemplos acima citados. Basta mudar os nomes; colocar, por exem-plo, a Russia em lugar da França, Bu-turlin em lugar de Soubise, etc. Por isso, abstenho-nos de voltar a eles. Daí se conclue que, graças às pecu-liaridades de seu carater, os individuos podem influir nos destinos da socie-dade. Às vezes, a influencia é até bas-tante consideravel, mas tanto a pos-sibilidade mesma desta influencia como suas proporções são determinadas pela organização da sociedade, pela corre-lação das forças que nela atuam. O carater do individuo constitue um "factor" do desenvolvimento social somente no momento e somente no grau em que se permitem as rela-ções sociais. Pode-se objectar que o grau de influencia pessoal depende tambem do talento do individuo. Estamos de acordo. Mas o individuo não pode manifestar seu talento si-não quando ocupa, na sociedade, a situação necessaria para tal. Por que pôde o destino da França encontrar-se nas mãos de um homem, absoluta-mente sem capacidade e sem desejo de servir ao bem publico? Porque tal era a organização da sociedade. E' esta organização que determina, em cada epoca, o papel e, por conseguinte, a importancia social que pode corres-ponder aos individuos dotados de ta-lento ou que carecem dele. Bem, se o papel dos individuos é determinado pela organização da sociedade, como

pode sua influencia social, condicionada por este papel, estar em contradicção com a ideia do desenvolvimento da sociedade conforme leis determinadas? Esta influencia não está em contradicção com tal ideia, sendo mesmo uma de suas illustrações mais brilhantes. Mas aqui é preciso notar o seguinte: a possibilidade da influencia social do individuo, condicionada pela organização da sociedade, abre as portas à influencia das chamadas *casualidades* sobre o destino historico dos povos. A luxuria de Luis XV era uma consequencia necessaria do estado de seu organismo. Mas esse estado, no que se refere ao curso do desenvolvimento da França, era *casual*. Entretanto, como já dissemos, não deixou de exercer sua influencia sobre o destino ulterior da França e, por isso, figura entre as causas que condicionaram este destino. A morte de Mirabeau obedeceu naturalmente a processos patologicos perfeitamente regulares. Mas a necessidade destes processos não provinha, em absoluto, do curso geral do desenvolvimento da França, mas de algumas peculiaridades do organismo do famoso orador e das condições fisicas em que se produziu o contagio. No que se refere ao curso geral do desenvolvimento da França, estas particularidades e estas condições são *casuais*. A morte de Mirabeau, entretanto, influíu na marcha ulterior da revolução e inclui-se nas causas que a condicionaram. Mais surpreendente ainda é a obra da casualidade no exemplo de Frederico II, atrás citado, o qual se livrou de uma situação embaraçosa graças unicamente à indecisão de Buturlin. Citar Buturlin, mesmo para o curso geral do desenvolvimento da Russia, podia ser casual no sentido que attribuímos a esta palavra e nada teria a ver com o curso geral do desenvolvimento da Prussia. Ao contrario, não é infundada a hipotese

de que a indecisão de Buturlin salvou Frederico de uma situação desesperada. Se, no lugar de Buturlin, estivesse Suvoróv, a Historia da Prussia teira talvez tomado outro rumo. Daí se conclue que a sorte dos Estados depende, às vezes, de casualidades que poderíamos chamar *casualidades de segundo grau*. Hegel dizia: *In allem Endlichen ist ein Element des Zufälligen* (Em todo infinito existe um elemento casual). Na ciencia, defrontamo-nos unicamente com o "finito"; por isso, pode-se dizer que em todos os processos que ela estuda existe um elemento casual. Exclue-se por isso a possibilidade do conhecimento científico dos fenomenos? Não. *A casualidade é algo relativo*. Não aparece não no ponto de intersecção dos processos *necessarios*. O aparecimento dos europeus na America foi, para os habitantes do Mexico e do Perú, uma *casualidade* no sentido de que não surgia do desenvolvimento social de tais paises. Mas não era uma casualidade a paixão pela navegação, que se havia apoderado dos europeus do Occidente nos fins da Idade Media; não foi casual o facto de que a força dos europeus tenha vencido facilmente a resistencia dos indigenas. As consequencias da conquista do Mexico e do Perú pelos europeus não foram tão pouco devidas à casualidade; no fim de contas, estas consequencias eram a *resultante* de duas forças: a situação economica dos paises conquistados, por um lado, e a situação economica dos conquistadores, por outro. E estas forças, assim como sua resultante, podem muito bem ser objeto de um estudo científico rigoroso. As contingencias da Guerra dos Sete Anos exerceram grande influencia na Historia ulterior da Prussia. Mas esta influencia teria sido completamente outra se tais contingencias tivessem ocorrido noutra fase de seu desenvolvimento.

As consequências das casualidades também aqui se definiram pela resultante de duas forças: por um lado, o estado político e social da Prússia, e por outro a situação política e social dos Estados europeus que exerciam influência sobre ela. Em consequência, também aqui a casualidade não impede absolutamente o estudo científico dos fenômenos. Sabemos, agora, que os indivíduos exercem, frequentemente, grande influência sobre o destino da sociedade, mas esta influência é determinada pela estrutura interna daquela e por suas relações com outras sociedades. Mas, com isto, não se encerra a questão do papel do indivíduo na História. Devemos abordar-lo ainda noutro de seus aspectos. Sainte-Beuve pensava que, ante um número suficiente de causas pequenas e obscuras do gênero daquelas por ele indicadas, a Revolução Francesa poderia ter tido um epílogo *contrário* ao que conhecemos. Isto é um grande erro. Qualquer que tivesse sido a combinação de pequenas causas psicológicas e fisiológicas em caso algum teriam eliminado as grandes necessidades sociais que engendraram a Revolução Francesa; e enquanto estas necessidades não tivessem sido satisfeitas não cessaria, na França, o movimento revolucionário. Para que o resultado tivesse sido contrário ao que foi na realidade, só se fossem substituídas essas necessidades por outras opostas: o que, naturalmente, nunca estaria em condições de realizar qualquer combinação de pequenas causas. As causas da Revolução Francesa residiam na natureza das *relações sociais* e as pequenas causas, supostas por Sainte-Beuve, poderiam residir unicamente nas *particularidades individuais* de diferentes pessoas. A causa última das relações sociais reside no estado das forças produtivas. Depende das particularidades individuais de diferentes

pessoas, unicamente no sentido de uma maior ou menor capacidade de tais indivíduos para impulsionar os aperfeiçoamentos técnicos, descobertas e inventos. Sainte-Beuve não tomou em consideração as particularidades deste gênero. Mas nenhuma outra particularidade assegura a pessoas determinadas o exercício de uma influência direta sobre o estado das forças produtivas, e, por conseguinte, sobre as relações sociais por elas determinadas, ou seja, sobre as *relações econômicas*. Quaisquer que sejam as particularidades de determinado indivíduo este não pode eliminar certas relações econômicas, quando as mesmas correspondem a determinado estado das forças produtivas. Mas as particularidades individuais da personalidade tornam-na mais ou menos aptas para satisfazer ou não as necessidades sociais que surgem em virtude das relações econômicas existentes. A necessidade social mais urgente da França dos fins do século XVIII consistia na substituição das velhas instituições políticas por outras que se harmonizassem mais com o novo regime econômico. Os homens públicos mais eminentes e úteis daquela época foram precisamente os mais capazes de contribuir para a satisfação dessa necessidade urgente. Suponhamos que esses homens públicos fossem Mirabeau, Robespierre e Bonaparte. Que teria acontecido se a morte prematura não tivesse eliminado Mirabeau da cena política? O partido da monarquia constitucional teria conservado por mais tempo esta destacada personalidade, e, pela mesma razão, sua resistência aos republicanos teria sido mais energética. Nada mais. Nenhum Mirabeau estava, então, em condições de impedir a vitória dos republicanos. A força de Mirabeau baseava-se integralmente na simpatia e na confiança do povo, e este aspi-

rava à Republica, porque a Côrte o irritava com sua obstinada defesa do velho regime. Se o povo tivesse a convicção de que Mirabeau não simpatizava com seus ideais republicanos, teria deixado de simpatizar com ele e, então, o grande orador teria perdido quase toda a influencia e, mais tarde, carria vitima do movimento que ele, inutilmente, se empenhava em deter. O mesmo se pode dizer de Robespierre. Admitamos que ele representava em seu partido uma força absolutamente insubstituível. Mas ele, em todo caso, não era a unica força. Se a queda casual de uma pedra o tivesse morto, suponhamos, em janeiro de 1793, seu posto teria sido ocupado naturalmente por outro, e, embora este outro tivesse sido inferior a ele em todos os sentidos, os acontecimentos, apesar de tudo, teriam tomado o mesmo rumo que tomaram com Robespierre. Assim, por exemplo, os girondinos, mesmo neste caso, não teriam evitado a derrota; mas suponha-se que o partido de Robespierre tivesse perdido o poder um pouco antes e desse modo, agora, não falaríamos da reação termidoriana, mas sim, da reação de floreal, prairial ou messidor. Talvez alguém objete que, com seu impiedoso terrorismo, Robespierre acelerou, em vez de retardar, a queda de seu partido. Não examinaremos aqui esta hipótese, mas admitiremos como se fosse bem fundamentada. Nesse caso, será necessario supor que a queda do partido de Robespierre não se teria produzido no termidor, mas em frutidor, vendimario ou brumario. Numa palavra, ter-se-ia produzido talvez antes ou depois, mas, em qualquer hipótese, ter-se-ia produzido infalivelmente, porque a camada do povo, na qual se apoiava este partido, não estava preparada em absoluto para manter-se no poder por muito tempo. Em todo

o caso, não se pode falar de resultados "contrarios" aos que se obtiveram graças à cooperação energica de Robespierre. Também não poderiam ser "contrarios" os resultados se uma balatuisse liquidado Bonaparte, por exemplo, na batalha de Arcole. O que este fez nas campanhas da Italia e nas demais expedições, poderiam te-lo feito também outros generais. Estes, talvez, não teriam revelado tanto talento como aquele, nem obtido victorias tão brilhantes. Mas, apesar disso, a Republica Francesa teria saído victoriosa nas suas guerras, porque seus soldados eram, naquele tempo, incomparavelmente melhores do que todos os soldados europeus. Mas, no que se refere ao 18 brumario e à sua influencia sobre a vida interior da França, também aqui a marcha geral e, provavelmente, o desenlace dos acontecimentos teriam sido, no fundo, os mesmos que sob Napoleão. A Republica, ferida de morte a 9 termidor, agonizava lentamente. O Directorio não podia restabelecer a ordem, que era, acima de tudo, o que a burguesia aspirava, uma vez livre da dominação dos Estados superiores. Para restabelecer a ordem fazia falta uma *boa espada* de acordo com a expressão de Sieyès. A principio, pensouse que este papel redentor seria desempenhado pelo general Jourdan, mas, tendo ele morrido nas proximidades de Novi, começaram a aparecer os nomes de Moreau, MacDonald e Bernadotte (25). Começou-se a falar de Bonaparte mais tarde, e, se ele tivesse morrido como Jourdan, nem sequer se teria falado dele, e ter-se-ia recorrido a qualquer outra "espada". Compreende-se que o homem chamado pelos acontecimentos a desempenhar o papel de ditador teve que abrir caminho infatigavelmente para o poder deixando de lado e esmagado, implacavelmente, a todos os

que eram para ele um estorvo. Bonaparte possuía uma energia de ferro e não se detinha diante de coisa alguma para colimar o fim. Mas ele não era, então, o único egoísta cheio de energia, de talento e de ambição. O posto, que chegou a ocupar, não tivesse ficado vazio. Suponhamos, agora, que outro general, que tivesse alcançado este posto, tivesse sido mais pacífico do que Napoleão, que não tivesse chegado a levantar contra ele toda a Europa e, portanto, tivesse morrido nas Tulherias e não na ilha de Santa Helena. Neste caso, os Bourbons jamais teriam voltado à França; para eles, naturalmente, esse resultado seria *contrário ao que se obteve na realidade*. Mas, no que se refere a vida interna da França, ter-se-ia diferenciado pouco do resultado efetivo. "Uma boa espada", depois de restabelecer a ordem e assegurar o domínio da burguesia, não tardaria em aborrecer-se com os seus costumes de caserna e seu despotismo. Ter-se-ia iniciado um movimento liberal semelhante ao que se produziu durante a Restauração: a luta, pouco a pouco, ter-se-ia estendido e, como as "boas espadas" não se distinguem por seu caráter conciliador, é possível que o virtuoso Luís Felipe tivesse subido ao trono de seus parentes extremamente queridos, não em 1830, mas em 1820 ou em 1825. Todas essas mudanças no curso dos acontecimentos teriam podido influir, em parte, sobre a vida política ulterior e, através dela, sobre a futura vida econômica da Europa. O resultado final, contudo, do movimento revolucionário não teria sido, de nenhum modo, "contrário" ao resultado efetivo. Graças às particularidades de sua inteligência e caráter, as personalidades influentes podem fazer variar o *aspecto individual dos acontecimentos* e algumas de suas consequências *particulares*, mas

não podem fazer variar sua orientação geral, que é determinada por outras forças. VII — Além disso, é necessário fazer notar o seguinte: ao discorrer sobre o papel das grandes personalidades na História, somos vítimas quase que de certa ilusão ótica que convém indicar ao leitor. Ao executar seu papel de "boa espada" destinada a salvar a ordem social, Napoleão afastou do mesmo papel todos os demais generais, alguns dos quais, talvez, o tivessem desempenhado tão bem ou quase tão bem quanto ele. Uma vez satisfeita a necessidade social de um governante militar energético, a organização social barrou o caminho para o posto de governante militar a todos os demais talentos militares. Sua força converteu-se numa força desfavorável à revelação de outros talentos desse gênero. Graças a isso é que se tem a ilusão ótica a que antes nos referimos. A força pessoal de Napoleão apresentasse-nos numa forma extremamente exagerada, pois que atribuímos a ela toda a força social que a levou ao primeiro plano e a apoiava. Essa força apresentasse-nos como algo absolutamente excepcional, porque as demais forças idênticas a ela não se transformaram de *potenciais* em *reais*. E, quando nos perguntam que teria ocorrido se Napoleão não tivesse existido, nossa imaginação confunde-se e parece-nos que não se teria produzido, sem ele, todo o movimento social sobre o qual se apoiava sua força e sua influência. Na história do desenvolvimento intelectual da humanidade é muito raro o caso em que o êxito de um indivíduo impede o êxito de outro. Mas, mesmo neste caso, não nos livramos da referida ilusão ótica. Quando determinada situação na sociedade impõe aos seus representantes espirituais certas tarefas, estas tarefas atraem para si a atenção dos espíritos eminentes

até que estes consigam resolvê-las. Uma vez conseguida a solução, sua atenção se orienta para outros objetos. Depois de resolver um problema, o homem de talento "A" desvia a atenção do homem de talento "B" deste problema já resolvido para um outro. E, quando nos perguntam que teria sucedido se "A" tivesse morrido antes de ter resolvido o problema "X", imaginamos que o fio do desenvolvimento intelectual da sociedade se teria partido. Esqueçemo-nos de que, no caso de "A" morrer, "B", "C" ou "D" se encarregariam da solução do problema. E, desse modo, o fio do desenvolvimento intelectual, apesar da morte de "A", não se teria partido. Duas condições são necessárias para que um homem dotado de algum talento exerça, graças a essa qualidade, uma grande influência sobre o curso dos acontecimentos. É necessário, em primeiro lugar, que seu talento, em melhores condições que os demais, corresponda às necessidades sociais de sua época. Se Napoleão, em lugar do seu gênio militar, tivesse possuído o gênio musical de Beethoven, não teria chegado, naturalmente, a ser imperador. Em segundo lugar, o regime social vigente não deve barrar o caminho ao indivíduo dotado de um talento necessário e útil, justamente num determinado momento. O próprio Napoleão teria morrido como um general pouco conhecido ou com o nome de coronel *Buonaparte* se o velho regime tivesse durado, na França, mais 75 anos (26). Em 1789, Davout, Desaix, Marmont e Mac Donald eram sub-tenentes; Bernadotte, sargento-mór; Hoche, Marceau, Lefevre, Pichegru, Ney, Massena, Murat, Soult, sub-oficiais; Augereau, mestre de esgrima; Lannes, tintureiro; Gauvion-Saint Cyr, ator; Jourdan, repartidor; Bessieres, barbeiro; Brunne, tipografo; Joubert e Junot

eram estudantes da Faculdade de Direito; Kleber, arquiteto; Mortier, não entrou para o exercito até a Revolução (27). Se o velho regime continuasse existindo até hoje a nenhum de nós ocorreria pensar que, nos fins do seculo passado, na França, alguns atores, tipografos, barbeiros, tintureiros, advogados, distribuidores, e mestres de esgrima, eram gênios militares em potencia (28). Stendhal observa que um homem nascido no mesmo ano que Ticiano, ou, seja, em 1477, poderia ter sido contemporaneo de Rafael (morto em 1520) e de Leonardo da Vinci (morto em 1519) durante 40 anos; poderia ter passado muitos anos em companhia de Corregio (morto em 1534) e de Miguel Angelo, que viveu até 1563; não teria mais que 34 anos por ocasião da morte de Giorgione; poderia ter conhecido a Tintoreto, Bassano, Veronese, Julio Romano e Andrea del Sarto; numa palavra, teria sido contemporaneo de todos os famosos pintores, com exceção, apenas, dos que pertenceram à Escola de Bolonha, que apareceu um seculo mais tarde (29). Do mesmo modo pode-se dizer que o homem nascido no mesmo ano que Wouwerman poderia ter conhecido pessoalmente a quasi todos os grandes pintores da Holanda (30) e um homem da mesma idade que Shakespeare teria sido contemporaneo de toda uma pleiade de notaveis dramaturgos (31). Ha muito tempo que se fez a observação de que os talentos aparecem sempre e em todas as partes onde existem condições favoraveis para seu desenvolvimento. Isto significa que todo o talento que se manifestou efetivamente, ou, seja, todo o talento convertido em *força social* é fruto das *relações sociais*. Mas se isto é assim, compreende-se por que os homens de talento, como dissemos, só podem fazer variar o aspecto indi-

vidual e não a orientação geral dos acontecimentos; *eles mesmos existem graças unicamente a essa orientação*; se não fosse por isso, *nunca teriam cruzado o portal que separa o potencial do real*. Por aí se vê que existem talentos e talentos! "Quando uma nova etapa no desenvolvimento da civilização dá vida a um novo gênero de arte — diz, com razão Taine — aparecem dezenas de talentos que exprimem com deficiência o pensamento social, em torno a um ou dois genios que o exprimem com perfeição (32). Se causas mecanicas ou fisiologicas, desligadas do curso geral do desenvolvimento social, politico e intelectual da Italia, tivessem causado a morte de Rafael, Miguel Angelo e Leonardo da Vinci, em sua infancia, a arte pictorica italiana seria menos perfeita, mas a orientação geral de seu desenvolvimento, na epoca do Renascimento, continuaria sendo a mesma. Não foram Rafael, Leonardo da Vinci, nem Miguel Angelo, que criaram essa orientação: eles somente foram seus melhores representantes. E' verdade que em torno de um homem genial se forma geralmente toda uma escola, cujos discipulos tratam de imitar o mestre até em seus menores procedimentos: por isso, a lacuna que teriam deixado, com sua morte prematura, na arte italiana da epoca do Renascimento, Rafael, Miguel Angelo e Leonardo da Vinci, teria uma grande influencia sobre muitas particularidades secundarias da Historia futura da Arte italiana. Mas esta Historia não teria mudado com relação ao fundo, uma vez que não se tivesse produzido, em virtude a certas causas gerais, uma mudança fundamental no curso geral do desenvolvimento intelectual da Italia. E' sabido, contudo, que as diferenças quantitativas se transformam, finalmente, em qualitativas. Isto é certo sempre, e, portan-

to, tambem o é aplicado à Historia. Uma determinada corrente artistica pode não ter alcançado nenhuma manifestação notavel, se uma combinação de circunstancias desfavoraveis faz com que desapareçam um após outros os homens de talento que poderiam converter-se em seus representantes. Mas a morte prematura desses homens não impede a manifestação artistica dessa corrente a não ser quando não é suficientemente profunda para revelar novos talentos. E como a profundidade de uma qualquer corrente, tanto na literatura como na arte, é determinada pela importancia que tem para a classe ou camada social cujas preferencias exprime, e pelo papel social que tem esta classe ou camada, aqui tambem depende, tudo, em ultima instancia, do curso do desenvolvimento social e da correlação das forças sociais. VIII — Assim, pois, as particularidades individuais das personalidades eminentes determinam o aspecto individual dos acontecimentos historicos e o elemento casual, no sentido indicado por nós, desempenha sempre certo papel no curso destes acontecimentos, cuja orientação é determinada, em ultima instancia, pelas chamadas causas gerais, quer dizer, é determinada, de facto, pelo desenvolvimento das forças produtivas e pelas relações mutuas entre os homens no processo economico-social da produção. Os fenomenos casuais e as particularidades individuais das personalidades destacadas são incomparavelmente mais evidentes que as causas gerais profundamente arraigadas. Os homens do seculo XVIII pensavam muito pouco nestas causas gerais, ao explicarem a Historia como resultado dos atos conscientes e das "paixões" das personalidades historicas. Os filosofos desse seculo afirmavam que a Historia poderia marchar por caminhos totalmente diferentes sob a in-

fluencia das causas mais insignificantes, como, por exemplo, em virtude de um "átomo" qualquer na cabeça de qualquer governante, começar a fazer das suas (essa opinião aparece mais de uma vez no *Systeme de la Nature*). Os defensores da nova orientação na ciência histórica dedicaram-se a demonstrar que a História não podia seguir um rumo diferente do que na realidade tem seguido. Tratando de fazer ressaltar o mais possível a ação das causas gerais, eles davam pouca importância às particularidades individuais das personagens históricas. E resultava disso que a substituição de uma personalidade por outra, mais ou menos capaz, não modificava em nada os acontecimentos históricos (33). Mas, uma vez admitida semelhante hipótese, somos obrigados a reconhecer que o elemento individual não tem *absolutamente nenhuma importância na História* e tudo nela se reduz à ação das causas gerais, das leis gerais do movimento histórico. Era um exagero que não deixava lugar sequer à partícula de verdade contida na concepção oposta. Por esta razão, precisamente, a concepção oposta continuava conservando certo direito à existência. O choque dessas duas concepções adquiriu a forma de uma antinomia, da qual uma das partes representava as leis gerais e a outra a ação das personalidades. Do ponto de vista do segundo aspecto desta antinomia, a História aparecia como uma simples concatenação de casualidades; do outro ponto de vista, parecia que até mesmo os detalhes individuais dos acontecimentos históricos obedeciam à ação das causas gerais. Mas, se os detalhes individuais dos acontecimentos se devem à influência das causas gerais e não dependem das particularidades individuais das personalidades históricas, conclui-se que esses traços são deter-

minados pelas causas gerais e não podem ser alterados por mais que se modifiquem as personagens. A teoria adquire, assim, um caráter *fatalista*. Isto não fugiu à atenção de seus adversários. Sainte-Beuve comparou as concepções históricas de Mignet com as de Bossuet. Este pensava que a força que engendra os acontecimentos históricos emana do céu, que os acontecimentos são uma expressão da vontade divina. Mignet procurava esta força nas paixões humanas, que se manifestam nos acontecimentos históricos com toda a inexorabilidade das forças da natureza. Mas tanto um como outro interpretavam a História como uma cadeia de fenômenos que, em nenhum caso, poderiam ser diferentes do que foram: os dois eram fatalistas; neste sentido, o filósofo aproxima-se do sacerdote (*le philosophe se rapproche du prêtre*). Essa crítica era justa até o ponto em que a concepção da regularidade dos acontecimentos históricos considerasse nula a influência que sobre eles exercem as particularidades individuais das personalidades históricas. E essa crítica deveria produzir impressão tanto mais forte, porquanto os historiadores da nova escola, como os historiadores e filósofos do século XVIII, consideravam a *natureza humana* a fonte suprema da qual partiam e à qual obedeciam *todas as causas gerais* do movimento histórico. Como a Revolução Francesa tinha demonstrado que os acontecimentos históricos não estão condicionados unicamente pelas ações *conscientes* dos homens. Mignet, Guizot e outros sábios da mesma orientação colocavam em primeiro plano a ação das paixões, as quais frequentemente repelem todo controle da consciência. Mas, se as paixões são a causa última e mais geral dos acontecimentos históricos, porque não tem razão Sainte-Beuve

quando afirma que a Revolução Francesa poderia ter um desenlace contrário ao que conhecemos, se se tivessem encontrado homens capazes de inculcar ao povo francês paixões diferentes daquelas que o agitavam? Mignet responderia: Porque, dadas as propriedades da natureza humana, não podiam agitar, naquela epoca, aos franceses, outras paixões. Em certo sentido, seria verdade. Mas esta verdade teria um pronunciado caráter fatalista, já que seria equivalente à tese segundo a qual a História da humanidade, em todos os seus detalhes, está predeterminada pelas propriedades gerais da natureza humana. O fatalismo seria consequência da diluição do *individual* no *geral*. Comumente, o fatalismo é sempre a consequência dessa diluição. Diz-se que, "se todos os fenomenos sociais são necessarios, nossa atividade não pode ter nenhuma importancia". Esta é uma formulação errônea de um pensamento certo. Deve-se dizer: se tudo se faz subordinado ao *geral*, então o *individual*, inclusive meus proprios esforços, não tem nenhuma importancia. Essa conclusão é exata, mas não é utilizada corretamente. Não tem nenhum sentido aplicado à moderna interpretação materialista da História, na qual cabe também o *individual*, mas era baseada na aplicação às concepções dos historiadores franceses da epoca da Restauração. Já não é possível, atualmente, considerar a natureza humana como a causa ultima e mais geral do movimento historico, se é constante, não pode explicar o curso extremamente variavel da História, e, se varia, é evidente que suas mudanças estão condicionadas pelo movimento historico. É necessario reconhecer que, atualmente, a causa ultima e mais geral do movimento historico é o desenvolvimento das forças produtivas que são as que deter-

minam as mudanças sucessivas nas relações sociais dos homens. Ao lado desta causa *geral* operam causas *particulares*, isto é, a *situação historica* sob a qual se verifica o desenvolvimento das forças produtivas de um povo, e que, por sua vez e em ultima instancia, foi criada pelo desenvolvimento dessas mesmas forças noutros povos, ou, seja, pela mesma causa geral. Por ultimo, a influencia das causas *particulares* é completada pelas causas singulares, isto é, pelas particularidades individuais dos homens publicos e por outras "casualidades", em virtude das quais os acontecimentos adquirem, no fim de contas, seu *aspecto individual*. As causas singulares não podem originar mudanças radicais na ação das causas *gerais* e *particulares*, as quais, por outro lado, condicionam a orientação e os limites da influencia das causas singulares. Mas é indubitavel, contudo, que a História teria tomado outro aspecto se as causas singulares, que exercem influencia sobre ela, fossem substituidas por outras causas da mesma ordem. Monod e Lamprecht continuam mantendo-se no ponto de vista da natureza humana. Mais de uma vez, Lamprecht declarou categoricamente que, segundo sua opinião, a psicologia social constitue a causa principal dos fenomenos historicos. É um erro grave, em virtude do qual o desejo louvavel em si de ter em conta todo o conjunto da vida social não pode conduzir sinão a um ecleticismo sem conteudo ainda que cheio de elementos, ou ainda — entre os mais consequentes — aos racocinios de Kablitz sobre a importancia relativa da inteligencia e do sentimento. Mas voltemos ao nosso tema. O grande homem é-o, não porque suas particularidades individuais imprimam uma fisionomia individual aos grandes acontecimentos historicos. mas

porque está dotado de particularidades que o fazem mais capaz de servir às grandes necessidades sociais de sua época, necessidades que surgiram sob a influência de causas gerais e particularidades. Carlyle, na sua conhecida obra sobre os heróis, dá-lhes o nome de *iniciadores* (*beginners*). É um nome muito acertado. O grande homem é, precisamente, um iniciador porque vê *mais longe* que os outros e deseja *mais fortemente* que os outros. Resolve os problemas científicos colocados a seu tempo pelo curso anterior do desenvolvimento intelectual da sociedade; assinala as novas necessidades sociais, criadas pelo anterior desenvolvimento das relações sociais; toma a iniciativa de satisfazer essas necessidades. É um herói. Não no sentido de que pode deter ou modificar o curso natural das coisas, mas no sentido de que sua atividade constitui uma expressão constante e livre desse curso necessário e inconsciente. Nisso reside toda sua importância e toda sua força. Mas essa importância é colossal, e essa força é tremenda. Bismarck dizia que nós não podemos fazer a História mas que devemos esperar que ela se faça. Mas quem é que faz a História? Ela é feita pelo *ser social*, que é seu "*factor*" *único*. O ser social cria, ele mesmo, suas relações, isto é, as relações sociais. Mas, se, num momento dado, ele cria precisamente tais relações e não outras, isto não se fará, naturalmente, sem uma causa e razão; deve-se isso ao estado das forças produtivas. Nenhum grande homem pode impor à sociedade relações que já não correspondem ao estado das forças produtivas ou que ainda não correspondem a ele. Neste sentido, ele não pode efetivamente fazer a História e, neste caso, seria inútil que adiantasse os ponteiros de seu relógio: não aceleraria a marcha do tempo, nem o faria retroceder. Nisto

tem plena razão Lamprecht: mesmo quando se encontrava no apogeu de seu poderio, Bismarck não teria podido fazer retroceder a Alemanha à economia natural. As relações sociais têm sua lógica: desde que os homens se encontrem em determinadas relações mutuas, eles necessariamente sentirão, pensarão e agirão assim e não de modo diferente. Seria inútil que uma personalidade eminente se empenhasse em lutar contra esta lógica: a marcha natural das coisas (ou seja, a própria lógica das relações sociais) reduziria a nada os seus esforços. Mas se eu sei em que sentido se modificam as relações sociais, em virtude de determinadas mudanças no processo social e econômico da produção, sei também em que sentido se modificará, por sua vez, a psicologia social; por conseguinte, tenho a possibilidade de influenciar sobre ela. Influir sobre a psicologia social é influir sobre os acontecimentos históricos. Pode-se afirmar, portanto, que, em certo sentido, *eu posso*, apesar de tudo, *fazer a História* e não tenho necessidade de esperar até que a História "se faça". Monod supõe que os acontecimentos e os indivíduos verdadeiramente importantes na História o são unicamente como índices e símbolos do desenvolvimento das instituições e das condições econômicas. É um pensamento acertado, embora esteja expresso em forma muito imprecisa. Mas precisamente porque é um pensamento acertado, não há justificação para se opor a atividade dos grandes homens *ao movimento lento* das tais condições e instituições. A modificação mais ou menos lenta das "condições econômicas" coloca periodicamente a sociedade ante a necessidade de reformar, com maior ou menor rapidez, suas instituições. Esta reforma jamais se produz "espontaneamente"; exige sempre a interven-

ção dos homens, para os quais surgem, deste modo, grandes problemas sociais. E são chamados grandes homens precisamente aqueles que, mais que quaisquer outros, contribuem para a solução de tais problemas. Pois bem, *resolver um problema* não significa ser unicamente "símbolo" e "índice" do que foi resolvido. Parece-nos que Monod opôs um ao outro estes dois pontos de vista sobretudo porque gostou da simpática palavrinha "lentos". E' uma palavrinha preferida por muitos evolucionistas contemporâneos. Do ponto de vista *psicológico* esta preferência se compreende: nasce *necessariamente* no ambiente bem intencionado da moderação e da pontualidade... Mas, *do ponto de vista da logica*, não resiste à critica, como o demonstrou Hegel. E não são somente os "iniciadores", os "grandes" homens, os que têm aberto diante de si um largo campo de ação, mas todos os que têm olhos para ver, ouvidos para ouvir, e coração para amar a seu proximo. O conceito de *grande* é relativo. No sentido moral, é grande todo aquele que, como diz a expressão evangelica, "sacrifica sua vida pelo proximo".

PLERRÂNOV

(1) Kablitz — (1848-1893) escritor e militante do movimento populista da Rússia (N.R.).

(2) O autor refere-se a Mirraïlovski (N.R.).

(3) Tal conjugação do materialismo com o dogmatismo religioso surpreenderia muito um francês do século VIII. Mas, na Inglaterra, ninguém a estranhava. Priestley mesmo era muito religioso: cada povo com seus costumes.

(4) Lanson: *Historia da literatura francesa*.

(5) Sabe-se que, segundo a doutrina de Calvino, todas as ações dos

homens são determinadas por Deus. *Prædestinationem vocamus æternum Dei decretum quo apud se constitutum habuit, quid de unoquoque homine fieri valet.* (*Institutio*, lib. III, cap. 5). De acordo com essa doutrina, Deus elege alguns de seus servidores para que libertem os povos injustamente oprimidos. Assim o foi Moisés, o libertador do povo israelita. Tudo indica que também Cromwell se considerava um instrumento de Deus; dizia sempre, e com segurança e sincera convicção, que suas ações eram fruto da vontade de Deus. Todas essas ações tinham *antecipadamente*, para ele, o caráter de uma *necessidade*. Isto não só não o impedia de aspirar uma vitória após outra, como incutia a esta aspiração uma força indomável.

(6) *C'est comme si l'aiguille aimantée prenait plaisir de se tourner indépendamment de quelque autre ne s'apercevant pas des mouvements insensibles de la matière magnétique*. — Leibnitz, *Theodicæ*, Lausanne, MDCCLX, pag. 598). Tradução: "E' como se a agulha imantada sentisse prazer em apontar para o norte, supondo que girava independentemente de qualquer outra causa, não percebendo os movimentos insensíveis da materia magnetica".

(7) Belinski (1811-1848) — Grande escritor e crítico russo (N.R.).

(8) Alusão ao conto de Turguêniév *O Hamlet da comuna de Chigrov* (N. R.).

(9) Citaremos mais um exemplo que revela a força dos sentimentos de pessoas desta categoria. A duquesa de Ferrara, Renée (da casa reinante de Luis XII) diz, numa carta dirigida a Calvino, seu mestre: "Não, não esqueci o que me haveis escrito: David votava um odio de morte aos inimigos de Deus; e eu mesma jamais deixarei de agir de forma identica,

pois se eu soubesse que o rei, meu pai e a rainha, minha mãe, que o senhor meu defunto marido (*feu monsieur mon mari*) e todos os meus filhos são amaldiçoados de Deus, odia-los-ia com odio mortal e desejaria que fossem parar no inferno", etc. De que energia indomita são capazes pessoas animadas de tais pensamentos! Pois bem, essas pessoas negavam o livre arbitrio.

(10) Nome que os marxistas tinham na literatura legal russa de fins do seculo XIX, pois a censura tsarista não permitia o uso das palavras: marxismo, socialismo, etc. (N.R.).

(11) *Die Notwendigkeit wird nicht dadurch zur Freiheit, dass sie verschwindet, sondern dass nur ihre noch innere Identität manifestiert wird.* Hegel — A ciencia da Logica, 1816.

(12) O proprio Hegel diz, no outro lugar, *Die Freiheit ist dies, Nichts zu wollen als sich.*

(13) O mesmo Karéiev adiantou-se-nos na aspiração à síntese. Mas, desgraçadamente, não foi além do reconhecimento da verdade de que o homem se compõe de corpo e alma.

(14) Tinhamos e teremos em conta o seu artigo: *Der Ausgang des geschichtswissenschaftlichen Kampfes, Die ukunft*, 1897, numero 41, sem referir-nos a outros artigos historicos-filosoficos de Lamprecht.

(15) Veja-se: *Oeuvres complètes de l'abbé de Mably*, Londres, 1783, tomo IV, pag. 2, 14-22, 24, e 192.

(16) Ob. cit., pag. 10.

(17) Compare-se a primeira carta sobre a *Historia de França* com o *Essai sur le genre dramatique sérieux*, inserto no primeiro tomo das obras completas de Beaumarchais.

(18) Chateaubriand — *Obras Completas*, t. VII, pag. 58, Paris,

1840. Recomendamos tambem ao leitor a leitura atenta da pagina seguinte; poderia pensar-se que foi escrita pelo Sr. N. Mirrailovski.

(19) Veja-se *Considérations sur l'histoire de France*, suplemento de *Récits des temps mérovingiens*, Paris, 1840, pag. 72.

(20) No artigo dedicado à terceira edição da *Historia da Revolução Francesa*, de Mignet, Sainte-Beuve caracterizava da seguinte maneira a attitude deste historiador acerca das personalidades: "*À la vue des vastes et profondes émotions populaires qu'il avait à decire au spectacle de l'impuissance et du neant ou tombent les plus sublimes génies, les vertus les plus saintes, alors que les masses se soulèvent, il s'est pri de pitié pour les individus, n'a vu en eux, pris isolément, que faiblesse et ne leur a reconnu d'action efficace, que dans leur union avec la multitude*".

(21) Outros dizem que a culpa não foi de Soubise mas de Broglie que não esperou seu companheiro para não repartir com ele os laureis da victoria. Mas isto não tem para nós nenhuma importancia já que em nada muda o fundo da questão.

(22) *Histoire de France*, 4ª edição, t. IV, pags. 520-521.

(23) Veja-se *Mémoires de Madame du Haliffet*, Paris, 1824, página 181.

(24) Veja-se — *Lettres de la Marquise de Pompadour*, t. I, Londres, 1772.

(25) Veja-se *La vie en France sous le premier Empire*, par le vicomte de Broc, pags. 35, 36 e seguintes, Paris, 1895.

(26) E' possivel que Napoleão tivesse ido para a Russia para onde, alguns anos antes da Revolução, tinha intenção de se dirigir. Teria alcançado honrarias seguramente, combatendo contra os turcos ou contra

os montanhese do Caucaso, mas a ninguém ocorreria que esse oficial pobre, embora talentoso, pudesse, em circunstancias favoraveis, chegar a ser o dono do mundo.

(27) Veja-se *Histoire de France*, de V. Duruy, tomo II, pags. 524-525, Paris, 1893.

(28) Durante o reinado de Luis XV, só um dos representantes do Terceiro Estado, Chevert, pôde chegar à categoria de tenente-general. Sob Luis XVI, a carreira militar era ainda mais difficil para o Terceiro Estado. Ver: Rambeaud, *Histoire de la Civilisation Française*, 6.^a edição, tomo II, pag. 226.

(29) *Histoire de la Peinture en Italie*, pags. 23-25, Paris, 1899.

(30) Em 1608, nasceram Terburg, Brawer, e Rembrandt; em 1610, Adriano Van Ostade e Ferdinand Boll; em 1615, Van-der-Holst e Gerard Dov; em 1620, Werniks, Everdingon e Painaker; em 1624, Berhen; em 1629, Johan Steen; em

1630, Ruisdael e Metsu; em 1637, Van-der-Haiden; em 1638, Hobbe-ma; em 1639, Adrian Van der Vel-den.

(31) Shakespeare, Beaumont, Fletcher, Johnson, Webster, Messanger, Ford, Middleton e Heywood, apparecidos ao mesmo tempo ou um logo após o outro, representam a nova geração que, graças à sua situação favoravel, floresceu magnificamente sobre o terreno preparado pelos esforços da geração anterior. (Taine, *Histoire de la littérature anglaise*, t. I, pag. 468, Paris, 1863)

(32) Taine, obra cit., t. I, pagina 5, Paris, 1863.

(33) Isso se verificava quando se punham a discurrir sobre a regularidade dos acontecimentos historicos. Ao contrario, quando alguns deles relatavam simplesmente os acontecimentos, occorria com frequencia que attribuiam ao elemento pessoal uma importancia exagerada. Mas, o que nos interessa, agora, não são seus relatos, mas seus julgamentos.

NÚMEROS ATRASADOS DE "DIVULGAÇÃO MARXISTA"

Encontram-se nas livrarias ou na

EDITORIAL CALVINO LIMITADA

Avenida 28 de Setembro, 174 — Rio — Tel. 28-6752

Atende-se pelo Serviço de Recbôlso Postal

Número em circulação — Cr0 5,00
Assinatura semestral — Cr\$ 50,00

Número atrasado — Cr\$ 8,00
Assinatura anual — Cr\$ 100,00

O Pensamento de Marx



“Ao chegarem a determinada fase de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade chocam-se com as condições de produção existentes ou com o que não é senão a expressão jurídica disso, com as relações de propriedade dentro das quais se moveram até aí. De formas de desenvolvimento das forças produtivas essas relações convertem-se em seus obstáculos. E abre-se, assim, uma época de revolução social. Ao mudar a base econômica, transforma-se, mais ou menos rapidamente, toda a imensa superestrutura sobre ela erguida.” (Marx — *Contribuição à crítica da economia política*, Obras Escolhidas, pág. 399. Barcelona, 1938.)

A contradição entre o caráter social do trabalho e a forma capitalista privada da apropriação exprime-se nas crises periódicas. *As crises, escreveu Marx, são a expressão das contradições absolutas do regime capitalista.*

No mercado capitalista, vemos uma massa de mercadorias das mais diversas. À primeira vista, parece que nenhuma delas tenha nada de comum com as demais, já que encerram diversos valores de uso. Por mais que as diversas mercadorias se diferenciem entre si, todas elas têm, contudo, alguma coisa comum que lhes permite serem trocadas umas pelas outras. E o comum, o essencial de todas elas é o valor, o trabalho invertido em sua produção.

“O trabalho, diz Marx, é que faz que as diversas mercadorias sejam iguais, sua unidade, sua essência, o fundamento interno do respectivo valor”. (Marx — *Teoria da mais valia*, tomo III, pág. 107, ed. russa.)

“E assim como na vida privada se distingue entre o que um homem pensa e diz de si mesmo e o que realmente é e faz, nas lutas históricas precisa-se distinguir, antes de mais nada, as frases e as formas dos partidos do seu organismo real e dos seus interesses reais, entre o que imaginam ser e o que em verdade são.” (Marx — *18 Brumário*, pág. 49 — Vitória, 1946.)

Responda, si Puder...

A fim de exercitar a memória dos nossos leitores e permitir-lhes a verificação, por eles próprios, do seu grau de adiantamento em relação às teorias marxistas, em cada número desta revista publicaremos 10 perguntas relacionadas com o assunto, as quais, além de respondidas individualmente, deverão ser feitas, também, aos amigos mais próximos no intuito de se ampliar, tanto quanto possível, o interesse pelos estudos sociais. As perguntas feitas num número serão sempre respondidas no número que se indicar de **DIVULGAÇÃO MARXISTA**, de modo a que os interessados possam controlar realmente seus conhecimentos. Incluiremos nessas relações, com o maior prazer, quaisquer perguntas que nos queiram fazer os leitores, dando-lhes as respostas na forma do costume sem citar nomes. Redija, portanto, suas perguntas e aguarde, confiante nossa resposta, num dos próximos números desta revista.

PERGUNTAS

1. A moral judaica é superior à moral cristã?
2. A URSS é imperialista?
3. Que é democracia?
4. Os comunistas defendem os métodos violentos?
5. Qual a concepção de Stálin sobre o problema nacional?
6. Qual o método soviético da industrialização?
7. Qual a importância da Economia Política marxista?
8. Têm caráter de classe as escolas econômicas?
9. Indique as diferenças entre os socialismos pequeno-burguês e proletário.
10. A pena de morte é anti-cristã?

Estas perguntas serão respondidas no número 11 desta Revista, de 1-12-1946.



RESPOSTAS ÀS PERGUNTAS DO N. 5, DE 1-9-1946

1. A economia política exprime uma economia anárquica? — Vide pág. 53 desta revista; 2. Que é socialismo? — Vide pág. 61; 3. Por que a burguesia crê em Deus? — Vide pág. 7; 4. Quem foram os decembristas? — Vide pág. 71; 5. O divórcio é incompatível com a família? — Vide pág. 74; 6. Que são deslocamentos de classes? — Vide pág. 31; 7. O trotskismo sempre foi igual? — Vide pág. 81; 8. Que significa a nacionalização do Banco da Inglaterra? — Vide pág. 33; 9. Qual a posição da América Latina no mundo? — Vide pág. 77, do n. 7, de 1-10-46, desta revista; 10. Qual o papel do indivíduo na História? — Vide página 101.

DIVULGAÇÃO MARXISTA

Redação e Administração: AVENIDA 23 DE SETEMBRO, 174

★

RIO DE JANEIRO

CAMPANHA DE ASSINATURAS

Honra-nos sobremaneira possuir o nome de V.S. entre os assinantes de nossa revista.

Infelizmente, a grande maioria do povo brasileiro não compreendeu ainda a vantagem de nos familiarizarmos com o marxismo, ciência eminentemente criadora, porque é um guia formidável de ação, plenamente vitorioso hoje em dia. Nega-lo é um absurdo; ignora-lo, um crime. Mas a verdade ainda assusta a maioria. É mais fácil, muito mais comodo, ceder diante do preconceito e da intolerância, irmãos gêmeos da ignorância, do que mudar honestamente de ideias preconcebidas.

Nossa responsabilidade de editores conscientes, diante da resistência de uma grande, da maioria mesmo da parte alfabetizada do nosso povo, agiganta-se e julgamos nosso dever de brasileiros patriotas lutar redobradamente afim de rompermos a treva e esclarecer o povo, digno de melhor sorte.

Convencidos de que V.S. pensa como nós, de que só poderemos resolver nossos problemas sociais dando a maior parte a maior consciencia possível de direitos e deveres, é que tomamos a liberdade de apelar para os seus prestimos, no sentido de que V.S. nos ajude a ampliar tanto quanto possível, e imediatamente, o quadro de nossos assinantes, para o que lhe enviamos 3 cupões, que V.S., acreditamos, preencherá facilmente com os nomes e endereços de amigos seus ou simples pessoas de suas relações honestamente interessadas em estudar o marxismo.

Alem das assinaturas anual e semestral, criamos igualmente a trimestral (6 numeros, Cr\$ 25,00), destinada a atingir a uma classe de leitores de poder aquisitivo mais baixo.

Certos de que V.S. não nos negará seu decidido apoio nesta campanha de assinaturas, que interessa mais ao Brasil do que a qualquer de nós individualmente, firmamo-nos desde já muito gratos pela devolução dos 3 cupões devidamente preenchidos,

atenciosamente

ÚLTIMAS EDIÇÕES

HISTÓRIA DO SOCIALISMO E DAS LUTAS SOCIAIS, por Max Beer, 2 vols. Preço de cada volume Cr\$25,00

PRINCÍPIOS DE ECONOMIA POLITICA, por Lapidus e Ostrovitianov, 2 vols. Preço de cada vol. Cr\$25,00

LENINE, SUA VIDA E SUA OBRA, por D. S. Mirski Cr\$25,00

CARLOS MARX, SUA VIDA E SUA OBRA, por Max Beer (Com um resumo d'O CAPITAL) .. Cr\$25,00

A QUESTÃO SOCIAL E OS CRISTÃOS SOCIAIS, por Lisandro de la Torre Cr\$25,00

TRES PRINCÍPIOS DO POVO, por Sun Yat Sen Cr\$25,00

A ORIGEM DA FAMÍLIA, DA PROPRIEDADE PRIVADA E DO ESTADO, por F. Engels (Como Apêndice, "O Código Soviético da Família") Cr\$25,00

ANTI-DUHRING, por Frederico Engels Cr\$30,00

CAUSAS ECONÔMICAS DA REVOLUÇÃO RUSSA, por M. N. Pokrovski (Como Apêndice, "Preço, Salário e Lucro", por Marx) Cr\$25,00

URSS, UMA NOVA CIVILIZAÇÃO, por Sidney e Beatrice Webb, 5 vols. Preço de cada volume Cr\$25,00

A MEDICINA NA RUSSIA SOVIÉTICA, pelo Dr. Lelio Zeno .. Cr\$25,00

O GÊNIO DA REVOLUÇÃO PROLETÁRIA, pelo Instituto M. E. L., de Moscou Cr\$25,00

DEMOCRACIA DE HOJE E DE AMANHÃ, por Edvard Benes .. Cr\$25,00

TRECHOS ESCOLHIDOS DE MARX, ENGELS, LENINE E STALIN SOBRE LITERATURA E ARTE, por Jean Freville Cr\$25,00

TRECHOS ESCOLHIDOS DE MARX SOBRE FILOSOFIA, seleção de J. Duret Cr\$25,00

TRECHOS ESCOLHIDOS DE MARX SOBRE ECONOMIA POLITICA, seleção de P. Y. Nizan Cr\$25,00

O PODER SOVIÉTICO, pelo Deão de Canterbury Cr\$25,00

O CRISTIANISMO E A NOVA ORDEM SOCIAL NA RUSSIA, pelo Deão de Canterbury Cr\$25,00

MISSÃO EM MOSCOU, por Joseph E. Davies Cr\$25,00

MISSÃO EM TÓQUIO, por Joseph C. Grew Cr\$30,00

DEZ DIAS QUE ABALARAM O MUNDO, por John Reed Cr\$25,00

SANTA RUSSIA, por Mauricio Hindus Cr\$30,00

O SEGREDO DA RESISTÊNCIA RUSSA, por Mauricio Hindus .. Cr\$25,00

A RUSSIA ESMAGARA O JAPÃO, por Mauricio Hindus Cr\$25,00

A RUSSIA NA PAZ E NA GUERRA, de Anna Louise Strong .. Cr\$25,00

A CHINA LUTA PELA LIBERDADE, de Anna Louise Strong .. Cr\$25,00

RIO SELVAGEM (Romance da construção socialista), de Anna Louise Strong Cr\$25,00

ENTRE DOIS MUNDOS, memórias de Anna Louise Strong Cr\$30,00

ASIA SOVIÉTICA, por Davies & Stelger Cr\$25,00

A VERDADE SOBRE A RELIGIÃO NA RUSSIA, pelo Patriarca Sergio e outros Cr\$25,00

STALIN, por Emil Ludwig .. Cr\$25,00

PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA NA UNIÃO SOVIÉTICA, pela Dra. Ester Conus .. Cr\$25,00

A QUESTÃO AGRÁRIA, por V. I. Lenin Cr\$25,00

INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO MARXISMO, por F. Engels, A. Talmheimer, H. Harari e L. Segal Cr\$30,00

MARX, ENGELS E MARXISMO, por Lenin, Marx e Engels, 2 vols. Preço de cada volume Cr\$25,00

NOÇÕES FUNDAMENTAIS DE ECONOMIA POLITICA, de Luis Segal, 2 vols. Cada volume Cr\$25,00

A DEFESA ACUSA... — de Marcel Willard Cr\$25,00

MATERIALISMO E EMPIRO-CRITICISMO, de V. I. Lenin, 2 vols. Preço de cada volume Cr\$35,00

PRESTES E A REVOLUÇÃO SOCIAL, de Abguar Bastos Cr\$ 35,00

Editorial CALVINO Limitada

Av. 28 de Setembro, 174 — Rio de Janeiro

A DEFESA ACUSA...

Muita gente houve que se acovardou ante o recrudescimento do fascismo no mundo. Os comunistas, porém, o enfrentaram com tal coragem, determinação e inteligência que o venceram.

Em A DEFESA ACUSA..., de Marcel Willard, encontram-se as mais belas, emocionantes e vividas páginas, descrevendo o heroísmo consciente dos comunistas arrastados às barras dos tribunais fascistas e burgueses, com o corpo alquebrado pelos suplicios infames e sádicos de seus algozes, mas com o espírito forte, invencível, iluminado pela chama imperecível da mais empolgante convicção política, da justiça da causa defendida. Os mais célebres processos contra os comunistas e a forma extraordinariamente heróica por que se comportaram em face de juizes parciais e indignos, encontram-se em A DEFESA ACUSA..., como exemplo a orientar quantos participam do movimento proletário de libertação.

A DEFESA ACUSA... é um livro épico, que nenhum comunista pode desconhecer sem prejudicar sua formação moral e sua firmeza de convicções.

Nas Livrarias ou pelo Reembolso Postal Cr\$ 25,00

EDIÇÕES POPULARES JÁ PUBLICADAS

<i>Educando para a morte</i> , de Gregor Ziemer	Cr\$ 10,00
<i>O Poder Soviético</i> , do Deão de Canterbury (320 páginas) ..	Cr\$ 10,00
<i>Dez dias que abalaram o mundo</i> , de John Reed	Cr\$ 10,00
<i>A Rússia na paz e na guerra</i> , de Anna Louise Strong	Cr\$ 10,00
<i>Fundamentos do Leninismo</i> , de J. Stálin. No mesmo volume <i>Problemas do Leninismo e Materialismo Dialético e Materialismo Histórico</i> , do mesmo autor (320 páginas) ..	Cr\$ 10,00
<i>O ABCedário da Nova Rússia</i> , de Iliné (238 páginas)	Cr\$ 10,00
<i>Manifesto Comunista</i> , de Marx-Engels. Com uma <i>Introdução Histórica</i> de Riazanov e vários apêndices que ajudam a interpretar esse famoso documento (304 páginas)	Cr\$ 10,00
<i>Pequena História da Revolução Bolchevique</i> , do Prof. Leonidas de Rezende	Cr\$ 10,00
<i>O Cristianismo e a nova ordem social na Rússia</i> , pelo Deão de Canterbury. Como apêndice, um resumo da História do Partido Comunista (b) da URSS, feito por uma comissão do CC do PC da URSS, obra que todo militante deve ler (288 páginas)	Cr\$ 10,00
<i>Duas Táticas</i> , de V. I. Lênin. Como <i>Introdução e Apêndice</i> , diversos documentos que possibilitam melhor interpretação deste trabalho (272 páginas)	Cr\$ 10,00
<i>Que fazer?</i> , de V. I. Lênin. No fim de cada capítulo, notas que esclarecem o texto da obra (272 páginas)	Cr\$ 10,00
STÁLIN, biografia escrita pelo Instituto MEL, de Moscou. Como Apêndice, uma grande entrevista de Stálin sobre assuntos de palpitante atualidade	Cr\$ 10,00

A ALMA DA QUINTA COLUNA É O INTEGRALISMO

Editorial C A L V I N O Limitada — Av. 28 de Setembro, 174
Rio de Janeiro